

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Leonardo Fernandes Holanda

Corpo no Brasil e o Coração no Porto: a comemoração do sesquicentenário da
independência e o imaginário político brasileiro

São Paulo
2025

LEONARDO FERNANDES HOLANDA

**Corpo no Brasil e o Coração no Porto: a comemoração do sesquicentenário da
independência e o imaginário político brasileiro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do
Instituto de Relações Internacionais da
Universidade de São Paulo como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Bacharel
em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dra. Diana Gonçalves
Vidal

São Paulo

2025

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação Seção
Técnica de Biblioteca

Instituto de Relações Internacionais
da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) Autor(a)

Holanda, Leonardo Fernandes de

Corpo no Brasil e o Coração no Porto: a comemoração do sesquicentenário da independência e o imaginário político brasileiro / Leonardo Fernandes de Holanda; orientadora: Diana Vidal Golçalves, -- São Paulo, 2025.

150 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo.

1. Sesquicentenário da Independência 2. Discurso Político 3. Imaginário coletivo
4. Memória coletiva 5. História pública I. Gonçalves, Diana Vidal, orient. II. Título.

Responsável: Giseli Adornato de Aguiar - CRB-8/6813

“Resta-me dizer que, pintando nos seus personagens a exaltação patriótica, o poeta não foi só à lição do fato, misturou talvez com essa exaltação um pouco do seu próprio sentir. É a homenagem do poeta ao cidadão. Mas, consorciando os sentimentos pessoais aos dos seus personagens, é inútil distinguir o caráter diverso dos tempos e das situações. Os sucessos que em 1822 nos deram uma pátria e uma dinastia, apagaram antipatias históricas que a arte deve reproduzir quando evoca o passado.”

(ASSIS, 1994)

HOLANDA, Leonardo. **Corpo no Brasil e o Coração no Porto:** a comemoração do sesquicentenário da independência e o imaginário político brasileiro. 2025. 150 p. Trabalho de Conclusão do Curso para o Bacharelado em Relações Internacionais. – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

RESUMO

O presente trabalho analisa as celebrações do sesquicentenário da Independência do Brasil, ocorrido em 1972, com enfoque especial no traslado dos restos mortais de Dom Pedro I como estratégia de legitimação política do regime militar brasileiro. O objetivo central consiste em compreender como as celebrações cívicas foram instrumentalizadas para ocupar espaços no imaginário coletivo e reforçar a legitimidade do governo autoritário de Emílio Garrastazu Médici¹. A metodologia empregada fundamenta-se na análise documental de discursos oficiais, registros diplomáticos e cobertura jornalística do período, articulada com o arcabouço teórico de Ernst Kantorowicz sobre a teoria dos dois corpos do soberano e as contribuições de Roger Chartier sobre representações históricas e materialidade controlada. O estudo examina o contexto histórico, social e econômico de 1972, identificado como ápice do regime militar brasileiro, período marcado pela intensificação da repressão política e pelo chamado "milagre econômico". A análise revela que o traslado dos despojos imperiais transcendeu o mero ato simbólico, configurando-se como operação diplomática milimetricamente articulada entre Brasil e Portugal, com significativas implicações políticas e propagandísticas. Os resultados demonstram que o evento serviu para consolidar uma narrativa de continuidade histórica e unidade nacional, transformando Dom Pedro I em símbolo legitimador do projeto autoritário militar. O trabalho conclui que as celebrações do sesquicentenário representaram sofisticada operação de governamentalidade simbólica, na qual o passado foi convocado não para reflexão crítica, mas funcionalizado como elemento de consenso político. A teatralização da história e a manipulação das memórias coletivas revelaram-se instrumentos poderosos para a legitimação do regime, evidenciando como os rituais cívicos atuam na construção de identidades nacionais e na sustentação de projetos políticos específicos.

Palavras-chave: Historiografia. Memória. Discurso Político. Celebração Cívica. Civismo. Imaginário Coletivo. Independência do Brasil. Relações internacionais.

HOLANDA, Leonardo. **Body in Brazil and the Heart in Porto:** a comemoração do sesquicentenário da independência e o imaginário político brasileiro. 2025. X p. Trabalho de Conclusão do Curso para o Bacharelado em Relações Internacionais. – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

ABSTRACT

This study analyzes the celebrations of the sesquicentennial of Brazilian Independence, which occurred in 1972, with special focus on the transfer of Dom Pedro I's mortal remains as a political legitimization strategy of the Brazilian military regime. The central objective consists in understanding how civic celebrations were instrumentalized to occupy spaces in the collective imagination and reinforce the legitimacy of Emílio Garrastazu Médici's authoritarian government. The methodology employed is based on documentary analysis of official speeches, diplomatic records, and journalistic coverage of the period, articulated with the theoretical framework of Ernst Kantorowicz on the theory of the sovereign's two bodies and Roger Chartier's contributions on historical representations and controlled materiality. The study examines the historical, social, and economic context of 1972, identified as the apex of the Brazilian military regime, a period marked by the intensification of political repression and the so-called "economic miracle." The analysis reveals that the transfer of the imperial remains transcended the mere symbolic act, configuring itself as a meticulously articulated diplomatic operation between Brazil and Portugal, with significant political and propagandistic implications. The results demonstrate that the event served to consolidate a narrative of historical continuity and national unity, transforming Dom Pedro I into a legitimizing symbol of the military authoritarian project. The work concludes that the sesquicentennial celebrations represented a sophisticated operation of symbolic governmentality, in which the past was summoned not for critical reflection but functionalized as an element of political consensus. The theatricalization of history and the manipulation of collective memories proved to be powerful instruments for regime legitimization, evidencing how civic rituals act in the construction of national identities and in sustaining specific political projects.

Keywords: Historiography. Memory. Political Discourse. Civic Celebration. Civility. Collective Imagination.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O Centenário da Independência do Brasil: exposição.....	41
Figura 2 - Chegada dos restos mortais de D. Pedro I ao Aterro do Flamengo	52
Figura 3 - Capa do Programa da Presidência da República.....	54
Figura 4 - Calendário do Programa	55
Figura 5 - Fotografia das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972.....	58
Figura 6 - Tela de abertura do cinejornal "Brasil hoje"	62
Figura 7 - Frame do Monumento do Ipiranga, em São Paulo, em ocasião das celebrações	63
Figura 8 - Capa da Edição Especial da Folha de São Paulo	65
Figura 9 - Primeira página do quinto caderno da edição	66
Figura 10 - Publicidade da IBM	67
Figura 11 - Propaganda Casas José Araújo.....	68
Figura 12 - Propaganda CRECIF.....	68
Figura 13 – Homenagem do Banco Real ao Sesquicentenário.....	69
Figura 14 - "Brasil: 150 anos de Independência"	71
Figura 15 – Foto: flâmula do Campeonato Brasileiro de Futebol de 1972.....	75
Figura 16 - "O Exército e o Povo".....	76
Figura 17 - Selo oficial do Sesquicentenário	84
Figura 18 - Capa da 2. ^a série, n.º 872, 4 de novembro de 1922	103
Figura 19 - Os presidentes Américo Thomaz, de Portugal, e Emílio Garrastazu Médice firmam acordos na presença de suas comitivas.....	112
Figura 21 - Os presidentes Médici e Américo Thomaz se despedem durante evento	121
Figura 22 - À frente, os presidentes de Portugal, Américo Thomaz, e do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, na cerimônia no Aterro do Flamengo.....	122
Figura 23 - Multidão acompanha a chegada dos restos mortais de D. Pedro I à Quinta da Boa Vista.....	123
Figura 24 - Auto da inumação dos restos mortais D. Pedro I imperador do Brasil e rei de Portugal.....	129

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	JUSTIFICATIVA	14
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Objetivo geral	15
1.2.2	Objetivos específicos	15
2	METODOLOGIA.....	16
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	16
4	Referencial teórico.....	32
5	Antecedentes: 1922 e o centenário da Independência.....	41
5.1	O Estado nas celebrações da Independência.....	41
5.2	As produções intelectuais no Centenário.....	42
5.3	A “validação” do discurso.....	45
6	1972 – O Sesquicentenário da Independência do Brasil.....	48
6.1	Contexto histórico.....	49
6.2	A Celebração da Independência.....	51
6.2.1	A centralidade das celebrações.....	54
6.2.1	A capilaridade das celebrações.....	64
6.2.3	A celebração do regime.....	81
6.3	Produção acadêmica no Sesquicentenário.....	85
6.3.1	A historiografia tradicional.....	87
6.3.2	A vanguarda crítica.....	93
7	150 anos de um “desquite amigável”	102
7.1	O Brasil e as relações internacionais.....	104
7.2	“Pátria mãe” ou “Pátria irmã”	112
7.3	Traslado dos restos mortais de Dom Pedro I.....	122
7.4	O “corpo no Brasil” e o “coração no Porto”	131
8	Considerações finais: “Uma história da independência”.....	133
	REFERÊNCIAS	138

1 INTRODUÇÃO

Em sua carta póstuma endereçada aos brasileiros, Dom Pedro I do Brasil exprime suas últimas considerações em vida sobre os eventos que marcaram sua trajetória, incluindo diversas considerações, até mesmo sobre os regentes revoltosos que motivaram sua abdicação. A carta possui uma estrutura de apelo aos brasileiros, com diversas repetições do vocativo “brasileiros!”, e soa como um diálogo último entre o antigo imperador e o povo do império que nasceu sob o poder de Pedro I. Um aspecto recorrente em todo o texto é a relação entre Brasil e Portugal, isto é, como as duas nações, agora independente, se envolvem numa dinâmica complexa. É essa carta que há a famosa frase de Pedro I: “Brasileiros! Eu deixo meu coração na heroica cidade do Porto (...) e o resto do meu despojo mortal à cidade de Lisboa...”; até que, em determinado ponto, há a “herança” ao povo do Brasil na afirmação que “(...) porém vós possuis a relíquia mais preciosa, a emanação vivente do meu ser, meu filho!” Essa última fala se insere num contexto de explicação do imperador quanto a sua atuação política, em que menciona uma dívida que considera ter com os brasileiros. Ao longo do tempo, a representação de Dom Pedro I variou, mas permanece como um dos grandes atores da história do Brasil. Em especial, o depósito dos seus restos mortais no monumento do Ipiranga, em 1972, foi um grande marco para os símbolos nacionais.

Nesse contexto, a independência do Brasil e a atuação dos diferentes personagens históricos nesse processo constituem um lugar muito específico na memória coletiva e histórica do povo brasileiro. A figura do primeiro imperador às margens do rio Ipiranga proferindo a separação política num grito de liberdade formou a grande imagem da independência, através dos mais variados recursos, como os visuais, como na tela de Pedro Américo, ou os mais simbólicos, como nos primeiros versos no hino nacional. As representações acerca da independência, portanto, carregam uma ampla disputa, bem como diferentes projetos, tendo em vista seu grande poder simbólico. É nesse contexto que as celebrações do sesquicentenário da emancipação política brasileira, ocorridas ao longo do ano de 1972, surgem como um episódio complexo acerca da evocação da memória nacional, assim como seus usos políticos e ideológicos.

Tendo em vista esse cenário, a presente pesquisa busca compreender a complexa dinâmica do imaginário político brasileiro no contexto do sesquicentenário da independência do Brasil. Essa dinâmica, em função do apoteótico traslado dos despojos mortais do antigo imperador, é marcada por uma grande discussão acerca da relação entre as nações brasileira e portuguesa, isto é, a representação entre colonizador e colônia. De modo geral, a investigação

tenta conciliar as representações dessa relação por meio de diversas fontes a fim de entender como a memória da independência no contexto do regime militar teve grande influência na inserção de um discurso político no imaginário coletivo, com especial expressão na representação do antigo colonizador.

Assim, a pesquisa dedica-se à dinâmica dos usos políticos da memória dentro do imaginário coletivo, através das comemorações do sesquicentenário. Essa análise tem um apoio firme em bases teóricas pré-estabelecidas e, através dessas, intenta formar um panorama acerca das representações de identidade no contexto do regime militar. A teoria política exposta por Ernest Kantorowicz acerca das dimensões dos corpos dos reis, bem como o grande campo da memória e das comemorações cívicas desenvolvido por Fernando Catroga, tem especial relevância. Por fim, o quadro esquemático conta ainda com a noção de tradições inventadas, proposta de Eric Hobsbawm e Terence Ranger, além dos estudos acerca da noção de representação e história de Roger Chartier.

1.1 JUSTIFICATIVA

No âmbito dos extensos fenômenos históricos que formam a realidade, a constituição dos Estados Nacionais aparece em posição de destaque. A relevância desse ator é *sui generis*, passando a ser protagonista de processos por deter um poder legitimado. Nesse quadro, os processos de emancipação política ocorridos na América figuram como episódios centrais para a formação dos diferentes Estados na região. Ao conjunto de fenômenos que desencadearam a separação com Portugal e a construção do Brasil se atribui a noção de independência. Assim, é razoável afirmar que o entendimento da independência constitui um discurso: determinados episódios são elencados e ordenados com sentido para explicar um resultado.

Com isso, a pesquisa trata a memória da independência através de sua representação em comemorações cívicas do sesquicentenário a fim de entender a dinâmica dos discursos políticos no imaginário coletivo.

1.2 OBJETIVOS

A pesquisa buscou entender como se deu a transformação ou continuidade do imaginário político brasileiro a partir da celebração dos 150 anos da independência. A dinâmica específica do sesquicentenário tem especial relevância por se tratar de uma das maiores, se não a maior,

mobilização estatal e cívica em prol da celebração de uma efeméride nacional. Nesse contexto, os meios para essa análise perpassam o levantamento de diversos materiais de diferentes naturezas e sua sistematização com referenciais teóricos previamente definidos.

1.2.1 Objetivo geral

A pesquisa trata a memória da independência através de sua representação em comemorações cívicas do sesquicentenário a fim de entender a dinâmica dos discursos políticos no imaginário coletivo.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Analisar os discursos de agentes do Estado acerca das comemorações no período;
- b) Analisar a bibliografia historiográfica do período, a fim de encontrar os contatos entre ciência e política dentro das celebrações promovidas pelo estado (como no caso do IHGB);
- c) Analisar as representações visuais no sesquicentenário, isto é, seu logo oficial, produções cinematográficas e demais exposições nessa temática;
- d) Correlacionar as diversas iniciativas com um discurso político específico do regime militar, ou seja, como as diferentes celebrações contribuem num caminho único para promover determinadas ideias no imaginário coletivo;
- e) Unir as teorias das referências teóricas com os episódios analisados.

2 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho consistiu, predominantemente, na revisão crítica de determinados materiais textuais, visuais e sonoros. Tendo em vista os objetivos panorâmicos da pesquisa, foi necessária uma revisão de literatura acadêmica, bem como demais produções textuais, como jornais, discursos transcritos etc. Além disso, materiais como produções cinematográficas e musicais integraram a análise central. Esses materiais possuem diferentes naturezas, mas todos compõem o contexto do sesquicentenário da independência do Brasil.

Por fim, o exercício final visou uma sistematização dos materiais analisados a fim de estabelecer relações entre os próprios bem como com os modelos teóricos expostos acima.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A presente pesquisa baseou-se na utilização algumas ferramentas de pesquisa. Em especial, aparecem dois instrumentos acadêmicos recentes e fundamentais para o avanço dos estudos sobre a Independência do Brasil: o *Índex Bibliográfico – O Brasil da Independência* e o *Atlas dos Lugares de Memória da Independência*, ambos integrados ao projeto digital *Independências, Memórias*, desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e da Universidade de São Paulo (USP). Esses projetos vêm suprir lacunas significativas na historiografia brasileira ao oferecer, de forma sistematizada e gratuita, um conjunto de ferramentas que articula historiografia e memória a partir de múltiplos enfoques, permitindo a ampliação crítica dos estudos sobre os dois primeiros séculos da emancipação política do Brasil.

O *Índex Bibliográfico* constitui-se como um dos levantamentos mais abrangentes já realizado sobre a historiografia da Independência e do período que a circunda, abrangendo produções acadêmicas datadas de 1832 a 2022. Com mais de 16 mil títulos catalogados — entre livros, artigos, capítulos, teses, dissertações, verbetes e anais — o índice cobre temas diversos relacionados ao Brasil entre 1808 e 1831, tais como escravidão, trabalho livre, imprensa, instituições, religiosidades, cultura, ciência e relações internacionais. O banco de dados, resultado de um extenso trabalho de coleta e organização a partir de bibliotecas, repositórios e indexadores nacionais e internacionais, permite múltiplas modalidades de busca, incluindo autor, título, descritores temáticos, recortes espaciais e temporalidade da publicação. Tal instrumento foi essencial na construção do referencial teórico e na curadoria bibliográfica do presente trabalho, uma vez que possibilitou acesso rápido, estruturado e crítico à produção

acadêmica sobre a Independência e suas múltiplas interpretações ao longo do tempo. Complementarmente, a pesquisa também fez uso sistemático do Atlas dos Lugares de Memória da Independência, instrumento que mapeia geograficamente logradouros urbanos — ruas, praças, viadutos e edifícios públicos — cujos nomes estão associados à Independência do Brasil. Essa cartografia memorial urbana permitiu observar não apenas a persistência de certos símbolos e personagens no espaço público, mas também as estratégias de monumentalização e os silêncios construídos ao longo dos dois séculos que se seguiram à emancipação. Tais ferramentas, além de oferecerem um suporte metodológico robusto, ampliam a perspectiva do historiador ao evidenciar que as efemérides não se constroem apenas nos livros, mas também nos nomes das ruas, nas praças comemorativas, nos arquivos e nas disputas simbólicas do presente.

Além do uso dos instrumentos digitais anteriormente mencionados, a pesquisa também se valeu de buscas dirigidas em bases acadêmicas consolidadas, como o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Google Acadêmico e *Sci-Hub*, bem como a consulta na base de dados de diversas revistas acadêmicas, como, por exemplo, a *Almanack*, ou fontes primárias como, por exemplo, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Além disso, foi consultado o amplo acervo integrado das bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP). As visitas aos acervos da USP foram decisivas para ter contato com boa parte dos textos e, mais do que isso, com documentos visuais das efemérides. Com isso, foram visitadas as bibliotecas da Faculdade de Direito, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Estudos Brasileiros, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Faculdade de Economia e Administração, bem como o acervo do Museu Paulista, sobretudo durante a Escola São Paulo de Ciência Avançada Bicentenário da Independência (ESPCA). A partir da inserção de palavras-chave específicas, como “Sesquicentenário”, “Celebração”, “Comemoração”, “Imaginário”, além de frases combinadas e um pouco mais complexas como “Sesquicentenário da Independência do Brasil”, “150 anos da Independência do Brasil”, “comemorações do Sesquicentenário da Independência”, foi possível localizar trabalhos acadêmicos diretamente vinculados ao tema. Essa estratégia de pesquisa permitiu não apenas identificar produções relevantes, mas também compreender os principais enfoques e lacunas ainda presentes na literatura especializada, fornecendo uma base sólida para o desenvolvimento da investigação aqui apresentada.

Além da bibliografia especializada, o presente trabalho também se fundamentou em pesquisa documental extensiva realizada em acervos jornalísticos e institucionais, com destaque para a Hemeroteca Digital Brasileira, o acervo digital da Hemeroteca de Lisboa e o portal Casa

Comum. A consulta ao acervo das Hemerotecas permitiu o acesso a periódicos fundamentais para a análise do discurso público e editorial das comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972. Já o portal Casa Comum, fruto de uma iniciativa da Fundação Mário Soares e Maria Barroso, constitui um espaço de diálogo e memória das culturas lusófonas, reunindo acervos provenientes de diversos países da CPLP, inclusive Portugal e Brasil. A consulta a esse repositório possibilitou o acesso a fontes relevantes sobre a participação portuguesa nas celebrações e suas repercussões transnacionais. A pesquisa nesses acervos foi conduzida por meio de uma estratégia articulada de busca por palavras-chave, recortes cronológicos e categorias teóricas, além da identificação e rastreamento dos principais agentes políticos envolvidos nos festejos, tanto no Brasil quanto em Portugal, permitindo uma leitura mais precisa das redes de sentido e das estratégias de legitimação empregadas em ambos os contextos.

Dentre os materiais localizados nas etapas preliminares de levantamento bibliográfico, revela-se metodologicamente relevante proceder à tipificação em duas categorias distintas, considerando suas naturezas e finalidades analíticas no escopo da presente dissertação. A primeira categoria é composta por fontes históricas propriamente ditas, isto é, documentos, periódicos, revistas institucionais, pronunciamentos oficiais, produções culturais e outros registros publicados em torno do ano de 1972, que tratam diretamente das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Esses materiais são entendidos não apenas como testemunhos do tempo, mas como expressões simbólicas de um projeto de memória e identidade nacional, sendo, portanto, objetos de análise primária ao longo de toda a pesquisa. Sua presença será recorrente nos capítulos analíticos, servindo à reconstrução crítica das narrativas produzidas naquele contexto histórico.

A segunda categoria, por sua vez, compreende o conjunto de trabalhos acadêmicos prévios, entre artigos científicos, dissertações, teses e capítulos de livros, que discutem de forma direta e reflexiva o próprio Sesquicentenário enquanto objeto historiográfico. Esses estudos servem como referencial crítico e comparativo para o presente trabalho, na medida em que permitem situar a investigação dentro do estado atual da arte e compreender os diferentes recortes temáticos, abordagens teóricas e lacunas interpretativas que ainda persistem sobre o tema. Assim, enquanto as fontes da primeira categoria serão mobilizadas nas seções analíticas posteriores, os textos da segunda categoria serão devidamente sistematizados e discutidos nesta seção de revisão bibliográfica, a fim de evidenciar as contribuições, limites e tendências da produção acadêmica dedicada ao Sesquicentenário.

A seguir, apresenta-se a bibliografia central que fundamenta e antecedeu a análise

desenvolvida neste trabalho. Trata-se de um conjunto de obras cujos enfoques convergem diretamente com o objeto proposto, oferecendo arcabouço teórico e empírico essencial para a compreensão crítica das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972. Esses estudos, selecionados por sua relevância e profundidade analítica, permitem articular as dimensões simbólicas, políticas, historiográficas e culturais envolvidas na construção da memória oficial durante o regime militar, constituindo a fronteira científica sobre o tema.

A produção acadêmica da historiadora Janaina Martins Cordeiro destaca-se no campo de estudos sobre a ditadura civil-militar brasileira, notadamente pela originalidade ao focar o fenômeno do consenso social como elemento central para compreender o funcionamento do regime autoritário, em especial durante o governo Médici (1969-1974). É possível organizar sua contribuição em quadro grandes vertentes interligadas, mas com enfoques específicos e complementares: os artigos “Milagre, comemorações e consenso ditatorial no Brasil, 1972”, “As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida?” e “Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici”; sua tese de doutorado “*Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre o consenso e o consentimento*”; o capítulo 11 “Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé” contido no livro *A ditadura que mudou o Brasil*, organizado por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta; e, por fim, seu livro *A ditadura em tempos de milagre: Comemorações, orgulho e consentimento*.

Em sua tese de doutorado, Cordeiro, com base na teoria gramsciana sobre hegemonia e estudos sobre memória coletiva, demonstra como o regime militar não se sustentou apenas pela coerção direta, mas também pela hábil manipulação simbólica de tradições culturais e expectativas sociais pré-existentes. Destaca especialmente o papel das comemorações cívicas de 1972, como um laboratório político onde diferentes setores sociais – sindicatos patronais, associações de classe média, entidades estudantis conservadoras – participaram ativamente, revelando que o consenso resultava de uma sintonia entre os projetos do regime e expectativas de significativas parcelas da sociedade. Somado a isso, o sucesso econômico do período funcionou como um instrumento de disciplinamento social, criando adesões simbólicas ao regime e fortalecendo o controle político (CORDEIRO, 2012).

No artigo “Milagre, comemorações e consenso ditatorial no Brasil, 1972”, Cordeiro propõe uma perspectiva inovadora ao deslocar o centro de análise da tradicional dicotomia resistência versus repressão, para enfatizar as bases sociais de sustentação do regime. Para a

autora, o consenso não é uma realidade estática ou monolítica, mas um processo histórico dinâmico, plural e diversificado. Neste contexto, destaca que, apesar do domínio das narrativas de resistência, pouco se explorou sobre os apoios explícitos ou silenciosos que o regime conseguiu mobilizar, sobretudo em um período simultaneamente marcado por alta popularidade e intensa repressão política. O artigo evidencia como o chamado "Milagre brasileiro", com altas taxas de crescimento econômico e grandes obras de infraestrutura, fomentou um clima de otimismo e euforia, potencializado por uma propaganda oficial que dialogava eficazmente com valores já existentes na sociedade brasileira, contribuindo para a legitimação do regime militar (CORDEIRO, 2012).

O estudo específico das comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972, discutido no artigo "As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida?", reforça a importância das celebrações públicas como mecanismos centrais na construção da legitimidade política do regime. A autora enfatiza a articulação civil-militar materializada na Comissão Executiva Central (CEC), responsável por coordenar eventos como a peregrinação dos restos mortais de D. Pedro I pelas capitais brasileiras, os "Encontros Cívicos Nacionais" e eventos esportivos como a Taça Independência. Tais eventos construíram narrativas de continuidade histórica, reforçando o discurso do "Brasil grande" e integrando-se ao cotidiano popular de maneira naturalizada, o que intensificou o consenso social em torno do regime (CORDEIRO, 2011).

O artigo "Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici" expande a reflexão, analisando ambiguidades e disputas da memória coletiva acerca desse período. Cordeiro (2009) sustenta que a visão positiva associada ao "Milagre Econômico" não resultou exclusivamente da propaganda ou repressão, mas de uma complexa interação entre expectativas históricas e práticas simbólicas que permitiram amplas adesões sociais, espontâneas e diversificadas. Assim, as comemorações, embora envoltas em repressão política, também propiciaram expressões genuínas de identificação popular, criando pontes entre Estado e sociedade. No entanto, a autora enfatiza que após a redemocratização houve um apagamento seletivo desse consenso, privilegiando narrativas centradas exclusivamente em resistência e repressão, o que dificultou a compreensão das permanências autoritárias na cultura política brasileira contemporânea (CORDEIRO, 2009).

Dessa forma, a contribuição de Janaina Martins Cordeiro é fundamental para complexificar o entendimento da ditadura civil-militar brasileira, evidenciando que o consenso social foi constituído através de múltiplos mecanismos simbólicos, econômicos e culturais. Sua análise demonstra que a compreensão aprofundada dessas relações entre sociedade e regime

autoritário é essencial não apenas para uma releitura crítica do passado, mas para identificar os processos pelos quais memórias e esquecimentos são construídos, influenciando significativamente a cultura política brasileira até os dias atuais.

A tese de doutorado de Adjovanes Thadeu Silva de Almeida (2009) sobre as comemorações do Sesquicentenário da Independência brasileira em 1972, publicada como livro pela editora Apicuri em 2013, representa uma contribuição fundamental para a compreensão das estratégias de legitimação simbólica empregadas pelo regime militar durante o governo Médici. O trabalho revela como a ditadura orquestrou uma complexa operação de manipulação da memória histórica, utilizando festividades aparentemente inocentes como instrumentos de consolidação política e fabricação do consenso social. Sob a égide do governo Médici, as celebrações foram organizadas para associar a ditadura a símbolos nacionais, reescrevendo narrativas históricas, cooptando instituições culturais e instrumentalizando práticas sociais. Este processo revelou-se tridimensional: na manipulação da memória oficial, na apropriação do esporte como veículo de integração nacional e na encenação de rituais fúnebres como apoteose simbólica do autoritarismo.

A primeira dimensão do projeto concentrou-se na reconstrução do passado. Essa primeira parte corresponde à introdução e aos capítulos 1 – “O Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972) e o Governo Médici – e 2 – “O Grito do Ipiranga: o imaginário em ação no Sesquicentenário da Independência”. Com isso, o autor argumenta que o regime militar, ao eleger o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) como guardião das comemorações, buscou substituir a historiografia crítica das universidades por uma narrativa heroificada e unívoca. Em consonância, a publicação da Biblioteca do Sesquicentenário, com obras como *História da Independência do Brasil*, omitiu conflitos sociais e enfatizou figuras como D. Pedro I e José Bonifácio, transformando-os em arquétipos de um “Brasil Grande” sob liderança centralizadora. O autor afirma que a escolha estratégica do dia 21 de abril – data associada a Tiradentes – para iniciar as festividades vinculou simbolicamente o regime às Forças Armadas, apagando o caráter pluralista do processo de independência. Essa operação de memória não se limitou ao discurso: materializou-se na transladação dos despojos de D. Pedro I, ritual que percorreu capitais brasileiras sob escolta militar, convertendo o monarca em metáfora do poder tutelar exercido pelos generais. (ALMEIDA, 2009)

Paralelamente, o esporte emergiu como eixo central da estratégia de mobilização popular. Essa segunda dimensão da tese é exposta no capítulo 3 “Popularizando os festejos: a Taça Independência e o sesquicentenário”. Assim, a Taça Independência, torneio internacional de futebol organizado em 1972, exemplificou a simbiose entre autoritarismo e espetáculo de

massa. Ao reunir 20 seleções nacionais em estádios estrategicamente distribuídos pelo território, o regime militar associou vitórias esportivas ao "Milagre Econômico", projetando uma imagem de unidade nacional e eficiência administrativa. A cobertura midiática, controlada pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), transformou atletas em embaixadores informais do regime, enquanto a presença calculada do presidente Médici nas arquibancadas reforçava o mito do "líder próximo do povo". Contudo, fissuras nesse projeto revelaram-se em episódios como a vaia a Dario em Belo Horizonte, demonstrando que lealdades regionais desafiavam a narrativa centralizadora. (ALMEIDA, 2009)

A terceira dimensão do Sesquicentenário manifestou-se na encenação de rituais fúnebres e celebrações cívico-militares e compreende, no trabalho do autor, ao quarto capítulo "A apoteose da ditadura: os funerais de Pedro I e o sesquicentenário". A inumação de D. Pedro I no Monumento do Ipiranga, precedida por cerimônias em estádios de futebol de todas as capitais, sintetizou a metodologia do regime para fabricar consenso. Através de coreografias meticulosas – como a execução sincronizada do Hino Nacional por 50 mil crianças no Maracanã –, criou-se a ilusão de adesão espontânea às diretrizes autoritárias. A mídia, sob censura prévia, amplificou essa narrativa, omitindo protestos e satirizações marginais, como as publicadas em *O Pasquim*. A reinvenção de D. Pedro I como "herói da unidade nacional" completou-se com a apropriação de sua imagem pela propaganda comercial, num processo que banalizou a complexidade histórica em prol de slogans ufanistas. (ALMEIDA, 2009)

Essas três dimensões – reconstrução do passado, esporte como integrador social e ritualização do poder – articularam-se em torno de um objetivo comum: naturalizar a ditadura como herdeira legítima de uma suposta tradição nacional. O regime militar apropriou-se seletivamente de símbolos históricos, desde o liberalismo de Tiradentes até o centralismo de D. Pedro I, para justificar seu projeto político. Ao mesmo tempo, valeu-se do potencial mobilizador do futebol e do apelo emocional dos rituais fúnebres para alcançar as massas, eclipsando a repressão política com espetáculos de alegria coletiva.

Contudo, a aparente coerência desse projeto escondia contradições fundamentais. O autor discute que a ênfase na "unidade nacional" se chocava com tensões regionais e sociais não resolvidas; a exaltação do passado colonial ignorava o legado da escravidão; e a pretensa "despolitização" das comemorações contrastava com o controle estatal sobre todas as esferas da vida pública. Acrescenta ainda que a crítica intelectual marginal, embora silenciada pela censura, apontava para o caráter frágil desse consenso fabricado: a verdadeira independência, argumentavam vozes dissidentes, exigiria não a exumação de monarcas, mas a superação das desigualdades estruturais. O trabalho conclui que o legado do Sesquicentenário de 1972

permanece como testemunho das complexas relações entre história, memória e poder. Ao instrumentalizar símbolos nacionais, o regime militar revelou tanto sua capacidade de manipulação simbólica quanto sua vulnerabilidade diante de narrativas alternativas. As celebrações, mais que mero episódio comemorativo, configuraram-se como espelho das contradições de um país que, mesmo sob censura, jamais deixou de questionar os mitos fundadores de sua identidade.

A tese de doutorado de Bruno Duarte Rei, intitulada "Celebrando a pátria amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)", defendida em 2019 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, oferece uma análise aprofundada sobre as complexas relações entre esporte, política e sociedade durante o regime militar brasileiro, especificamente no contexto das comemorações dos 150 anos da Independência. A pesquisa investiga como o esporte foi mobilizado e se constituiu como um mecanismo de reafirmação do consenso social em torno da ditadura militar, especialmente durante as festividades do Sesquicentenário da Independência, ocorridas entre 21 de abril e 7 de setembro de 1972. Rei argumenta que o esporte estabeleceu diálogos com o projeto de propaganda política vigente, tratando-o como um objeto privilegiado para compreender as relações multifacetadas entre o regime e a sociedade civil (REI, 2013, p13-14). A tese se propõe a ir além de uma visão simplista do esporte como mera ferramenta de manipulação ideológica, analisando seus pontos de contato com um projeto propagandístico mais amplo e sutil, que se apropriava de temáticas caras ao povo brasileiro, como o otimismo e a crença no futuro promissor do país (REI, 2013, p. 14-15). Para tanto, o autor utiliza conceitos como imaginário social, poder simbólico, tradições inventadas, consenso e consentimento, buscando desvendar a "zona cinzenta" das interações sociais no período. (REI, 2013, p. 16-20)

O primeiro capítulo da tese contextualiza a gênese das comemorações, desde as primeiras iniciativas no governo Costa e Silva, que vislumbravam uma exposição mundial, até a reformulação no governo Médici, que defendia festejos mais austeros, porém pulverizados por todo o país e com forte participação popular, buscando capitalizar a euforia do "milagre econômico". Dois atos centrais marcaram essa nova abordagem: a criação de uma comissão nacional, com participação civil e militar, para coordenar as celebrações, e a emblemática transferência dos restos mortais de D. Pedro I de Portugal para o Brasil (REI, 2013, p. 28). O autor detalha as polêmicas em torno da escolha de D. Pedro I como o principal herói nacional a ser homenageado, em detrimento de figuras como Tiradentes ou José Bonifácio, e como sua imagem precisou ser "reinventada" para se adequar aos propósitos do regime (REI, 2013, p. 36-

39). É neste contexto que o esporte surge como um componente significativo da programação oficial, com mais de 50 eventos catalogados (REI, 2013, p. 13, 52).

O segundo capítulo foca na III Olimpíada do Exército, realizada em Porto Alegre entre abril e maio de 1972. O evento, que contou com 17 modalidades e a participação de atletas civis e militares, foi estrategicamente utilizado para promover a imagem de união entre as Forças Armadas e a sociedade. A chegada dos restos mortais de D. Pedro I à capital gaúcha e a presença do presidente Médici na abertura conferiram magnitude política ao evento. A programação ia além das competições, incluindo shows de artistas populares como Elis Regina e Roberto Carlos, e até um jogo da seleção brasileira de futebol contra o Paraguai, tudo pensado para criar um ambiente festivo e de conagração (REI, 2013, p. 76-77).

A Taça Independência, também conhecida como Minicopa, é o tema do terceiro capítulo. Realizada entre junho e julho de 1972, com a participação de 20 seleções em 12 cidades-sede, o torneio foi um dos eventos mais populares das comemorações. O autor analisa como a competição foi articulada para reforçar o ideal de "Brasil grande" e a integração nacional, servindo como vitrine para o "milagre econômico" (REI, 2013, p. 117). Apesar de imprevistos como a recusa de algumas seleções europeias tradicionais e estádios vazios em certas partidas da fase preliminar, a vitória do Brasil sobre Portugal na final, no Maracanã, com a presença ovacionada de Médici, coroou o evento como um sucesso propagandístico (REI, 2013, p. 113-114).

No quarto capítulo, Rei examina a 35ª edição da Corrida do Fogo Simbólico da Pátria, rebatizada em 1972 como Corrida da Integração Nacional que foi organizada pela Liga de Defesa Nacional. Dessa maneira, a corrida envolveu o transporte de quatro tochas, acesas em pontos extremos do Brasil, que convergiram para o Monumento do Ipiranga, em São Paulo. Os atletas percorreram 21.000 quilômetros, distribuindo material patriótico e participando de cerimônias cívicas. O autor analisa este evento à luz do conceito de "tradição inventada", conceito também usado neste trabalho, demonstrando como ele serviu para reforçar o mito da integração nacional e o ideal de um "Brasil grande", sacralizando o tempo e o espaço em torno dos valores defendidos pelo regime (REI, 2013, p. 151).

Ao longo da tese, Bruno Duarte Rei sustenta que o esporte, durante o Sesquicentenário, não foi apenas um instrumento de propaganda direta, mas um sofisticado mecanismo de reafirmação de um consenso social em torno da ditadura militar. O regime soube explorar a paixão popular e o imaginário coletivo, associando os eventos esportivos a uma narrativa de otimismo, progresso e unidade nacional, amplamente difundida durante o "milagre econômico". A pesquisa de Rei contribui significativamente para a compreensão das complexas e, por vezes,

sutis formas pelas quais o regime militar buscou legitimidade e apoio na sociedade civil, utilizando o esporte como uma de suas mais eficazes ferramentas.

A tese de Moraes (2015) investiga de forma crítica e rigorosa as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972, focalizando o modo como o regime militar articulou símbolos, rituais cívicos e a imprensa para construir uma narrativa de unidade nacional funcional à legitimação autoritária. O cerne da análise repousa sobre um corpus específico e revelador: os editoriais de jornais de grande circulação, como *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Pernambuco* e *O Norte* (da Paraíba). São esses textos institucionais — com pretensão de objetividade e autoridade — que o autor escolhe como fontes primárias, por entender que eles condensam de maneira privilegiada os valores e diretrizes simbólicas que moldaram a pedagogia nacionalista no auge da ditadura militar.

Inspirando-se em teóricos como Benedict Anderson (2008), especialmente no conceito de comunidades imaginadas, e Hobsbawn & Ranger (1997), na proposta de tradições inventadas, a tese argumenta que as festas cívicas funcionaram como um instrumento pedagógico e político para reforçar o poder simbólico do Estado. O Sete de Setembro, em particular, é abordado como uma efeméride meticulosamente forjada e reafirmada ao longo do tempo para sintetizar o mito da origem nacional, sendo apropriado pelos militares como um rito de continuidade entre a monarquia, a república e o regime de exceção. A figura de D. Pedro I é reconfigurada como símbolo da unidade nacional, com forte presença nas campanhas imagéticas da época, ao lado do então presidente Médici — como se o passado legitimasse o presente.

Nesse processo, emerge o conceito-chave do trabalho: o “capitalismo editorial”, que dá título à tese. Para Moraes, trata-se de um modelo de atuação da imprensa que extrapola a função de mediação informativa para assumir um papel estruturante na produção simbólica do Estado nacional. O termo designa um regime de produção discursiva em que o capital privado das empresas jornalísticas se entrelaça com os interesses ideológicos e institucionais do poder político, criando um circuito de legitimação mútua. Não se trata de uma imprensa “amordaçada” ou “coagida” unicamente pela censura, mas de veículos que, em larga medida, colaboraram com a pedagogia cívica do regime por convicção, cálculo político ou alinhamento editorial. Esse capitalismo editorial se expressava não apenas na veiculação de notícias e homenagens, mas especialmente nos editoriais que exaltavam D. Pedro I como figura heroica e fundadora, e Médici como seu herdeiro histórico. A pesquisa revela, por exemplo, como os editoriais transformaram a figura do imperador em um símbolo transversal: ora mártir da independência, ora patrono da unidade nacional, ora prefigurador da autoridade moderna. Tudo isso contribuía

para uma narrativa de continuidade linear entre 1822 e 1972, apagando os conflitos sociais e os sujeitos marginalizados da história nacional.

A tese também articula essa construção simbólica às práticas materiais de comemoração — paradas militares, cerimônias, moedas, editoras, transmissões televisivas —, compondo o que Morais chama de “pedagogia da nação”. Essa pedagogia se dava em dois níveis: primeiro, ao produzir uma memória controlada da Independência, com ênfase nos feitos das elites e apagamento dos conflitos; segundo, ao associar tal memória à imagem de um Brasil que avançava graças à autoridade, à disciplina e ao desenvolvimento técnico — pilares do discurso do “milagre econômico”. Morais (2015) argumenta ainda que o capitalismo editorial não operou sozinho, mas em simbiose com as estratégias do Estado e com as ambições das elites regionais, que viam nas comemorações cívicas uma oportunidade de aproximação com o poder central. Ainda assim, o autor reconhece que nos interstícios desses discursos surgiram brechas e ambiguidades — formas sutis de dissenso e resistência que revelam a complexidade do campo simbólico mesmo em contextos de repressão.

A conclusão da tese reforça a relevância de se estudar os mecanismos de adesão simbólica ao regime, propondo que a construção da nação durante o autoritarismo brasileiro foi sustentada não apenas pelas armas e pela censura, mas também por uma articulação eficaz entre poder, mídia e memória. Com isso, o autor oferece uma importante contribuição ao campo da história política e cultural, ao desvendar as camadas menos visíveis do pacto civil-militar que deu sustentação ao regime.

O artigo “O retorno do imortal: D. Pedro I mitificado pelos militares nas representações imagéticas das Revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* no Sesquicentenário da Independência (1972).”, de Cristina Ferreira e Evander Ruthieri Saturno da Silva, examina criticamente como o regime militar brasileiro instrumentalizou a figura histórica de D. Pedro I durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência, em 1972, utilizando as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* como veículos privilegiados dessa mitificação. Segundo os autores, tais periódicos atuaram na construção imagética de um passado idealizado, cuidadosamente reelaborado pelo Estado autoritário, como parte de uma estratégia mais ampla para legitimar o poder dos militares perante a população brasileira.

Os autores destacam que o traslado dos restos mortais de D. Pedro I para o Brasil foi organizado com um evidente intuito de associar o imperador às virtudes militares e à unificação nacional. Nesse sentido, as cerimônias e os rituais de exibição dos restos mortais reforçaram a ideia de uma continuidade histórica, ligando diretamente D. Pedro I ao presidente Médici e, assim, estabelecendo uma linha narrativa que justificava o presente regime através do passado

mitificado. Outro aspecto abordado pelos autores é a participação direta das forças militares nas celebrações, visível em imagens nas quais o féretro imperial era transportado sobre veículos militares, como tanques, e escoltado pelos "Dragões da Independência". Essa composição visual buscava não apenas ressaltar o caráter heroico e militar de D. Pedro I, mas também implicar simbolicamente o regime militar contemporâneo na continuidade de sua liderança histórica, legitimando assim o autoritarismo pela via da memória

A análise do arsenal imagético promovido pelos periódicos evidenciou que as revistas utilizaram representações iconográficas e narrativas cuidadosamente elaboradas para transformar o evento em um espetáculo midiático. Elementos simbólicos como moedas comemorativas com efígies de D. Pedro I e do presidente Médici e a própria figura monumental do imperador, reproduzida e amplamente divulgada, constituíram estratégias destinadas à legitimação simbólica do regime autoritário vigente.

Ferreira e Silva (2014) argumentam que a iniciativa não ocorreu de maneira isolada. Pelo contrário, o envolvimento do setor privado, expresso em publicidades e campanhas nas revistas mencionadas, indica uma ampla rede civil-militar de apoio à memória oficialista. A celebração tornou-se um meio poderoso para a produção e difusão de uma memória institucionalizada e incontestada, o que reforça a tese de que a ditadura brasileira dependeu fortemente não apenas de repressão, mas também de uma sofisticada manipulação simbólica para garantir sua legitimidade.

Por fim, os autores concluem que as representações imagéticas do Sesquicentenário, embora aparentemente apolíticas, carregam claras intenções ideológicas. O uso estratégico da figura de D. Pedro I evidencia os esforços conscientes do regime militar para se apropriar da história e transformá-la em instrumento de legitimação do poder autoritário, revelando que as memórias nacionais não são espontâneas, mas sim cuidadosamente construídas e controladas em contextos políticos específicos. Em suma, o artigo lança luz sobre a importância das narrativas visuais e simbólicas nas estratégias políticas autoritárias e evidencia como eventos históricos são instrumentalizados para legitimar ideologicamente regimes políticos. A análise reforça a necessidade de um olhar crítico sobre a produção da memória, especialmente em momentos de celebração histórica oficializada.

A dissertação de Sosnoski (2013) intitulada "Historiografia e memória: Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)" aborda criticamente a construção e utilização da memória histórica pelo governo militar brasileiro durante as comemorações dos 150 anos da Independência, realizadas em 1972. O estudo revela como o governo do General Médici instrumentalizou a historiografia por meio da criação da Biblioteca do Sesquicentenário,

desenvolvida em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Essa biblioteca, composta por obras especialmente editadas ou reeditadas, serviu como mecanismo de legitimação do regime vigente e contribuiu para moldar uma memória nacional específica, coerente com os interesses políticos e ideológicos daquele contexto autoritário. Segundo a autora, a biblioteca não tinha apenas um papel informativo ou cultural, mas sobretudo simbólico e político. Ao editar obras que abordavam a Independência de forma laudatória e alinhada ao discurso oficial, buscou-se reforçar a ideia de continuidade histórica entre 1822 e 1972, configurando a narrativa histórica como meio de legitimação do presente. Essa abordagem tinha o objetivo explícito de criar uma memória seletiva que consolidasse o regime militar como herdeiro e continuador das realizações e valores atribuídos ao momento fundador da nação.

Sosnoski (2013) ressalta ainda que a construção dessa biblioteca, organizada como uma coleção disciplinada e sistematizada, evidencia o caráter pragmático da historiografia enquanto instrumento político. Tal iniciativa não foi isolada, mas inserida num contexto mais amplo de comemorações, que incluíam eventos culturais, esportivos e cívicos, estrategicamente pensados para sedimentar o consenso e a unidade nacional sob a ótica autoritária do regime. A seleção de obras, envolvendo clássicos como as obras de Adolfo Varnhagen e Tobias Monteiro, além de novas publicações de caráter comemorativo, reforçou uma visão da Independência como marco inaugural e positivo, promovendo assim um projeto de identidade nacional alinhado às intenções políticas do regime. A dissertação argumenta criticamente que esse uso político da historiografia revela também uma operação complexa de memória e esquecimento. Ao enfatizar determinadas interpretações e silenciar outras perspectivas históricas, o regime construiu uma memória seletiva, destinada a se consolidar no imaginário social brasileiro como uma verdade histórica incontestável. A biblioteca atuou, portanto, como um verdadeiro monumento simbólico destinado a perpetuar essa memória controlada e orientada pelo Estado, em que a comemoração pública e a historiografia oficial se entrelaçaram fortemente.

Por fim, Sosnoski (2013) contribui de forma relevante para a historiografia contemporânea ao propor uma reflexão sobre o papel das comemorações e da escrita histórica na construção de identidades coletivas e no reforço da legitimidade política em regimes autoritários. Essa análise não apenas oferece uma leitura crítica sobre a ditadura militar brasileira, mas também alerta para a importância do pensamento crítico em relação aos usos políticos da memória histórica, destacando a necessidade constante de questionar e revisar os discursos oficiais.

Finalmente, o artigo “A concessão e o traslado dos restos mortais de D. Pedro I para o Brasil sob a lógica das relações luso-brasileiras (1971-1974)”, da pesquisadora Sarah Luna de

Oliveira (2022), ocupa um local especialmente próximo ao segmento que o presente texto busca pesquisar e analisar. As relações diplomáticas entre Brasil e Portugal durante o período da ditadura militar brasileira constituem um campo de estudos que tem recebido crescente atenção acadêmica, especialmente no que se refere aos usos políticos da história e aos simbolismos mobilizados pelos regimes autoritários. O trabalho de Oliveira (2022) oferece uma contribuição significativa ao analisar o processo de concessão e traslado dos restos mortais de D. Pedro I para o Brasil durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência, em 1972.

A autora desenvolve uma análise crítica que vai além da narrativa oficial de "fraternidade luso-brasileira", demonstrando como o evento foi instrumentalizado por ambos os regimes autoritários para fins de propaganda política e legitimação interna. Oliveira (2022) argumenta que, embora revestido de grande simbolismo, o traslado não resultou em uma aproximação efetiva entre os dois países, servindo antes como espetáculo político do que como catalisador de mudanças substantivas nas relações bilaterais. O estudo situa-se no contexto mais amplo da "Segunda Guerra Fria", conforme conceituação de Hobsbawn (1995), período em que Portugal lutava para manter seu império colonial na África enquanto o Brasil reformulava sua política externa em direção a uma postura mais autônoma e anticolonialista. Esta perspectiva permite compreender as tensões subjacentes às negociações diplomáticas, que se estenderam de 1971 a 1974, revelando interesses divergentes mascarados pelo discurso da união histórica.

Um dos aspectos mais relevantes da análise de Oliveira (2022) é a desconstrução do mito da aproximação luso-brasileira a partir do evento. A autora demonstra que, contrariamente ao discurso oficial, o Brasil já vinha buscando novos parceiros internacionais, especialmente na África e Ásia, dentro de uma política externa mais pragmática. Essa reorientação diplomática evidencia os limites dos simbolismos históricos quando confrontados com interesses estratégicos e econômicos concretos. A instrumentalização de conceitos como "democracia racial" e "lusotropicalismo", desenvolvidos por Freyre (2004), constitui outro elemento central da análise. Oliveira (2022) mostra como essas construções teóricas foram mobilizadas para criar uma narrativa de continuidade histórica e fraternidade, servindo tanto para mascarar tensões raciais e políticas internas quanto para legitimar os regimes autoritários perante a opinião pública. O trabalho também contribui para a compreensão dos usos políticos da história ao analisar como figuras históricas podem ser ressignificadas para atender a demandas políticas contemporâneas. O caso de D. Pedro I, transformado em símbolo de união entre as "duas pátrias lusíadas", exemplifica como a memória histórica pode ser manipulada para fins de propaganda estatal, especialmente em contextos autoritários.

Metodologicamente, o estudo de Oliveira (2022) destaca-se pela utilização de fontes

diplomáticas, documentos oficiais e material jornalístico de ambos os países, permitindo uma análise comparativa das perspectivas brasileira e portuguesa sobre o evento. Esta abordagem multifacetada enriquece a compreensão do processo negocial e dos significados atribuídos ao traslado pelos diferentes atores envolvidos.

As conclusões da autora apontam para a necessidade de uma leitura crítica das celebrações cívicas e dos eventos simbólicos promovidos por regimes autoritários. Oliveira (2022) demonstra que, apesar do grande aparato midiático e do discurso de aproximação, o traslado dos restos mortais não foi capaz de alterar o curso das relações luso-brasileiras, que passaram a ser pautadas crescentemente por interesses nacionais e pela busca de autonomia diplomática do Brasil. A análise contribui tanto para os estudos sobre política externa brasileira quanto para a compreensão dos mecanismos de legitimação utilizados pelos regimes militares latino-americanos, constituindo-se em referência fundamental para futuras pesquisas sobre o tema.

Ao longo desta seção, foram apresentadas obras que dialogam diretamente com o objeto de estudo proposto, oferecendo análises aprofundadas sobre as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972. Entretanto, é importante reconhecer a existência de outras pesquisas que, embora não se alinhem exatamente ao foco central deste estudo, inserem-se no contexto das celebrações do Sesquicentenário, contribuindo para uma compreensão mais ampla e diversificada do período. Destaca-se, por exemplo, o trabalho de Carmen Virgínia Pereira Dysarz (2020), que explora as possibilidades pedagógicas das comemorações de 1972, relacionando-as ao contexto político, econômico e social da época, e propondo materiais didáticos para o ensino de História. Marconey de Jesus Oliveira (2021), por sua vez, analisa as celebrações da "Revolução de 1964" e do Sesquicentenário da Independência realizadas pelo Ginásio Municipal de Serrolândia/BA, evidenciando como eventos cívicos foram utilizados para reforçar narrativas oficiais durante a ditadura militar. No campo das representações culturais, Olívia Baldissera de Souza Kleina (2022) investiga a representação de D. Pedro I no filme "Independência ou Morte" (1972), analisando como o cinema contribuiu para a construção de uma imagem heroica do imperador e sua relação com os ideais do regime militar. Roberta Gerciane Viana de Araújo (2017), por sua vez, estuda as comemorações do Sesquicentenário em Campina Grande/PB, revelando as particularidades regionais e as formas como as festividades foram apropriadas localmente. Além disso, a tese de Paulo Vinícius Aprígio da Silva (2017) aborda as práticas do Museu Nacional além das efemérides da Independência do Brasil, discutindo como a instituição lida com a memória e a história em contextos comemorativos.

Essas obras, embora não centrem suas análises nos mesmos aspectos abordados neste estudo, enriquecem o panorama de pesquisas sobre o Sesquicentenário da Independência, oferecendo perspectivas complementares e ampliando a compreensão das múltiplas dimensões envolvidas nas celebrações de 1972.

4 Referencial teórico: um esboço

O trabalho possui algumas bases teóricas que servem como ferramentas conceituais e teóricas para a análise central pretendida. De modo geral, alguns textos específicos e suas contribuições teóricas foram eleitos para determinadas classificações e agregações de diversas ações comemorativas reunidas, bem como dos discursos pesquisados. Assim, o trabalho ganha coesão e finalidade clara. Por fim, também, há alguns textos e materiais que se referem diretamente aos discursos que pretendem ser analisados e enquadrados pelas ferramentas teóricas abaixo.

A esse respeito, a teoria dos dois corpos do rei, desenvolvida por Ernst Kantorowicz em sua obra *Os Dois Corpos do Rei: Um Estudo em Teologia Política Medieval*, oferece um arcabouço conceitual profícuo para a análise da mobilização simbólica de Dom Pedro I em 1972. Kantorowicz parte da análise de um caso jurídico inglês do século XVI — o Caso dos Duchados — para demonstrar que os monarcas medievais eram concebidos como possuidores de dois corpos: um corpo natural, físico e mortal, e um corpo político, abstrato e imortal. Este último representa a dignidade real, a continuidade institucional e a permanência do poder, sendo transmitido automaticamente ao sucessor no momento da morte do soberano. Essa concepção não constitui mera ficção jurídica, mas uma estrutura simbólica que garante a continuidade do poder para além da morte biológica do governante. Com isso, o corpo político constitui um mecanismo fundamental para explicar a perpetuação das instituições ao longo do tempo, bem como para compreender como figuras históricas adquirem ressonância em contextos políticos diversos.

Nesse sentido, o traslado dos restos mortais de Dom Pedro I de Lisboa ao Monumento do Ipiranga em 1972, por ocasião das celebrações do sesquicentenário da Independência, assume uma dimensão simbólica de grande relevância no imaginário coletivo brasileiro, bem como a construção da nossa fundação enquanto povo e nação. A genialidade da análise kantorowicziana reside em demonstrar como esta solução conceitual medieval antecipa e fundamenta desenvolvimentos posteriores da teoria política moderna, incluindo noções contemporâneas sobre a natureza abstrata do Estado e a continuidade institucional. A teoria revela, assim, como a dimensão temporal do corpo político opera em um regime distinto daquele do corpo natural, permitindo a articulação entre passado e presente e possibilitando que eventos históricos possam ser presentificados e figuras do passado possam adquirir relevância contemporânea através de rituais e símbolos apropriados. A temporalidade política, ao contrário da linearidade cronológica, favorece a ressignificação contínua dos personagens históricos e

seus significados, a partir da necessidade de legitimação dos regimes vigentes. O caso brasileiro do século XX evidencia como o regime militar utilizou Dom Pedro I não apenas como personagem histórico, mas como dispositivo de legitimação simbólica capaz de estabelecer continuidade entre diferentes momentos do passado nacional e o projeto político autoritário do presente.

Nesta linha de análise, é fundamental destacar o papel dos rituais públicos, procissões solenes e cerimônias oficiais na construção e manutenção da legitimidade política, conforme demonstra Kantorowicz. Estes rituais não constituem meras cerimônias protocolares ou manifestações de pompa decorativa, mas representam momentos específicos onde a dimensão abstrata do poder se torna visível e tangível para a população, funcionando como autêntico teatro político onde abstrações jurídicas e conceitos teóricos ganham realidade sensorial. Tais mecanismos foram intensamente mobilizados nas celebrações do sesquicentenário, evidenciando a relevância da teoria dos dois corpos para a compreensão da instrumentalização contemporânea de símbolos e rituais como estratégias de construção de legitimidade. Esses rituais não constituem apenas protocolos formais, mas instâncias de atualização do corpo político do rei, transformando conceitos abstratos em experiências sensoriais e coletivas. A recepção popular ao traslado dos restos mortais do imperador e o apelo emotivo à sua figura durante as celebrações da efeméride revelam o êxito simbólico do regime em construir a imagem de uma continuidade histórica que atravessa o tempo e legitima o presente político.

Em consonância com a leitura kantorowicziana, Michel Foucault, em entrevista de 1977 transcrita no capítulo “Truth and Power”, afirma que a filosofia política ocidental ainda está enredada na lógica da soberania herdada do Leviatã hobbesiano. Nesse sentido, propõe uma ruptura radical: “cut off the King’s head” — ou seja, romper com as categorias políticas baseadas na centralidade do soberano. Para o autor, na Teoria política “that has still to be done.” (FOUCAULT in GORDON, 1980, p. 121). A crítica foucaultiana evidencia que, embora se proclamem modernas, as estruturas jurídicas e políticas contemporâneas ainda operam com lógicas herdadas da teologia política medieval, como aquela sistematizada por Kantorowicz. Nesse aspecto, é interessante notar que o “corpo mortal” do rei foi “feito por Deus”, enquanto o imortal foi desenvolvido pelos homens (GREENBLATT, 2009).

O uso simbólico da figura de Dom Pedro I nas comemorações de 1972 ilustra de forma eloquente essa permanência estrutural. A dignidade imperial de Dom Pedro I, que não se limita às qualidades pessoais do indivíduo Pedro de Alcântara, incorpora significados relacionados à independência nacional, à soberania brasileira e à continuidade institucional — valores que podiam ser reativados e instrumentalizados por um regime que buscava legitimar-se por meio

da evocação do passado glorioso. A cerimônia de traslado, portanto, funcionou como “teatro político”, no qual o corpo político do imperador se manifestava simbolicamente, estabelecendo uma conexão emocional entre a autoridade do passado e os projetos do presente.

Dessa forma, a articulação entre o corpo morto — o corpo natural — e o corpo político imortal do imperador reflete, de forma exemplar, a dualidade tratada por Kantorowicz. A experiência brasileira no Sesquicentenário reforça a tese de que a teoria dos dois corpos continua a ser uma chave interpretativa relevante para a compreensão das estratégias contemporâneas de mobilização simbólica do poder, especialmente em contextos autoritários. A política do imaginário, quando aliada à memória seletiva, permite que figuras históricas sejam convocadas a intervir no presente, conferindo um sentido de continuidade e legitimidade às formas institucionais que se pretendem duradouras. Portanto, a contribuição kantorowicziana para os estudos sobre imaginário coletivo e construção de identidades nacionais evidencia que o corpo político de certas figuras históricas, como Dom Pedro I, funciona como ponto de convergência entre experiências individuais e significados coletivos. Essa mediação simbólica é essencial para compreender como o passado é manipulado no presente, tornando-se ferramenta para projetos políticos específicos. No Brasil de 1972, o imperador morto há mais de um século retornava à cena pública, não como mero personagem histórico, mas como presença política simbólica que reforçava a autoridade do Estado e evocava uma narrativa de grandeza nacional alinhada aos interesses do regime militar.

Nesse cenário, nossa segunda principal base teórica será a obra do historiador português Fernando Catroga, notadamente seus livros *Memória, História e historiografia*, *Nação, mito e rito* e *História da história em Portugal: da historiografia à memória histórica*. Dessa forma, o primeiro livro consiste em um pequeno e didático texto acerca das relações e correlações entre a memória até a historiografia. O autor inicia uma reflexão filosófica que remonta a antiguidade grega junto a concepções acerca das recordações na formação identitária, tanto pessoal quanto social. Com isso, ao comentar a bibliografia de Joel Candau menciona três níveis da memória: uma inicial chamada proto-memórias, referente a um campo mais habitual e fonte de automatismos de comportamento; um nível intermediário com a memória “propriamente dita”, campo das recordações e reconhecimentos; e, por fim, a metamemória, campo das “recordações-imagem” e com caráter compartilhado, definida pelas representações. É a partir dessas noções que se iniciam as discussões acerca da conceitualização de uma “memória coletiva”: através da afirmação de Tzvetan Todorov do caráter seletivo da memória, define-se a problemática das ausências – fato que explica as nostalgias e saudade – dentro dessa dinâmica, sobretudo ao pensar as recordações apenas como uma “ponta do iceberg” de diversos

esquecimentos. A partir desse ponto, a noção de “traços” que permitem a representação memorial passa a ser central: a partir do momento que determinados traços ativam a memória “material” sua produção no terceiro nível, o da metamemória, requer sua exteriorização através de ritos, que é uma prática anamnética, concepção aristotélica, de sociedades sem escrita. Assim se dá a criação do monumento, advindo da expressão latina homônima e que se deriva do termo *mens* (espírito). O monumento é, portanto, o produto natural da metamemória. Com isso, a relação entre memória e monumento se dá num ato em que a relação entre sujeito e objeto constitui ato comunitário de *re-cordare*, isto é, um co-memorar. (CATROGA, 2015, p. 26).

De modo geral, é através dessa concepção que o presente trabalho analisa as comemorações acerca da efeméride. O livro continua fluindo com demais acepções de como as ações envolvendo a memória e sua representação, bem como registros, caminham para encontrar e formar a História e historiografia. Entretanto, no terceiro e último capítulo, há uma reflexão que se adequa aos objetivos desta investigação: a proximidade entre o trabalho da memória e do luto, em que a morte e a ideia de objeto ausente situam as sociedades simbolicamente no tempo. Nessa concepção, o texto histórico desempenha uma função análoga à do túmulo e aos ritos de recordação. Uma entrevista concedida por Catroga, em outubro de 2009, em que exemplifica uma outra questão acerca dessa aproximação, quando perguntado sobre suas primeiras influências no estudo das comemorações afirma que “de certa maneira, pode dizer-se que uma comemoração encena a divisa comtiana segundo a qual os mortos devem governar os vivos”.

Nesse sentido, uma contribuição especial pode ser retirada do sexto capítulo do livro *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*, de José Murilo de Carvalho: a atuação dos positivistas ortodoxos nos primeiros anos da república. O historiador brasileiro, após uma longa descrição acerca desses grupos e seus membros, afirma que “a junção da doutrina comtista com a visão estratégica dos ortodoxos fez desses positivistas os principais manipuladores de símbolos da República” (CARVALHO, 2017, p. 139). A luta incansável desses positivistas ortodoxos se justificava pela inserção do campo simbólico que se dá na interação da memória com monumentos, na constituição das identidades e imaginários coletivos. Desse modo, esses grupos atuavam com uma ampla produção de escritos textuais para atingir as classes médias, principalmente com periódicos, e demais textos para a elite; no que refere as classes dos operários urbanos e mulheres procuravam deter o controle de imagens e monumentos, como o mito de Tiradentes, a bandeira, o hino e a figura feminina.

Por fim, uma última noção trazida no texto de Catroga é a concepção da “memória política” e “política da memória”. Dessa forma, adianta a centralidade da historiografia nesse

processo afirmando que

“(…) [a historiografia] funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade científica a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação (reinvenção e sacralização das origens e de momentos de grandeza, simbolizados e dos momentos de grandeza, simbolizados em “heróis” individuais ou coletivos)”.

(CATROGA, 2015, p. 73)

Com isso, o autor menciona a dinâmica dessas reinvenções a partir das diversas transformações sociais e de grupos que ocupam o poder. É uma forma de garantir legitimidade mesmo não possuindo um histórico de grandes tradições no tempo, mas, sim, a partir da produção simbólica. Essa relação entre historiografia e memória constitui um campo importante para o presente trabalho em função da íntima investigação de como instituições e grandes intelectuais, bem como homens de Estado, desenharam o processo da independência a partir de considerações acerca do passado que ainda deveriam constituir a realidade viva dos brasileiros. É a celebração de tradições que legitima e comemora o *status quo*. Desse modo, a crescimento das disputas a partir da importância social e política das representações sobre o passado e seu domínio se alinham com uma crescente margem de manipulação e uso político-ideológico sobre a memória, sobretudo nos casos das “memórias coletivas” e seus paralelos (como é o caso da “memória nacional”). É nesse cenário que se dá a memória política e consequente política da memória: os Estados-nação, com o passar do tempo, aumentaram suas ferramentas de dominação ideológica acerca da representação do passado, como na criação de “infraestruturas culturais e simbólicas para se ir interiorizando o ideal de pátria, deus maior de uma religião civil” (CATROGA, 2015, p. 79).

Em continuidade temática, o livro *Nação, mito e rito* avança na exploração das estratégias simbólicas utilizadas para criar e reforçar identidades nacionais. Catroga (2004) argumenta que as nações são entidades imaginárias, construídas não apenas através de narrativas históricas, mas também pela contínua encenação simbólica por meio de mitos fundadores e ritos comemorativos. A obra oferece uma perspectiva ampla sobre como os símbolos, cerimônias cívicas e mitologias nacionais são sistematicamente mobilizados para consolidar laços de pertencimento e sentimentos patrióticos. Segundo Catroga (2004), os ritos e mitos nacionais têm a função social e política de unificar comunidades, mascarando conflitos internos sob um manto de unidade simbólica, o que é essencial para a manutenção da

legitimidade política e social. (CATROGA, 2004)

A terceira obra analisada, *História da história em Portugal: da historiografia à memória histórica*, realiza uma rigorosa genealogia das práticas historiográficas portuguesas, investigando como a escrita da história e a memória histórica evoluíram ao longo do tempo. O autor defende que a historiografia portuguesa foi profundamente marcada pela necessidade política e social de produzir uma narrativa histórica capaz de legitimar o Estado e a nação, sobretudo em períodos de crise ou mudança política significativa. Essa obra enfatiza o papel central dos historiadores como agentes conscientes ou inconscientes na criação de memórias oficiais, destinadas a consolidar o imaginário coletivo em torno de determinados eventos, personagens e momentos históricos, legitimando, assim, o poder vigente e suas ideologias. (TORGAL, 1998)

Ao correlacionar essas três obras, percebe-se que historiador constrói uma abordagem sólida que evidencia a intrínseca articulação entre historiografia, memória e política, demonstrando como o passado é continuamente reinterpretado para atender às necessidades do presente. A memória histórica surge como território de disputa e negociação simbólica, enquanto o mito e o rito atuam como ferramentas essenciais para produzir consenso e continuidade em meio às tensões sociais. Nesse sentido, Catroga oferece uma valiosa contribuição teórica e metodológica para a compreensão dos mecanismos culturais e simbólicos que sustentam a formação e manutenção das identidades coletivas e dos projetos políticos nacionais.

Finalmente, é possível estabelecer uma significativa interlocução entre o trabalho de Fernando Catroga e a teoria política desenvolvida por Ernst Kantorowicz em *Os Dois Corpos do Rei*. Ambos os autores reconhecem que a legitimidade e continuidade do poder político dependem profundamente da construção simbólica e da ritualização da autoridade. Enquanto Kantorowicz explica como o poder monárquico medieval articulava a dimensão simbólica (corpo político) com a materialidade mortal dos reis (corpo natural), Catroga amplia essa reflexão para o contexto das sociedades modernas, onde os mecanismos simbólicos não estão restritos à figura de um monarca, mas operam de modo generalizado por meio da memória coletiva, mitos nacionais e ritos cívicos. Assim, as comemorações históricas e os rituais nacionais modernos podem ser compreendidos como formas contemporâneas da mesma dinâmica simbólica analisada por Kantorowicz, isto é, estratégias discursivas e rituais que mantêm viva a dimensão imaterial e contínua do corpo político das nações, mesmo em contextos não monárquicos.

Passando adiante, o livro *A invenção das tradições*, organizado pelos historiadores Eric

Hobsbawn e Terence Ranger, aparece em destaque para esta análise ao apresentar características das construções que envolvem os Estados Nacionais e suas novas estruturas sociais. O livro, em suas três partes, atribui protagonismo ao conceito de “tradição” na legitimação dos processos de formação dos Estados em relação ao corpo social, ou seja, como determinados agentes articulam suas forças para gerar a ideia de nação e suas consequências. O conceito de “tradição inventada” aparece como “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas” acrescido de “(...) natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.” (Hobsbawn, 1997, p .9).

Com especial atenção ao capítulo 7, “A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914”, do próprio Hobsbawn, ainda há uma especial taxonomia entre tradições oficiais, de caráter essencialmente “político” em que há ação do Estado ou movimentos organizados, e não-oficiais, que podem ser chamadas “sociais”. O autor expõe que essa prática de invenção de tradições está ligada à necessidade de legitimidade das nações e organizações do poder por determinados grupos. O uso dessas práticas que conferem continuidade com um passado exerce uma função de agregação social e permite a disseminação de valores específicos em toda uma comunidade. Dessa forma, constitui um instrumento para criar uma identidade nacional. Essas tradições ainda perpassam diversas esferas e influenciam no corpo cultural desses grupos. Algumas ponderações devem ser acentuadas: o termo “tradição inventada” é usado em sentido amplo, mas não é indefinido, pois inclui tanto as práticas nitidamente construídas e institucionalizadas, quanto aquelas com difícil delimitação analítica; contudo, as tradições inventadas não devem ser confundidas com as práticas também repetidas e com carga simbólica, mas atribuídas de certa flexibilidade, que são os costumes; além disso, diversas práticas que são repetidas por conveniência, não possuindo em sua natureza função simbólica mas podendo adquirir no tempo, formam uma rede de rotinas que não são “tradições inventadas”. Assim, é possível estabelecer uma relação evidente entre a invenção das tradições e as celebrações da independência, em que se insere o sesquicentenário: há uma articulação de determinados grupos em prol de um discurso que promova valores particulares específicos através de uma narrativa da independência. Explorar um processo como o da emancipação é especialmente interessante por constituir um momento histórico de formação de novas estruturas sociais, integrando um novo mito fundacional para um povo. É com essa alavanca de Arquimedes que se compreendem a efeméride e as produções de conhecimento do período.

A partir do texto "O Mundo como Representação", de Roger Chartier (1991), é possível extrair elementos teóricos fundamentais para compreender como dispositivos culturais operam

na consolidação de narrativas de modernização autoritária. O historiador francês oferece instrumentos conceituais que permitem decifrar os mecanismos pelos quais formas materiais, práticas de leitura e exercício do poder se articulam na produção de eficácia simbólica. Assim, Chartier estabelece que as representações funcionam como "verdadeiras instituições sociais", incorporando sob a forma de representações coletivas as divisões da organização social. Esta perspectiva é crucial para compreender como regimes autoritários utilizam dispositivos culturais para naturalizar suas estruturas de poder. O autor demonstra que as representações não são meros reflexos da realidade, mas "matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social". (CHARTIER, 1991, p. 183)

A análise chartieriana da "oralização forçada" nos processos de leitura do Antigo Regime encontra paralelo no dispositivo narrativo do filme. A combinação de voz impunha uma pedagogia da recepção, onde a decodificação era pré-formatada. Como Chartier (1991) observa, "nenhum texto controla totalmente suas recepções", mas a estrutura binária passado/presente - com iconografia tradicional versus imagens industriais - limita drasticamente as possibilidades interpretativas.

Chartier (1991) analisa detalhadamente como as "formas de teatralização da vida social" funcionam como dispositivos de dominação. Citando Pascal, o autor demonstra como o poder se sustenta através de aparatos simbólicos: "As suas togas vermelhas, os arminhos com que se enfaixam como gatos peludos, os palácios em que julgam, as flores-de-lis, todo esse aparato augusto era muito necessário". A "teatralização do poder" identificada por Chartier, no Antigo Regime, materializava-se nas sessões especiais para autoridades militares e educacionais. Esses rituais de exibição convertiam o ato de assistir em performance de adesão ao regime, onde a plateia simultaneamente demonstrava e reforçava seu alinhamento. (CHARTIER, 1991, p. 185-186)

Esta análise é fundamental para compreender como a modernização autoritária opera através da espetacularização do progresso. Os dispositivos culturais funcionam como "instrumentos vãos que impressionam as imaginações", criando uma "vitrine" que "manipula os signos destinados a produzir ilusão". O regime autoritário moderno utiliza os símbolos da modernização tecnológica da mesma forma que o Antigo Regime utilizava os símbolos da majestade real.

Chartier (1991) desenvolve um conceito sofisticado de "apropriação" que se distancia tanto da perspectiva foucaultiana quanto da hermenêutica tradicional. Para ele, a apropriação "visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem". Esta perspectiva é crucial

para compreender como dispositivos culturais autoritários podem gerar efeitos não intencionais. O autor lembra que "nenhum texto controla totalmente suas recepções", o que significa que mesmo os dispositivos mais sofisticados de propaganda podem ser subvertidos através de práticas de apropriação criativas.

A proposta final do autor visa "rearticular as práticas culturais sobre as formas de exercício do poder". O autor argumenta que é necessário "compreender a partir das mutações no modo de exercício do poder (geradores de formações sociais inéditas) tanto as transformações das estruturas da personalidade quanto as das instituições e das regras que governam a produção das obras e a organização das práticas". Esta abordagem permite compreender como a modernização autoritária opera através da criação de novas "formações sociais" que articulam transformações tecnológicas, reorganização das práticas culturais e novas formas de subjetivação política. Os dispositivos culturais funcionam como mediadores entre as transformações estruturais do poder e as transformações das "estruturas da personalidade".

A análise de Chartier (1991) oferece instrumentos teóricos fundamentais para compreender como dispositivos culturais operam na consolidação de narrativas de modernização autoritária. Sua abordagem revela que a eficácia simbólica destes dispositivos não reside apenas no controle dos conteúdos, mas fundamentalmente na manipulação das formas materiais, na reorganização das práticas de leitura e na criação de novos circuitos de produção e circulação cultural. O conceito chartieriano de representação como "instrumento de conhecimento mediato" que pode ser pervertido em "máquina de fabricar respeito e submissão" oferece uma chave interpretativa poderosa para compreender como regimes autoritários utilizam a modernização tecnológica como dispositivo de legitimação simbólica. A modernização autoritária opera, assim, através da criação de uma "vitrina" tecnológica que mascara as relações de dominação através da espetacularização do progresso.

5 Antecedentes: 1922 e o centenário da Independência do Brasil

Figura 1 - O Centenário da Independência do Brasil: exposição



Fonte: Photo Bippus, Rio (entre 1922 e 1923) em (PIMENTA e CORDEIRO, 2023)

O ano de 1922 representou o ápice de uma significativa mobilização institucional brasileira voltada para as comemorações do centenário da independência nacional. Nesse sentido, várias ações convergiram para celebrar a emancipação política do país e reforçar os fundamentos da identidade brasileira. Segundo Marly Motta (1992), em sua obra *A questão nacional no Centenário da Independência do Brasil: uma nação em busca de modernidade*, os preparativos oficiais tiveram início seis anos antes da data comemorativa, em 1916, com a instalação de comissões organizadoras pelo Estado brasileiro. Destacam-se nesse contexto, como objetos essenciais para análise, a Exposição Internacional do Centenário da Independência realizada no Rio de Janeiro e o conjunto monumental erguido no bairro do Ipiranga, em São Paulo, bem como a emblemática pintura “Independência ou Morte” de Pedro Américo. Essa obra pictórica, aliás, desempenha um papel recorrente na análise das comemorações ao longo do período em estudo, uma vez que se fixou fortemente na memória coletiva brasileira, como fruto direto das iniciativas promovidas no centenário.

5.1 As iniciativas do Estado Brasileiro

Conhecido popularmente como Museu do Ipiranga, o Museu Paulista é um edifício

projetado pelo arquiteto italiano Tommaso Gaudencio Bezzi, dedicado à monumentalização do episódio conhecido como Grito do Ipiranga, ocorrido em 7 de setembro de 1822. A edificação caracteriza-se por uma arquitetura eclética, predominantemente marcada por ornamentações neomaneiristas e concebida em escala palaciana. Sua construção iniciou-se ainda durante o regime imperial brasileiro, em 1885, mas somente foi finalizada em 1890, já sob a República. Inicialmente destinado a funções secundárias, o prédio abrigou um museu de história natural até o período preparatório para as comemorações do centenário da independência. Essa configuração modificou-se radicalmente sob a direção de Afonso d'Escagnolle Taunay, responsável por uma profunda reorganização institucional que redefiniu o Museu Paulista como espaço voltado especificamente à história nacional e paulista, inserindo-se num contexto mais amplo relacionado aos projetos políticos das elites regionais brasileiras. Nesse sentido, o Museu Paulista simboliza, por sua imponência, a consolidação de uma imagem específica da independência brasileira, estreitamente associada ao território paulista. Ainda que o processo emancipatório brasileiro seja composto por múltiplos episódios, nenhum outro foi tão destacado na memória coletiva quanto o Grito do Ipiranga. Tal episódio é conhecido amplamente no país, embora muitos brasileiros desconheçam sua localização exata, exceto pela referência explícita contida no primeiro verso do Hino Nacional, outro símbolo fortemente associado ao centenário. Dessa forma, o fato político ocorrido em 7 de setembro de 1822 foi monumentalizado com especial ênfase no papel desempenhado por São Paulo como berço da emancipação nacional, em detrimento, por exemplo, da Assembleia Constituinte de 3 de julho, evento que efetivamente inaugurou o Estado brasileiro.

Nesse quadro comemorativo, a cidade do Rio de Janeiro sediou, entre 7 de setembro de 1922 e 24 de julho de 1923, a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, que constituiu um evento central no contexto das efemérides. A exposição foi estruturada em pavilhões nacionais que pretendiam cumprir o objetivo declarado de expressar plenamente “a vida econômica e social do Brasil em 1922”, além de uma área adjacente destinada às seções construídas por participantes estrangeiros, sejam governos ou industriais. Para tanto, ocorreram significativas transformações urbanas, sendo emblemática a demolição do morro do Castelo, intervenção destinada a prover espaço físico para o evento e simbolizar “a capacidade do anfitrião de realizar empreendimentos excepcionais” (MOTTA, 1993, p. 70-71). Merece especial destaque analítico o sucesso inequívoco da exposição, evidenciado tanto pelo expressivo número de visitantes quanto pela notável presença dos pavilhões internacionais. Esse evento tornou-se, portanto, um marco relevante para a projeção de uma “identidade brasileira”, funcionando, assim como o Museu Paulista, como instrumento de propagação de

um discurso voltado para a construção nacional. Torna-se visível a disputa entre paulistas e cariocas quanto às formas de representação da independência, evidenciada pela competição entre as diferentes efemérides, refletindo claramente distintos projetos e interpretações. A escolha do Rio de Janeiro como palco principal dessa grande exposição teve como contraponto, numa perspectiva igualmente vanguardista, a Semana de Arte Moderna em São Paulo, no mesmo ano. Ainda assim, a magnitude e êxito da exposição carioca podem ser comparados apenas à significativa monumentalização do 7 de setembro representada pelo conjunto arquitetônico e simbólico do Ipiranga.

5.2 As produções intelectuais no Centenário

Simultaneamente à ação do Estado brasileiro na promoção das comemorações relativas aos marcos cívicos da emancipação política do país, diversos intelectuais atuavam no esforço de elaborar narrativas relacionadas às identidades nacionais, com o objetivo de fixar uma representação compartilhada da nação no imaginário coletivo. As reflexões e as pesquisas acadêmicas então produzidas são exemplares das interpretações que circulavam na época, revelando as preocupações desses intelectuais em consolidar uma historiografia propriamente brasileira. Dessa forma, o percurso por três autores específicos pode demonstrar de que maneira a independência brasileira converteu-se em objeto central de pesquisa e análise, visando integrá-la ao discurso sobre a identidade nacional.

A reedição da *História Geral do Brasil*, obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (1917), reverencia o passado por meio de uma narrativa histórica que coloca no centro da emancipação brasileira as ações protagonizadas por grandes lideranças políticas. A obra de Varnhagen ganhou relevância direta por ocasião das comemorações do centenário, incorporando capítulos até então inéditos, especialmente dedicados aos episódios ocorridos na década de 1820, sendo estes marcadamente sujeitos a interpretação. Metodologicamente, o autor afirma pautar-se na imparcialidade, princípio repetido e enfatizado como característica essencial da responsabilidade historiográfica frente aos fatos. Nesse sentido, segundo o próprio Varnhagen, o historiador “cumpre com o dever quando com critério e boa-fé e imparcialidade, dá, como em um jurado mui conscienciosamente o seu veredictum, cotejando os documentos e as informações oraes apuradas com o maior escrúpulo que, à custa do seu ardor em investigar, a verdade conseguiu ajuntar” (Varnhagen, 1917, p. 25-26). Através da exaustiva reunião e análise de fontes primárias, Varnhagen constrói uma narrativa estreitamente vinculada aos eventos oficiais, articulando acontecimentos e datas institucionalmente reconhecidas em uma linha

narrativa voltada para as ações das grandes figuras políticas. O tom celebrativo empregado gera uma impressão de unicidade e linearidade histórica, afastando possíveis interpretações divergentes ao reforçar uma visão rígida e inevitável do passado. Essa característica torna-se especialmente evidente na forma como retrata o líder da independência brasileira, Dom Pedro I: “Não lhe restava, pois, mais que uma de duas resoluções a tomar: ou proclamar de todo a independência, para ser herói, ou submeter-se a cumprir e fazer cumprir os novos decretos das Cortes...” (Varnhagen, 1917, p. 186). Em síntese, a narrativa de Varnhagen desenha uma sequência oficializada e determinista de eventos, destacando grandes personagens como protagonistas heroicos de um caminho histórico supostamente inevitável.

Uma alteração relevante na historiografia analisada está representada na obra *O movimento da Independência*, de Manuel de Oliveira Lima, publicada em 1922 em meio às comemorações do centenário. Adotando uma metodologia caracterizada por uma sequência em três etapas, o autor constrói uma narrativa clara dos acontecimentos históricos, evidencia suas causas e destaca suas consequências. Contudo, ao qualificar o processo emancipatório como um “desquite amigável”, Oliveira Lima aproxima-se em certa medida da perspectiva proposta anteriormente por Varnhagen, reafirmando uma visão pacífica da independência brasileira, inserindo as raízes da nacionalidade em um mundo colonial europeu e consolidando-a no modelo monárquico. O próprio título da obra antecipa uma abordagem essencialmente cronológica, sublinhando uma interpretação factual do processo de separação entre o nascente Estado brasileiro e o Estado português. Nesse sentido, a independência surge descrita como uma extensão natural do Brasil colonial português, enfatizando-se especialmente o papel do monarca Dom João VI durante o período em que a Corte portuguesa permaneceu no Rio de Janeiro. A transferência da Corte é interpretada como um prelúdio ao processo emancipatório, construindo uma narrativa na qual “D. João VI emerge como fundador da nacionalidade brasileira” (Malatian, 2022, p. 557). Oliveira Lima, da mesma forma, concede primazia aos acontecimentos políticos, embora reserve, de maneira inovadora para a época, um capítulo específico para tratar da sociedade brasileira, abordando explicitamente a noção de “povo”: “fácil é ver que não só o povo sofria de tal situação” (Lima, 1922, p. 18).

A interpretação de Afonso d’Escragolle Taunay, então diretor do Museu Paulista durante o período do centenário, assume relevância singular na configuração do discurso histórico sobre a independência do Brasil. Sua perspectiva está sistematizada na obra *Grandes Vultos da Independência Brasileira*, publicada em 1922 com o propósito de oferecer uma visão panorâmica sobre os principais temas e personagens ligados ao processo emancipatório. Por meio dessa abordagem de caráter generalista, Taunay estabelece os fundamentos de sua leitura

historiográfica, conferindo papel central às Bandeiras paulistas. Conforme observa Anhezini (2022, p. 944), trata-se de “uma narrativa que segue da colonização à conquista do território pelos bandeirantes e à Independência”, estruturando uma linhagem de protagonismo paulista desde os primórdios coloniais até a formação do Estado nacional. Tal perspectiva não se restringiu ao plano teórico, mas materializou-se nas exposições do Museu Paulista concebidas para as comemorações do centenário. A montagem dos espaços internos da instituição traduziu visualmente a leitura histórica de Taunay, enfatizando a centralidade de São Paulo no processo de emancipação. Como destaca Borrego (2022, p. 881), “(...) na sala consagrada à cartografia colonial e a documentos antigos, o diretor colocaria junto ao Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas os retratos de Francisca Miquelina de Souza Queiroz e seu marido Francisco Inácio – antepassados da esposa de Taunay –, de José Bonifácio de Andrada e Silva e de D. Pedro I.” Tal arranjo curatorial conferia uma representação harmônica e linear à independência paulista, desvinculada dos conflitos de 1822, e inserida num entrelaçamento entre política e interesses econômicos locais.

Na condição de diretor do museu, Taunay encontrou o meio mais eficaz para consolidar e difundir sua interpretação histórica. Sua atuação transcendeu a escrita, ganhando concretude por meio de intervenções expositivas e comissionamento de obras artísticas. Destaca-se, nesse sentido, a série de retratos encomendados entre 1919 e 1922 para compor a sanca da escadaria e o salão nobre do museu, onde se encontra a célebre tela *Independência ou Morte!* de Pedro Américo. Essas obras integravam o projeto de representação dos “vultos” nacionais evocados na obra de Taunay. Como observa Santos (2022, p. 59), dezoito retratos compõem a sanca, e, na impossibilidade física de inclusão de todas as figuras históricas, uma placa de bronze registra os nomes restantes, reafirmando sua importância simbólica. Assim, o Museu Paulista, além de monumento arquitetonicamente imponente, consolidou-se como espaço privilegiado de memória e difusão histórica. Nesse cenário, ao arquitetar uma exposição sob sua orientação intelectual e institucional, Taunay garantiu um poderoso instrumento de enunciação historiográfica, cujo impacto ultrapassou o contexto das efemérides de 1922 e consolidou sua posição na construção da narrativa nacional.

5.3 A “validação” do discurso

Em outro plano de análise, embora os autores examinados revelem distinções significativas em seus textos, suas convergências revelam-se mais determinantes, evidenciando o esforço coletivo de construção de uma narrativa hegemônica — ainda que elaborada a partir

de perspectivas particulares — sobre o processo de independência. Em comum, todos se dedicaram ao exame de documentos e à utilização de fontes oficiais, no intuito de conferir legitimidade a um discurso que orientasse a formação da identidade nacional brasileira. A história que emerge desses relatos é a de um país que se emancipou de maneira pacífica, sem rupturas abruptas, assegurando a continuidade das estruturas institucionais herdadas do período colonial. A centralidade atribuída a figuras como Dom João VI, Dom Pedro I e José Bonifácio de Andrada e Silva reforça esse projeto narrativo, que exalta a ação de heróis fundadores e projeta uma imagem harmônica da transição para a soberania nacional.

Importa destacar, ainda, a estreita relação entre as produções historiográficas do período e os discursos veiculados nas comemorações oficiais. Diversas obras foram encomendadas especificamente para compor as efemérides, e, em muitos casos, os próprios autores participaram ativamente das celebrações. O exemplo de Afonso d'Escragnoille Taunay é paradigmático: além de coordenar as celebrações do centenário em São Paulo, na condição de diretor do Museu Paulista, organizou uma interpretação histórica coerente com esse projeto por meio da publicação de *Grandes Vultos da Independência Brasileira*, como mencionado anteriormente. Da mesma forma, Manuel de Oliveira Lima exerceu papel relevante como agente diplomático do Estado brasileiro, relação que, longe de comprometer sua produção científica, influenciou diretamente suas interpretações sobre o processo emancipatório. Assim, evidencia-se uma simbiose entre a historiografia e os interesses políticos da época, em que a produção do saber histórico se alinhava a um projeto de construção nacional orientado pela celebração do passado e pela projeção de um ideal de identidade para o futuro.

A análise da dimensão internacionalista dos eventos relativos ao centenário da Independência surge como outro ponto de confluência. É pertinente observar que o campo das relações internacionais passou por significativa expansão conceitual, especialmente com o advento de processos que globalizaram não apenas os Estados, mas também as sociedades civis. Nesse contexto ampliado, o que hoje se compreende por análise internacional transcende o mero estudo das interações estatais, incorporando aspectos socioculturais, identitários e ideológicos. Assim, muitos dos argumentos anteriormente expostos — referentes ao projeto político de nacionalização de valores próprios de grupos específicos, mediante a construção das noções de identidade e pátria — podem ser reconfigurados como fundamentos analíticos no campo internacionalista contemporâneo.

Nesse sentido, como já discutido por Hobsbawn, a produção em massa de tradições — enquanto prática típica das nações do chamado Ocidente — foi amplamente difundida e, em certa medida, exportada para outras realidades sociais como parte de um modelo político-

cultural mais amplo. O caso brasileiro insere-se nessa dinâmica, particularmente quando se considera o discurso intelectual predominante no período. A interpretação da emancipação como um processo de continuidade pacífica, tal como descrito por Oliveira Lima por meio da metáfora do “desquite amigável”, em oposição à ideia de ruptura revolucionária, reforça a percepção de uma transição harmônica das instituições coloniais para a estrutura imperial. Essa leitura consolida o Brasil como partícipe do circuito ocidental, sujeito, portanto, aos mesmos processos históricos que caracterizaram outras nações ocidentais em suas respectivas trajetórias de formação nacional.

Contudo, no início do século XX, o campo das relações internacionais ainda se confundia com o domínio da diplomacia, sendo a história diplomática o eixo temático central das publicações e investigações acadêmicas. O levantamento bibliográfico conduzido por Paulo Garrido Pimenta e colaboradores evidencia essa configuração: em 1922, apenas treze publicações traziam o descritor temático “Relações Internacionais”, das quais oito pertenciam ao Arquivo Diplomático da Independência — uma coletânea de documentos relacionados à atuação diplomática brasileira em disputas internacionais — e outras estavam vinculadas aos *Ensaio Diplomáticos* do diplomata Heitor Lyra. Acrescentam-se ainda o livro *Apontamentos para a história diplomática contemporânea: A emancipação do Brasil*, de Antônio Vianna, e o excerto “O papel de José Bonifácio na nossa independência”, publicado nos *Anais do Primeiro Congresso de História da América*, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O aspecto mais relevante nesse conjunto de obras é sua vinculação ao campo da história diplomática tradicional, com forte ênfase em narrativas biográficas e na atuação individualizada de personagens centrais. Ao confrontar esse panorama com as posições dos autores analisados anteriormente — Varnhagen, Oliveira Lima e Taunay — evidencia-se a prevalência de uma abordagem centrada em grandes eventos e agentes heroicos, reafirmando o discurso dominante na historiografia do período. Dessa maneira, tanto no plano interno quanto no internacional, o modelo narrativo baseado em figuras ilustres e ações decisivas permanece como eixo estruturante da memória e da identidade nacional construída no contexto das efemérides de 1922.

Em síntese, o Centenário da Independência do Brasil constituiu um marco cívico que não se realizou sem cuidadoso planejamento, apesar dos inúmeros percalços que comprometeram cronogramas e inaugurações ao longo da década. O fato é que a efeméride mobilizou significativos esforços voltados à sua celebração e à construção de sua memória. A análise desse processo permite identificar elementos centrais e suas articulações. A primeira constatação diz respeito ao embate entre distintas narrativas, frequentemente moldadas por

interesses de elites regionais, embora não exclusivamente. As tensões entre paulistas e fluminenses na organização das celebrações, bem como o contraste entre abordagens identitárias tradicionais — representadas pelo conjunto simbólico do Ipiranga — e as de cunho vanguardista — como a Exposição do Rio de Janeiro e a Semana de Arte Moderna em São Paulo — ilustram esse conflito interpretativo. Soma-se a isso a menor expressividade das comemorações em outras províncias, como Bahia e Maranhão, o que revela uma assimetria relevante na construção da memória nacional, pautada por preferências evidentes. A ampla difusão do episódio do Grito do Ipiranga, por sua vez, evidencia a centralidade das concepções oriundas da elite paulista — notadamente as de Afonso d’Escagnolle Taunay — na constituição do imaginário coletivo acerca da independência.

Nesse sentido, os discursos formulados no contexto do centenário podem ser compreendidos à luz da proposta teórica de Hobsbawn, ao funcionarem como mecanismos de “tradições inventadas” que conferem continuidade simbólica a um projeto nacional em construção durante os anos 1920. Os eventos comemorativos não apenas reconstituem um episódio fundacional, mas atualizam o mito de origem nacional, ancorando a população brasileira em uma memória compartilhada que, embora remeta a um século atrás, é mobilizada como se ainda estivesse viva no presente. Concomitantemente, tais celebrações também projetam visões de futuro, enunciando discursos de caráter modernizador, ainda que esse termo assumisse, à época, traços de um modismo. Seja na representação do passado, seja na formulação de expectativas quanto ao porvir, os discursos emergentes desempenham função estruturante: moldam percepções, organizam narrativas e se difundem em nome de um projeto que, acima de tudo, é político.

6 1972: O Sesquicentenário da Independência do Brasil

Cinquenta anos após o centenário, em 1972, o Estado brasileiro promoveu uma ampla gama de celebrações em alusão aos cento e cinquenta anos do Sete de Setembro de 1822. O Sesquicentenário da Independência ocupa posição singular na história das efemérides nacionais, representando, possivelmente, a mais abrangente mobilização em torno da memória do Grito do Ipiranga, fortemente patrocinada pelo governo federal. Inserido no contexto do regime militar instaurado após o golpe de 1964, o conjunto de comemorações reflete de forma nítida o projeto político dos militares, voltado para o enraizamento de discursos legitimadores a partir do apelo ao orgulho nacional. A própria decisão de realizar celebrações grandiosas em um aniversário de 150 anos, e não em marcos mais tradicionais como o bicentenário, denuncia

a intenção de instrumentalizar a efeméride como ferramenta simbólica para consolidar a ideologia do regime e reforçar sua legitimidade perante a população.

As iniciativas comemorativas abrangeram diferentes setores da sociedade e foram executadas em múltiplas frentes, desde festividades cívicas realizadas em todas as unidades da federação até produções culturais de natureza variada. Essas manifestações passaram por expressões musicais e cinematográficas, pelo reaproveitamento de gravuras e pinturas clássicas do período imperial e republicano, até chegar à veiculação de ilustrações alusivas à independência em periódicos de grande circulação. Tal diversidade evidencia o esforço do regime militar em apropriar-se da memória histórica para moldar um sentimento nacionalista homogêneo e coeso, sustentado por uma leitura heroica, ordeira e incontestável do processo de emancipação brasileira.

6.1 Contexto histórico

O ano de 1972 frequentemente é identificado como o ápice do regime militar brasileiro, especialmente ao que se refere ao governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), considerado o período mais repressivo da ditadura civil-militar iniciada em 1964. Este momento representou o auge dos "anos de chumbo", quando a repressão política atingiu níveis máximos de intensidade e sistematização. Conforme Dreifuss (1981), a consolidação do poder militar resultou de um complexo processo de conquista do Estado, envolvendo a articulação entre setores empresariais e militares desde o golpe de 1964. Médici aprofundou significativamente as estruturas repressivas estabelecidas pelos governos anteriores, ampliando o aparato de segurança nacional e aplicando uma estratégia sofisticada de controle social, mesclando propaganda oficial, censura rígida e perseguição sistemática aos opositores do regime. Rejane Hoeveler (2020) destaca que, apesar de sua aparente estabilidade e controle social, o regime buscava nesse momento iniciar uma "descompressão controlada" com o intuito de evitar uma crise institucional maior, articulando uma transição política lenta e dirigida que não comprometesse a essência autoritária do Estado. De acordo com Rezende (2013), a busca por legitimidade do regime manifestava-se claramente através de uma propaganda oficial que exaltava o desenvolvimento econômico acelerado e o progresso material como justificativas para o autoritarismo vigente.

O contexto social brasileiro nesse período foi marcado por contradições profundas decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar. Embora setores das classes médias urbanas tenham experimentado melhoria em seu padrão de vida devido ao crescimento

econômico acelerado, grandes parcelas da população enfrentavam a intensificação das desigualdades sociais e a supressão sistemática de direitos civis e políticos. Como detalha Müller (2016), o movimento estudantil, protagonista de significativas manifestações no fim dos anos 1960, enfrentou uma repressão particularmente severa sob o governo Médici. A perseguição aos estudantes foi intensificada através de prisões arbitrárias, torturas, exílios forçados e desaparecimentos, fragmentando significativamente suas redes organizativas e obrigando-os à clandestinidade. A pesquisadora reuniu documentos preservados nos arquivos da Universidade de São Paulo que revelam a extensão desse controle e repressão, evidenciando operações constantes de vigilância e infiltração de agentes nos ambientes acadêmicos, práticas que tinham o objetivo de silenciar vozes dissidentes e eliminar a resistência política e intelectual à ditadura. José Murilo de Carvalho (2001) argumenta que esse período foi decisivo para a compreensão da cidadania no Brasil, destacando que os direitos civis foram gravemente cerceados por meio da censura generalizada, da suspensão das garantias constitucionais e da institucionalização sistemática da tortura. Os direitos políticos foram completamente suspensos pelos Atos Institucionais, enquanto direitos sociais eram concedidos de maneira restrita a certos segmentos das classes trabalhadoras urbanas, servindo principalmente como ferramentas pontuais para legitimar politicamente o regime. Neste cenário repressivo emergiram formas alternativas e criativas de resistência cultural, como o jornal Opinião, fundado em 1972, reunindo intelectuais e jornalistas marginalizados por motivos políticos, visando romper o cerco informativo imposto pela ditadura e manter viva a crítica política e social.

No plano econômico, 1972 situou-se no auge do chamado "milagre econômico brasileiro" (1969-1973), marcado por elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto e profundas mudanças estruturais na economia nacional. Como expõe Fausto (2018), o período combinava um grande crescimento econômico, com crescimento médio anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 11,2%, aliado às taxas relativamente baixas de inflação, que, na média anual, não passou de 18%. Segundo Batarra (2014), esse crescimento excepcional decorreu da implementação inicial das reformas institucionais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), entre 1964 e 1966, e das políticas econômicas expansionistas intensificadas a partir de 1967. Albert Fishlow (1972) destaca o papel central da estratégia de substituição de importações, permitindo a diversificação do parque industrial nacional e reduzindo a dependência externa em setores estratégicos. João Paulo dos Reis Velloso (1973), ministro do Planejamento durante parte desse período, ressalta o impacto crucial dos investimentos governamentais em infraestrutura e da modernização do sistema financeiro como bases para sustentar esse crescimento acelerado. Nesse sentido, Frota (2020) destaca a execução do

primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PNB) entre 1972 e 1974, além de enumerar diversos programas desse período. Dessa maneira, o historiador destaca os diversos investimentos em infraestrutura ao longo do Governo Médici, como a estrada Perimetral Norte, a rodovia dos Imigrantes e, claro, a ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica. Esta última, aliás, que se deu no contexto do Plano Nacional de Integração Nacional (PIN). Nesse contexto, Médici instituiu diversos programas visando o desenvolvimento regional, como o PROTERRA, em 6 de julho de 1971, e o PROVALE, na região do Vale do São Francisco em 7 de fevereiro de 1971; houve, também, o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOETE) em 8 de novembro de 1971. Além disso, o governo também gerou diversas empresas como a TELEBRÁS, pela lei número 5.792/ 1972, e a SIDERBRAS em 17 de setembro de 1973. As políticas econômicas sob a gestão do ministro Delfim Netto enfatizaram incentivos fiscais, expansão do crédito e grandes investimentos em infraestrutura. Consequentemente, indicadores econômicos impressionantes foram registrados: o PIB cresceu impulsionado pela indústria automobilística, bens de consumo duráveis e construção civil. Porém, esse avanço foi acompanhado por uma concentração crescente da renda e ampliação das desigualdades sociais. O arrocho salarial adotado para controlar a inflação reduziu o poder aquisitivo dos trabalhadores, aprofundando as desigualdades sociais existentes. Ademais, o modelo econômico dependia fortemente do endividamento externo, beneficiando-se da abundância dos petrodólares disponíveis no mercado internacional. Esta estratégia gerou uma vulnerabilidade econômica que se revelou dramática após o choque do petróleo de 1973 e resultou, posteriormente, na crise da dívida externa na década de 1980. (FAUSTO, p. 269, 2018)

6.2 A Celebração da Independência

“A Nação tem hoje a tranquila consciência de sua grandeza, em termos realistas, possíveis e viáveis. Temos agora a certeza de que o eterno país do futuro se transformou, afinal no país do presente.”

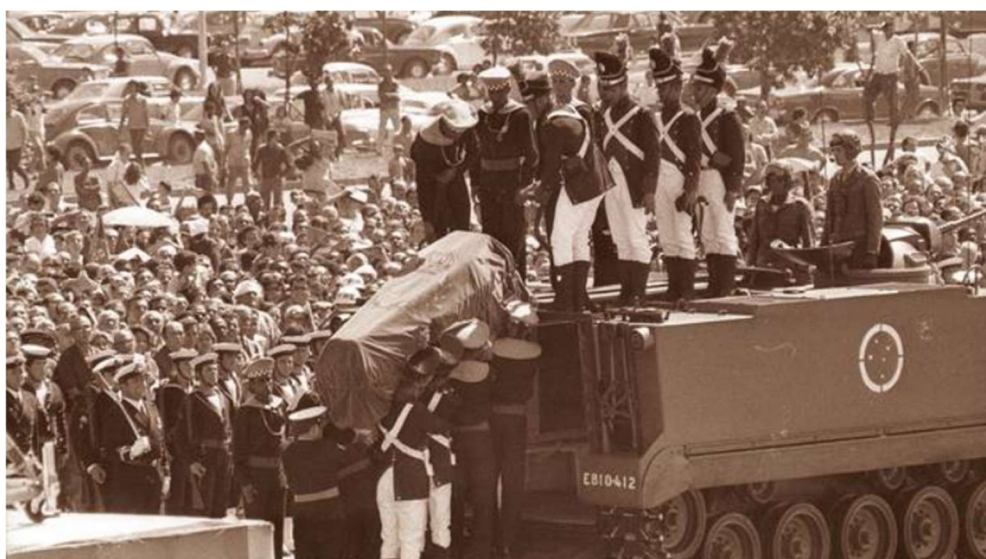
MÉDICI, Emílio Garrastazu. Nosso caminho. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972

As comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, realizadas em 1972, representaram um dos maiores empreendimentos comemorativos promovidos pelo Estado brasileiro no século XX. O marco de 150 anos do Sete de Setembro mobilizou uma ampla rede de instituições públicas em todas as esferas — federal, estadual e municipal — além de envolver

múltiplos setores da sociedade civil. A organização das celebrações foi conduzida de forma altamente estruturada, com comissões organizadoras, editais públicos, programas oficiais e financiamento estatal voltados à produção de atividades cívicas, culturais, educacionais e artísticas. As celebrações extrapolaram os limites do cerimonial político e alcançaram escolas, universidades, meios de comunicação, espaços culturais e comunitários, articulando ações simultâneas em todo o território nacional. Pela dimensão territorial e pluralidade de formatos, o Sesquicentenário consolidou-se como um marco de mobilização nacional em torno da memória histórica da Independência.

A efeméride foi celebrada com forte presença do Estado na coordenação de eventos e patrocínio de iniciativas diversas, o que possibilitou uma expressiva circulação de conteúdos alusivos à Independência do Brasil em todo o país. A programação incluiu desfiles, concursos escolares, exposições de arte e de documentos históricos, publicações comemorativas, produção de filmes e programas televisivos, além da criação e revitalização de monumentos. O Governo Federal articulou parcerias com universidades, instituições culturais e editoras, incentivando pesquisas históricas, reedições documentais e novas interpretações sobre o processo emancipatório. A abrangência das ações conferiu à efeméride um caráter nacionalizado e multiforme, que permitiu o engajamento de diferentes públicos e setores. Dessa forma, a celebração dos 150 anos da Independência se destaca não apenas pela magnitude dos recursos mobilizados, mas também por sua capacidade de articular uma ampla participação social em torno de um calendário comum de memória, cuja análise aprofundada será conduzida nos próximos itens.

Figura 2 - Chegada dos restos mortais de D. Pedro I ao Aterro do Flamengo



Fonte: Eurico Dantas 22/04/1972 / Agência O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em->

[destaque/no-sesquicentenario-da-independencia-ditaduras-restos-mortais-de-dom-pedro-i.](#)

A abertura oficial das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil ocorreu em 22 de abril de 1972. O evento inaugural, denominado "Encontro Cívico Nacional", foi realizado em frente ao Ministério do Exército, no Rio de Janeiro, às 18h30, sob a presidência do Ministro do Exército, General Orlando Geisel. A cerimônia contou com a presença de autoridades civis e militares, além de representantes de diversos setores da sociedade, e foi transmitida por emissoras de rádio e televisão para todo o país. A escolha de Tiradentes como símbolo da abertura das festividades visava reforçar os valores de patriotismo e sacrifício pela pátria, alinhando-se à narrativa oficial promovida pelo regime militar. A programação incluiu a execução do Hino Nacional e da "Marcha do Sesquicentenário da Independência do Brasil", composta por Miguel Gustavo, autor de "Pra Frente Brasil", hino da Copa do Mundo de 1970. A marcha exaltava a figura de Dom Pedro I e o espírito nacionalista, sendo amplamente divulgada em discos distribuídos pelo governo e por empresas, como será exposto adiante.

Simultaneamente, em Portugal, iniciava-se o processo de traslado dos restos mortais de Dom Pedro I, atendendo a um acordo entre os governos brasileiro e português. A cerimônia de exumação ocorreu na cidade do Porto, com a presença de autoridades portuguesas e brasileiras, incluindo o embaixador do Brasil em Lisboa, Luís Antônio da Gama e Silva. Os despojos do imperador foram embarcados em um navio com destino ao Brasil, iniciando uma peregrinação por diversas capitais brasileiras antes de serem depositados no Monumento à Independência, em São Paulo, em setembro de 1972.

Nos dias 6 e 7 de setembro de 1972, o Brasil vivenciou o ápice das comemorações do Sesquicentenário da Independência, com uma série de eventos cívicos e solenes organizados em diversas regiões do país. Em 6 de setembro, os restos mortais de Dom Pedro I foram trasladados para a cripta da Capela Imperial, localizada no Monumento à Independência, em São Paulo. A cerimônia contou com a presença de autoridades civis e militares, marcando simbolicamente o retorno do primeiro imperador ao local onde proclamou a independência do Brasil em 1822. No dia seguinte, 7 de setembro, ocorreram desfiles militares e escolares em várias capitais brasileiras, incluindo Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. As celebrações contaram com a participação de estudantes, que marcharam uniformizados, e de tropas das Forças Armadas, que desfilaram em homenagem à data.

Além dos desfiles, foram realizadas cerimônias de hasteamento da bandeira nacional, execuções do Hino Nacional e apresentações culturais em praças públicas. Em Brasília, o presidente Emílio Garrastazu Médici participou das solenidades, reforçando o caráter oficial

das comemorações. As festividades de 6 e 7 de setembro de 1972 foram amplamente divulgadas pela imprensa da época, que destacou a grandiosidade dos eventos e a participação popular nas celebrações do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

6.2.1 A centralidade das celebrações

Figura 3 - Capa do Programa da Presidência da República



Fonte: Programa da Presidência da República para o Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Diante da multiplicidade de eventos realizados em 1972, uma visão panorâmica das comemorações encontra respaldo na análise do *Programa* da Presidência para as Comemorações do Sesquicentenário da Independência. O documento oficial exhibe, em sua capa, o retrato de Dom Pedro I acompanhado do logotipo criado especialmente para a efeméride, que será oportunamente explorado. Já na seção introdutória, a Comissão Executiva Central das Comemorações do Sesquicentenário (CEC) apresenta suas intenções, destacando o impulso coletivo dos brasileiros em “celebrar em fervorosa comunhão os propósitos a data maior” (Programa, p. 1). A CEC foi criada por meio do Decreto nº 69.922, de 13 de janeiro de 1972, assinado pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici, com a missão de cumprir o disposto no artigo 3º do Decreto nº 69.344, de 8 de outubro de 1971, que estabelecia a estrutura de organização e coordenação das ações comemorativas. O texto de abertura da comissão revela

de forma explícita o tom cívico que permeou as festividades:

“Há na vida das nações, de todas as nações livres, o sagrado momento em que o povo se concentra, as gerações se encontram, confraternizam-se os espíritos em torno de seus símbolos. Para o Brasil, esse momento alto é o Sesquicentenário”

(Programa, apresentação, p.1)

Neste trecho do *Programa* da Presidência, observa-se a construção de uma imagem quase sacralizada da celebração da Independência, com o Sesquicentenário apresentado como o “momento alto” dessas práticas cívicas. A própria Comissão Executiva Central (CEC) reforça esse caráter ao indicar que, embora tenha estabelecido diretrizes gerais, seria essencial que estas fossem complementadas “pelas de imediata iniciativa dos Estados e dos Municípios, nobremente ufanos de sua contribuição às comemorações da Independência”. Essa descentralização programada revela uma das marcas distintivas das celebrações de 1972: a capilaridade das ações comemorativas e sua difusão por todo o território nacional. Ao contrário de momentos anteriores mais concentrados no eixo Rio-São Paulo, o Sesquicentenário contou com manifestações cívicas em inúmeros municípios, envolvendo uma diversidade de regiões e instituições.

Figura 4 - Calendário do *Programa*

		Calendário
25 a 31	— Concurso Hípico Internacional — São Paulo	
25/8 a 6/9	— Mostra de Artes — “Sesquicentenário da Independência” — Brasil Plástica 72 — Bienal Nacional de São Paulo — São Paulo	
26	— Demonstração de Educação Física — Todas as Capitais do País	
26	— Congresso Internacional de Turismo — Rio de Janeiro	
27/8 a 7/9	— Exposição Histórica dos 150 Anos da Independência — São Paulo	
28/8 a 5/9	— Congresso Internacional da Independência do Brasil — Rio de Janeiro	
29	— Inauguração do 1.º trecho da Transamazônica — Rodovia Transamazônica	
29	— Inauguração de Agrovilas na Transamazônica — Rodovia Transamazônica	
30	— Homenagem da Comunidade Hebica à Independência — Rio de Janeiro	
31	— Show Internacional — São Paulo	
31	— Lançamento em circulação de moedas comemorativas do Sesquicentenário da Independência e das cédulas de 500 cruzeiros — Em todo o Território Nacional	
31	— Inauguração do Museu de Valores do Banco Central do Brasil — Rio de Janeiro	
SETEMBRO		
1	— Corrida da Integração Nacional — Fogo Simbólico da Pátria — Chegada ao Monumento Ipiranga	
1 a 7	— Comemorações da Semana da Pátria — Em todo o Território Nacional	
1 a 9	— Exposição da História da Arte (1822/1972) — São Paulo	
1	— Inauguração do Monumento à Bandeira, na Praça dos Três Poderes — Brasília	
1	— Sessão Solene do Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais — Em todo o Território Nacional	
1/9 a 31/10	— “Acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo” — (Exposição) — Washington	
	— 2ª Conferência dos Ministros da Justiça dos países Hispano-Luso-Americanos e Filipinas — Brasília	
	— Recepção Solene oferecida pelo Exmo. Sr. Presidente da República	
	— Visita do Presidente do Conselho de Ministros de Portugal — São Paulo	
2	— Show Internacional — Rio de Janeiro	
3	— Congresso dos Tribunais de Contas do País — São Paulo	
3	— Prova Turística Grande Prêmio Sesquicentenário da Independência do Brasil — São Paulo	
3	— Inauguração do Terminal Açucareiro — Recife	
4	— Sessão Solene das Associações dos Servidores Cíveis — Em todo o Território Nacional	
5	— Sessão Solene dos Tribunais Superiores, Tribunais Regionais de Justiça e dos Foros Municipais — Em todo o Território Nacional	
5	— Sessão Solene do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Rio de Janeiro	
5	— Sessão Solene das Lojas Maçônicas do Brasil — Em todo o Território Nacional	
		150 ANOS DE PROGRESSO
		1/ Estradas, indústrias, comunicações, educação, saúde, transportes.
		Em 150 anos, o Brasil construiu sua realidade de país independente.
		2/ A rede rodoviária já tem 1 milhão de quilômetros e continua a estender-se em todas as direções.
		A Transamazônica é considerada a obra mais audaciosa do século XX.
		3/ O índice de crescimento do Produto Nacional Bruto (mais de 11% no último ano) reflete o acelerado desenvolvimento industrial, que se faz sem prejuízo da produção agrícola e pastoril.
		4/ Brasília, a capital federal, construída no Planalto Central, até então isolado do progresso, dá bem a medida da capacidade do povo brasileiro.

Fonte: Programa da Presidência da República para o Sesquicentenário da Independência do Brasil

O calendário das atividades, delineado no programa oficial, evidencia a dimensão e o alcance das celebrações. Logo em abril, estavam previstas a “Exposição Histórica dos 150 anos da Independência”, em Porto Alegre, bem como as “Olimpíadas do Exército” e eventos como o “Concurso Hípico Internacional”. Ainda no mês, entre os dias 29 de abril e 5 de maio, Curitiba sediou a “VII Convenção Nacional de Engenheiros”. Em Brasília, no dia 24 de abril, previa-se o lançamento do “Concurso de Monografias sobre a Independência”, enquanto, dois dias antes, o Rio de Janeiro recebeu um Espetáculo de gala em homenagem à comunidade Luso-Brasileira. Maio foi igualmente repleto de atividades: em Salvador, o Presidente de Portugal, Almirante Américo Thomaz, realizaria uma visita oficial no dia 1º; São Paulo promoveria a Semana de Arte Moderna entre os dias 2 e 7; e Belo Horizonte sediaria, no dia 10, o “Sarau Internacional de Ginástica Moderna”. Recife, entre os dias 12 e 25, receberia uma nova edição da “Exposição Histórica dos 150 Anos”, repetindo o modelo adotado em outras capitais. Houve ainda eventos internacionais, como a exposição do acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo, em Buenos Aires, durante o mês de junho, e as “Comemorações da Semana de Arte Moderna” realizadas em Paris. Ao longo dos meses seguintes, os eventos multiplicaram-se, culminando nas celebrações do mês de setembro. A Semana da Pátria de 1972 contou com sessões solenes realizadas em diversos espaços institucionais — do Congresso Nacional, em 1º de setembro, às Lojas Maçônicas do Brasil, no dia 5 — até o encerramento oficial no 7 de setembro, data símbolo do Grito do Ipiranga.

Ainda dentro do mesmo documento consultado, o *Programa* da Presidência para as Comemorações do Sesquicentenário apresenta uma organização gráfica que traduz, de forma bastante representativa, o caráter das celebrações: um discurso histórico tradicional e fortemente permeado por um nacionalismo exaltado. As páginas do programa são ladeadas por um rodapé lateral que enumera eventos considerados fundamentais para o processo de Independência e para a consolidação da nacionalidade brasileira. Uma das seções, intitulada “Precursores”, traz breves referências a figuras históricas como Tiradentes, Domingos Martins e Frei Caneca. Além do texto, a narrativa visual também é cuidadosamente composta: pinturas, gravuras e fotografias são intercaladas para reforçar e ilustrar os episódios destacados. Nesse conjunto simbólico, observa-se a convivência ordenada entre emblemas monárquicos e republicanos, ambos exaltados como elementos constituintes do surgimento do Brasil como nação autônoma e soberana.

Chama atenção, nesse cenário, o fato de as comemorações terem sido inauguradas em 21 de abril de 1972 — data que marca, simultaneamente, o Descobrimento do Brasil e o martírio

de Tiradentes, figura emblemática do imaginário republicano. A presença central do inconfidente no início das celebrações revela uma estratégia simbólica: as efemérides selecionam seus heróis conforme as demandas de um discurso cívico coerente e coeso. A associação entre Tiradentes e Dom Pedro I, representando o percurso que vai da resistência à fundação do Estado independente, estabelece uma linha contínua que constrói um sentido de identidade nacional baseada em figuras exemplares. O programa, portanto, configura um esforço deliberado de composição de uma narrativa de brasilidade, que integra diferentes momentos históricos e celebra seus protagonistas sob uma lógica de permanência e unidade. Trata-se, assim, de um roteiro que busca consagrar determinados símbolos e personagens como pilares de uma memória nacional compartilhada, cuja função é reforçar o sentimento de pertencimento e continuidade histórica entre os brasileiros.

Um breve parêntese na análise do *Programa* da Presidência permite reforçar o raciocínio com um exemplo regional significativo. A Comissão Estadual de Pernambuco registrou, em suas publicações, a transcrição de dois momentos considerados centrais na véspera do 7 de setembro: o discurso do governador Eraldo Gueiros Leite e uma conferência proferida por Gilberto Freyre — sobre esta última se discutirá em detalhe adiante. O pronunciamento do governador inicia com uma breve reflexão sobre o espaço em que se realizava o evento, o Teatro Santa Isabel, valorizando sua relevância histórica e cultural. São mencionadas figuras como Tobias Barreto, Castro Alves e Joaquim Nabuco, cada qual destacado por sua atuação simbólica — seja no campo do teatro, da literatura ou da oratória — como expressão da grandeza de brasileiros que ali exerceram seus talentos e legados.

O discurso culmina na apresentação de Gilberto Freyre, mas antes disso, reforça a ideia de que os atos realizados em 1972 dialogam diretamente com um passado ilustre, reforçando a continuidade histórica evocada ao longo das comemorações. Essa noção de *continuum*, presente na narrativa nacional mais ampla — que associa nomes consagrados da história à identidade cívica celebrada no Sesquicentenário — também se manifesta em nível regional, por meio da evocação de ícones locais. A capacidade de articular esses diferentes níveis de memória histórica revela a eficácia com que as comissões organizadoras estabeleceram conexões entre as diversas camadas do discurso comemorativo. Trata-se, portanto, de uma coesão entre escalas estadual e federal que reforça o sentimento de pertencimento coletivo à trajetória nacional celebrada em 1972.

Por fim, o *Programa* da Presidência destaca, por meio de um breve texto da Comissão Executiva e de uma carta assinada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, um dos eventos mais carregados de simbolismo dentro da agenda do Sesquicentenário: o traslado dos restos

mortais de Dom Pedro I, transferidos de Portugal para o Brasil. Trata-se de uma efeméride singular, que ocupa posição de destaque tanto no documento quanto no calendário comemorativo de 1972, revelando a importância atribuída à figura do primeiro imperador no conjunto das celebrações. Os textos enfatizam o caráter diplomático da operação, marcada como conquista relevante no diálogo entre Brasil e Portugal, culminando com a transferência dos restos de Dom Pedro do Panteão de São Vicente para o monumento do Ipiranga, em São Paulo. A ação simboliza a reafirmação do papel central do monarca na fundação do país independente e sua habilidade histórica em mediar relações entre duas nações que, embora separadas pela emancipação, permanecem unidas por laços culturais e históricos.

A carta presidencial reforça esse ponto ao destacar que “o Brasil, que tanto recebeu de Portugal, deseja continuar a merecer as dádivas de sua amizade generosa”, sublinhando o tom cerimonioso e fraterno da ocasião. Assim, o programa institucionaliza um conjunto de celebrações de natureza cívica que ampliam o repertório simbólico em torno da Independência, promovendo a figura de Dom Pedro I como elo entre o passado fundacional e os ideais projetados para o presente. Nesse cenário, as imagens construídas no Centenário de 1922 — de uma identidade nacional harmoniosa, fraterna e baseada em heróis conciliadores — são retomadas e aprofundadas. Agora, com a incorporação de novos elementos, associam-se também às conquistas atribuídas ao “desenvolvimento” das últimas cinco décadas, especialmente sob a vigência do regime de 1964. Dessa forma, o Sesquicentenário consagra-se como uma celebração cívica de larga escala, articulando passado e presente em torno de símbolos consolidados da história brasileira.

Nesse cenário, os últimos dois pontos serão mais bem esmiuçados em seções futuras do texto, isto é, a questão da dinâmica central e regional, bem como as relações diplomáticas e representativas entre Brasil e Portugal no contexto do Sesquicentenário.

Figura 5 - Fotografia das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil,

1972



Fonte: SIAN - Arquivo Nacional; autor desconhecido em (PIMENTA e CORDEIRO, 2023)

Entre os diversos elementos simbólicos mobilizados pelo governo central do regime militar nas comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil, destaca-se de forma singular a escolha pela translação dos restos mortais de Dom Pedro I, trazidos de Portugal e depositados no Monumento à Independência, em São Paulo. A exumação e repatriação do imperador não apenas conferiram materialidade ao culto cívico da efeméride, como reafirmaram um projeto político de enraizamento simbólico do poder no passado imperial. Dom Pedro I foi, assim, reposicionado como o protagonista absoluto da Independência, em uma operação que silenciou revoltas locais, motins e guerras separatistas em nome de uma narrativa unificadora.

A figura de Dom Pedro I assumiu destaque nas comemorações do Sesquicentenário da Independência, embora sua seleção como símbolo central tenha sido complexa, como escrevem os historiadores Pimenta e Cordeiro (2023). Como já discutido, a memória da emancipação brasileira foi historicamente marcada por disputas quanto à atribuição de protagonismo. Em 1922, por exemplo, José Bonifácio ganhou notável visibilidade: natural de Santos, em território paulista, era identificado como cientista, antiescravista e, sobretudo, como um “brasileiro” autêntico, em contraste com a imagem de estrangeiros como os membros da corte portuguesa (Motta, 1992, p. 16).

Já em 1972, a retomada da imagem de Dom Pedro I envolvia desafios específicos. Embora tradicionalmente associado ao marco da Independência, seu perfil ambíguo exigia cuidadosa reelaboração simbólica. Por um lado, o Imperador evocava autoridade, energia e um espírito de comando que dialogava diretamente com os valores exaltados pelo regime militar. Por outro, sua personalidade pública — marcada por impulsividade, informalidade e escândalos

— destoava dos ideais de disciplina, moralidade e compostura que o governo desejava projetar como virtudes nacionais. Ainda assim, sua representação foi considerada estratégica, especialmente pelo potencial de simbolizar a conexão entre o Brasil e a Europa, elemento amplamente valorizado nas comemorações daquele ano.

A Comissão Executiva Central, responsável pela organização das efemérides, optou por construir uma imagem oficializada de Dom Pedro I, fortemente baseada na tradição dos grandes vultos da história nacional. A ele foram atribuídas qualidades como firmeza no exercício do poder, inteligência, audácia e uma identificação direta com o *ethos* militar. Ao mesmo tempo, buscou-se retratá-lo como sensível às demandas populares. Aspectos controversos de sua trajetória — como acusações de corrupção, sua conduta autoritária ou seus relacionamentos extraconjugais — foram deliberadamente silenciados. A representação que emergiu era a de um herói nacional cuja personalidade condensava, segundo o discurso oficial, as virtudes esperadas dos “bons brasileiros”, virtudes essas que seriam igualmente identificáveis na figura do presidente Emílio Garrastazu Médici. A aproximação simbólica entre Dom Pedro I e Médici — recorrente nas narrativas institucionais e na propaganda oficial de 1972 — só foi possível graças à mobilização de elementos amplamente difundidos no imaginário histórico nacional. Entre esses elementos, destacam-se a exaltação de líderes supostamente excepcionais e destinados à grandeza, a idealização de um Brasil avesso a rupturas e conflitos, e a crença em uma identidade nacional que já existiria antes mesmo da emancipação política, sendo apenas “realizada” por seus heróis. Dentro desse conjunto de representações, mesmo o autoritarismo de Dom Pedro I não destoava: era interpretado como expressão legítima da ordem e da estabilidade desejadas — valores que, segundo essa narrativa, sempre teriam feito parte da vocação da nação brasileira.

Somado a isso, a série audiovisual *Brasil Hoje* foi um dos produtos mais emblemáticos da Agência Nacional, principal órgão oficial de comunicação do regime civil-militar brasileiro (1964–1985). Produzido regularmente ao longo dos anos 1970, o cinejornal fazia parte do esforço governamental de forjar uma imagem institucional positiva, articulando conquistas do regime à construção de um imaginário nacional de progresso, união e modernidade. Criada em 1956 e reorganizada por decretos-lei a partir de 1967, a Agência Nacional foi subordinada diretamente ao Gabinete Civil da Presidência da República e tinha como finalidade informar e divulgar atos do governo por meio da imprensa, rádio, televisão e, especialmente, do cinema. A escolha de seus diretores, geralmente jornalistas experientes, era feita diretamente pelo presidente da República, o que conferia à instituição um perfil estratégico e altamente controlado politicamente (BRASIL, 1967, art. 1º).

A partir de 1970, com a estreia do cinejornal *Brasil Hoje*, o governo Médici deu

continuidade à estratégia de valorização midiática do regime, explorando recursos audiovisuais modernos — como o uso de cor e técnicas cinematográficas atualizadas — e reforçando temáticas caras à propaganda oficial: desenvolvimento econômico, integração nacional, apoio popular e harmonia institucional. De acordo com Isadora Dutra de Freitas (2019), a série foi um dos principais vetores de difusão de uma narrativa otimista e nacionalista durante os chamados “anos de chumbo”, consolidando a imagem de um governo presente em todo o território nacional, forte, popular e eficiente. Essa prática, que evocava experiências de propaganda anteriores como a do Estado Novo e, também, se aproximava das estratégias autoritárias de outros regimes do Cone Sul, evitava uma estética explicitamente beligerante. Segundo Nina Schneider, a propaganda do regime militar brasileiro operava de forma mais sutil e aparentemente apolítica, mascarando a repressão sob um verniz de harmonia e progresso (SCHNEIDER, 2017, p. 330).

A análise da série *Brasil Hoje*, portanto, insere-se em uma perspectiva crítica da historiografia sobre os usos do audiovisual pelo Estado brasileiro, destacando como a propaganda oficial operava sobre o cotidiano e a memória nacional. Por meio da exibição nos cinemas — muitas vezes antes das sessões comerciais — os cinejornais da Agência Nacional tornaram-se um instrumento potente de penetração ideológica e construção simbólica. Como aponta Freitas, sua estrutura narrativa alternava temas como visitas presidenciais, recepções populares, inaugurações e eventos culturais, sempre destacando a participação das Forças Armadas, estudantes e autoridades locais. Essa alternância buscava simular onipresença e eficiência, reafirmando a identidade nacional e o papel paternalista do governo como garantidor da ordem e do progresso (FREITAS, 2019, p. 53-56).

Figura 6 - tela de abertura do cinejornal "Brasil hoje"



Fonte: Acervo histórico do Arquivo Nacional. Disponível em: <https://encurtador.com.br/CC1HS>

Nesse cenário, a edição número 19, produzida em 1972 pela Agência Nacional e hoje disponibilizado pelo acervo histórico do Arquivo Nacional, constitui uma fonte preciosa para a compreensão da estética e da lógica narrativa mobilizadas pelo regime militar nas comemorações do Sesquicentenário da Independência. A obra integra uma série informativa e propagandística patrocinada pelo governo federal, veiculada nas semanas que cercaram os dias 6 e 7 de setembro daquele ano, e oferece um recorte visual emblemático dos rituais cívicos realizados na cidade de São Paulo, especialmente no Parque da Independência, em torno do Monumento do Ipiranga.

Figura 7 - *Frame* do Monumento do Ipiranga, em São Paulo, em ocasião das celebrações



Fonte: Acervo histórico do Arquivo Nacional. Disponível em: <https://encurtador.com.br/CC1HS>

As imagens revelam uma coreografia cuidadosamente planejada, na qual se combinam desfiles militares, apresentações escolares e cerimônias de exaltação à pátria, todas articuladas com forte apelo simbólico. O uso reiterado de bandeiras nacionais, o enquadramento simétrico das tropas e o destaque conferido à cripta onde os restos mortais de Dom Pedro I foram depositados não são acidentais. Trata-se de uma *mise-en-scène* da história nacional, em que a câmera não apenas documenta, mas participa ativamente da produção de um discurso visual. Nesse sentido, o documentário cumpre o duplo papel de registro e de mediação: ele fixa a memória de um evento estatal ao mesmo tempo em que o ressignifica a partir dos enquadramentos que escolhe e das imagens que silencia.

É notável, por exemplo, a forma como o vídeo constrói a imagem de unidade nacional por meio da presença intergeracional e multissetorial nos eventos: crianças e jovens em trajes escolares, militares fardados, autoridades civis, religiosos e membros da comunidade internacional compartilham o mesmo espaço cerimonial. A montagem reforça a sensação de consenso e participação coletiva — um artifício narrativo típico dos regimes autoritários. A efeméride, nesse contexto, não é apenas um aniversário comemorado, mas uma oportunidade performativa de reinscrever a legitimidade do regime no tecido da história oficial. A câmera se

detém no esquife e em sua lenta deposição no mausoléu, reforçando a solenidade do gesto e sua carga histórica.

A análise desse tipo de material impõe um olhar atento não apenas àquilo que é mostrado, mas àquilo que é omitido. Não há, por exemplo, qualquer referência a tensões políticas, divergências regionais ou contestação social — elementos reais e presentes em 1972. O silêncio imposto às vozes dissidentes e a homogeneização do patriotismo encenado revelam os limites da narrativa audiovisual estatal. Como apontam estudos recentes sobre o uso da imagem nas efemérides autoritárias (SELIPRANDY, 2023; PIMENTA; CORDEIRO, 2023), o controle da memória coletiva não se faz apenas com discursos — ele passa também pela produção estética e pela disseminação controlada de imagens que orientam a maneira de ver e lembrar o passado.

Assim, a edição de número 19 não é apenas um documentário institucional, mas um grande exemplo de como os cines-jornais constituem um artefato político, inserido em um projeto de poder mais amplo. A sua análise, dentro deste TCC, auxilia na compreensão da forma como o regime militar mobilizou recursos visuais e culturais para forjar uma narrativa comemorativa legitimadora, operando uma pedagogia cívica que buscava naturalizar a autoridade vigente por meio da sacralização do passado. A efeméride, portanto, funciona como um dispositivo de mediação entre história, memória e propaganda — e o audiovisual como suporte privilegiado dessa operação.

6.2.2 A Capilaridade das celebrações

O exposto acima acerca do calendário de celebrações já adiantou o quão extensas foram as iniciativas em prol da efeméride, sobretudo no que tocou as áreas mais centrais do regime. Dessa forma, o compromisso com a memória da independência, diferente do centenário, ganhou uma camada ainda mais profunda, atingindo todas as dimensões sociais: do Estado até as empresas brasileiras, perpassando a imprensa, o esporte e a classe artística.

Com isso, prosseguindo na intenção de iluminar diferentes aspectos das comemorações e, após já terem sido exploradas duas perspectivas diretamente vinculadas ao Estado brasileiro por meio da análise documental, torna-se pertinente observar uma nova ótica ao examinar a edição nº 15.784, especial do Sesquicentenário da Independência, veiculada nas bancas no domingo de 3 de setembro de 1972. A proposta é ampliar a compreensão sobre os eventos por meio da diversidade de fontes, analisando agora um material de circulação popular e caráter editorial. A capa da edição antecipa o teor do conteúdo por meio de um painel visual composto

por fotografias e gravuras reunidas sob o título “As cores do Sesquicentenário”. A legenda que acompanha a imagem informa que as “nove estampas constituem a imagem sumária do Suplemento Especial” preparado especialmente para aquela edição, sugerindo já no primeiro contato uma síntese visual e simbólica das comemorações, voltada à sensibilização do público leitor para o conteúdo patriótico e celebrativo reunido no interior do periódico.

Figura 8 - Capa da Edição Especial da Folha de São Paulo



Fonte: Edição nº 15.784 da *Folha de São Paulo*, circulada em 3 de setembro de 1972

Como se observa no conteúdo apresentado, as estampas reunidas no suplemento são variadas e carregadas de simbolismo. Entre elas, destaca-se a imagem consagrada de Dom Pedro I proclamando a Independência, figura que ocupa lugar central no imaginário nacional desde as comemorações do Centenário, posicionada ao lado de um retrato do Duque de Caxias — personagem do Império, mas de forte carga simbólica para as Forças Armadas brasileiras. Essa conexão é reforçada por outra estampa que retrata um veículo militar em operação. Em paralelo às representações históricas, há também imagens de caráter contemporâneo, como automóveis trafegando por rodovias, aviões em pleno voo, cenas da indústria nacional e uma arte gráfica que insere símbolos populares dentro do contorno geográfico do Brasil — esta última reaparece posteriormente em reportagem dedicada às iniciativas da chamada primeira grande reforma agrária promovida pelo governo federal. Essas quatro estampas, mais voltadas

ao presente, apontam para uma narrativa visual que extrapola os marcos históricos do século XIX, sugerindo um país em plena modernização e desenvolvimento econômico.

Todas essas representações visuais constroem uma mensagem recorrente: a ideia de continuidade entre o Brasil de 1822 e o Brasil de 1972 se concretiza não apenas na preservação da soberania política conquistada com a independência, mas sobretudo na consolidação de uma independência econômica, associada ao crescimento promovido pelos governos posteriores, em especial o regime militar. Essa leitura é explicitada de maneira simbólica na abertura do quinto caderno da edição, em que a imagem do quadro *Independência ou Morte*, de Pedro Américo, é colocada lado a lado com o retrato oficial do presidente Emílio Garrastazu Médici. O arranjo gráfico reforça a vinculação entre o ato fundador da nação e a liderança vigente, sugerindo que os valores cívicos proclamados em 1822 encontrariam, um século e meio depois, sua continuidade e atualização no desenvolvimento do país e na atuação das autoridades contemporâneas.

Figura 9 - Primeira página do quinto caderno da edição



Fonte: Edição nº 15.784 da *Folha de São Paulo*, circulada em 3 de setembro de 1972

Sob o título “As Duas Independências”, o texto de abertura do suplemento especial recorre a versos do Hino da Independência, de autoria de Evaristo da Veiga, para estabelecer uma conexão direta entre a emancipação política ocorrida em 1822 e a busca por uma

independência de outra natureza: a econômica, conforme projetada pelos militares. A proposta implícita é apresentar o Brasil não apenas como nação soberana, mas como país em transição rumo ao status de nação desenvolvida — o tão almejado ingresso no chamado “primeiro mundo”. Essa narrativa de modernização e progresso atravessa todo o conteúdo do jornal e está presente até mesmo nas inserções publicitárias, como será possível observar nos exemplos a seguir.

Figura 10 - Publicidade da IBM



Fonte: Edição nº 15.784 da *Folha de São Paulo*, circulada em 3 de setembro de 1972

A análise das publicidades da IBM vinculada na *Folha de São Paulo*, bem como, abaixo, das Casas José Araújo e do grupo CRECIF veiculadas no *Diário de Pernambuco* (edição 213, 1972) reforça o diagnóstico de que o empresariado brasileiro atuou ativamente na celebração do Sesquicentenário da Independência, associando suas marcas a símbolos patrióticos e discursos nacionalistas para promover produtos e serviços. Tais iniciativas, longe de simples homenagens comemorativas, inserem-se no contexto mais amplo de adesão difusa ao projeto ideológico do regime militar, que buscava, por meio do civismo espetacularizado, consolidar o consenso em torno da ideia de “Brasil Grande”.

Figura 11 - Propaganda Casas José Araújo



Fonte: *Diário de Pernambuco*, Edição 213 de 1972

A peça publicitária das Casas José Araújo é exemplar nesse sentido. Com o slogan “O freguês nem precisa mandar”, a loja aproveita a efeméride de 1822 para exaltar o “patriotismo e entusiasmo” do povo, vinculando a comemoração da independência à valorização da clientela local. A imagem de uma criança acenando uma bandeira nacional, de costas, cria um efeito de identificação emocional e de pertencimento coletivo, apropriando-se da retórica da participação popular na construção da pátria. A empresa se apresenta não apenas como comerciante de produtos, mas como mediadora do orgulho cívico — e, ao fazê-lo, integra-se à lógica de espetáculo e consenso promovida pelo governo Médici (REI, 2017).

Figura 12 - Propaganda CRECIF



Fonte: *Diário de Pernambuco*, Edição 213 de 1972

A publicidade do CRECIF (Crédito, Financiamentos, Investimentos e Cia) articula outra dimensão da propaganda empresarial no período: a independência econômica. O anúncio afirma que "a independência econômica também se faz com poupança", estabelecendo um elo simbólico entre o ato de poupar e o projeto desenvolvimentista do regime. O uso do logotipo oficial do Sesquicentenário ("1822–1972") e a linguagem solene dão à instituição financeira um papel quase pedagógico na construção de um Brasil moderno, "maduro", capaz de autossuficiência. A peça adere à gramática do "Milagre Econômico", reiterando o discurso oficial de progresso técnico e expansão da classe média pela via do consumo e da disciplina financeira.

Ambas as publicidades revelam como os empresários souberam instrumentalizar a simbologia do Estado para fins comerciais, ao mesmo tempo em que fortaleciam, voluntária ou oportunisticamente, os pilares simbólicos do autoritarismo. O setor privado, por sua vez, encontrou nessas celebrações um canal legítimo para sua autopromoção e inserção cultural, gerando um campo simbólico em que ideologia, publicidade e civismo se confundiam. Assim, ao se apresentarem como corresponsáveis pela construção da independência nacional — seja por meio do consumo local, seja pela poupança — as Casas José Araújo e o CRECIF reforçam o papel do empresariado como coprodutor do consenso autoritário. O Sesquicentenário, portanto, não foi apenas um evento comemorativo, mas um projeto de comunicação de massas em que o mercado e o Estado se entrelaçaram na produção de um nacionalismo performativo, funcional à manutenção da ordem política vigente.

Figura 13 – Homenagem do Banco Real ao Sesquicentenário



Fonte: acervo pessoal

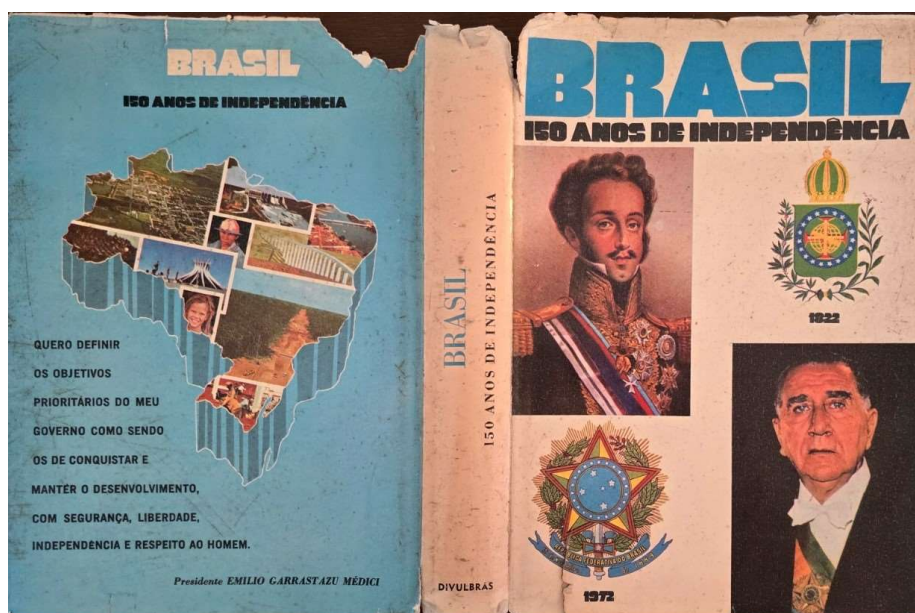
A capa e o verso do vinil comemorativo produzido pelo Banco Real em 1972, por

ocasião do Sesquicentenário da Independência do Brasil, ilustram de forma eloquente o engajamento do setor privado na construção da memória oficial durante o regime militar. A peça gráfica apresenta uma representação idealizada do momento do “Grito do Ipiranga”, a partir da reprodução da pintura de Pedro Américo, acompanhada da execução do Hino Nacional e do Hino da Independência, sugerindo um ambiente de celebração cívica, patriótica e histórica. Ao assinar a homenagem e inserir a logomarca de suas subsidiárias, o Banco Real não apenas participa das festividades, como se associa simbolicamente ao projeto de exaltação nacional promovido pelo governo Médici.

A participação de empresas privadas em datas cívicas durante a ditadura não era apenas gesto cerimonial, mas parte de uma engrenagem mais ampla de legitimação do regime. Conforme demonstrado por Bruno Duarte Rei (2017), o governo buscou deliberadamente cooptar atores civis — empresas, clubes, artistas — para produzir um consenso difuso em torno da imagem do “Brasil Grande”. O patrocínio e a associação simbólica com marcos históricos, como o de 1822, transformavam o investimento em marketing patriótico e, indiretamente, em capital político. No caso do encarte em questão, a presença do Banco Real no campo da cultura cívica não se limita à função de financiador: a instituição posiciona-se como agente ativo na construção de uma narrativa de continuidade histórica, progresso e ordem.

O verso do disco explicita essa intenção ao centralizar a marca “Banco Real” e listar suas empresas coligadas como se compusessem, em si, um símbolo de modernidade e desenvolvimento nacional. A disposição gráfica, que une os hinos nacionais à logomarca corporativa, reforça a ideia de simbiose entre nação e mercado. Tal recurso revela o papel das empresas não apenas como parceiras comerciais do regime, mas também como mediadoras ideológicas entre o Estado e a sociedade. Ao participarem da celebração oficial, elas endossam, difundem e naturalizam o discurso ufanista promovido pelo governo.

Figura 14 - "Brasil: 150 anos de Independência"



Fonte: acervo pessoal

Dessa forma, a noção de “duas independências” torna-se elemento central para compreender de que maneira o regime militar soube utilizar as efemérides como instrumento de autopromoção. Ao rememorar o episódio da emancipação política de 1822 com traços quase épicos e enaltecer seus personagens centrais, o governo não apenas reforça sentimentos nacionalistas, mas associa seu próprio legado a uma nova etapa de libertação: a independência econômica. Essa associação simbólica entre passado heroico e presente desenvolvimentista atravessa várias seções da edição especial, incluindo aquelas dedicadas ao campo esportivo, com destaque para o futebol. Em 1972, a Seleção Brasileira era tricampeã mundial, e esse feito é evocado com destaque na celebração. Nesse mesmo ano, o Brasil conquistaria o título do “Torneio Independência”, vencendo a seleção portuguesa por 1 a 0 na final. O campeonato contou com jogos realizados em diversas cidades do país, com as partidas decisivas disputadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, e com a participação de seleções de vários continentes.

O futebol, nesse contexto, foi incorporado como elemento de coesão nacional e orgulho coletivo, tornando-se também uma poderosa ferramenta simbólica dentro da agenda comemorativa. Não à toa, o suplemento inclui o texto intitulado “As vitórias que nos unem”, em que o êxito esportivo é associado a um sentimento de unidade e afirmação nacional, complementando a narrativa de modernização e soberania projetada nas demais seções. Assim, o esporte, ao lado das referências históricas, culturais e econômicas, compõe o mosaico simbólico que sustenta a imagem de um Brasil em ascensão, consolidando o discurso cívico

que permeia o Sesquicentenário.

“Num chute certeiro de Pelé, num soco violento de Eder Jofre, nos saques de Maria Estar Bueno, numa arrancada de Emerson Fittipaldi ou num lance cerebral de Henrique da Costa Mecking estão resumidos alguns dos grandes exitos que o Brasil passou a obter de uns anos para cá na área do esporte. São exitos que, em larga escala, contribuem para a integração de nossa gente em busca das vitórias em todos os setores da nação”

(p.10, caderno de esportes Folha)

O esporte foi amplamente utilizado como ferramenta de propaganda política durante o governo Médici (1969–1974), atingindo seu auge nas comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972. O regime militar apropriou-se de eventos esportivos para consolidar narrativas de unidade nacional e progresso econômico, destacando-se a Taça Independência, torneio internacional de futebol organizado pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Outros esportes, como basquete, vôlei e atletismo, também integraram esse projeto de exaltação patriótica.

Realizada entre junho e julho de 1972, a Taça Independência reuniu 20 seleções em diversos estádios brasileiros, simbolizando uma extensão do "Milagre Econômico" e do "Brasil Grande". A CBD articulou-se com o governo para garantir financiamento público significativo, com recursos da Loteria Esportiva. A seleção das sedes tinha caráter geopolítico claro, promovendo integração regional e facilitando o desempenho brasileiro, enquanto equipes estrangeiras enfrentaram desafios logísticos significativos. A imprensa construiu uma atmosfera ufanista, com intensa cobertura midiática que reforçou o apoio popular ao regime. Apesar do discurso oficial, ocorreram problemas logísticos e baixa adesão popular, principalmente em estádios do Nordeste. A distribuição gratuita de ingressos gerou problemas adicionais, incluindo cambismo e intervenções policiais. Internamente, tensões também surgiram, como a contestada escalação do jogador Dario, expondo fissuras regionais que desafiavam o discurso centralizador do regime. (ALMEIDA, 2013)

A retórica do “Brasil Grande”, sustentada pelo discurso do “Milagre Econômico”, encontrou nos eventos esportivos de 1972 — a Taça Independência e a Olimpíada do Exército — palco ideal para representar a integração nacional. A Confederação Brasileira de Desportos (CBD), com apoio da Loteria Esportiva, e o Exército, com recursos públicos e privados (como a Shell), promoveram uma verdadeira fusão entre civis, militares, atletas e artistas populares sob um mesmo ritual cívico-esportivo. Em ambos os eventos, a estética do espetáculo, o

ufanismo midiático e o apelo à “grandeza do povo brasileiro” visavam reforçar a centralidade do Estado na condução do progresso nacional (REI, 2017).

Essa engenharia do consenso, porém, exigia mais do que cenografia. Médici foi representado como torcedor autêntico, com rádio de pilha na mão e voz rouca de comemoração, num esforço de se aproximar do “povo comum”. Esse expediente de “humanização” do líder — também observado no comportamento midiático de Jorge Videla, general argentino que liderou a ditadura militar no país, durante a Copa de 1978 — diluía a violência do regime sob a cortina do espetáculo esportivo (MAGALHÃES; CORDEIRO, 2016). A presença de ídolos como Pelé e Roberto Carlos, a gratuidade dos ingressos e a ampla cobertura da imprensa compunham o roteiro para a suposta adesão espontânea da população. A Medalha do Pacificador concedida a executivos da Shell e o engajamento de empresas privadas indicam como o regime cultivou parcerias que ultrapassavam o campo ideológico, absorvendo também os interesses do capital (REI, 2017).

Além do futebol, o regime investiu em eventos como as Olimpíadas do Exército em Porto Alegre, atraindo grande público e combinando competições com espetáculos de massa. Vitórias expressivas em outras modalidades, como o basquete contra os Estados Unidos e o título mundial de automobilismo conquistado por Emerson Fittipaldi, foram exploradas simbolicamente para reforçar a imagem de um país vencedor e integrado.

A análise corrobora o trabalho de Bruno Duarte Rei, que investiga especificamente o papel do esporte nas comemorações do Sesquicentenário. Rei enfatiza eventos como a Olimpíada do Exército, que articulava elementos civis e militares, mobilizando grande participação popular em atividades esportivas e culturais. Ele demonstra como essas celebrações operaram como instrumentos eficazes na construção do consenso social e da legitimação política do regime militar, por meio da utilização estratégica de símbolos patrióticos, figuras históricas e exaltação de valores como unidade nacional e otimismo em relação ao futuro (REI, 2013).

Contudo, os limites desse projeto eram evidentes. Falhas de adesão popular no Nordeste, cambismo de ingressos, problemas logísticos com delegações estrangeiras e episódios como a vaia à cantora Elis Regina — vista como “infiltrada” no projeto oficial — revelam rachaduras no consenso. A convocação de Dario para a seleção, lida como gesto de favoritismo regional, também expôs que a narrativa de unificação nacional não era homogênea (REI, 2017). Já na Argentina, o constrangimento do regime frente às denúncias de desaparecimentos e à pressão internacional durante a Copa de 1978 evidenciou que o espetáculo tinha limites frente à

realidade da repressão (MAGALHÃES; CORDEIRO, 2016). Tais fissuras sustentam a noção de “consenso contingente”: nem pura adesão, nem mera imposição, mas resultado de uma disputa simbólica e operacional permanente.

Ambos os estudos destacam a existência de uma “zona cinzenta” entre cooperação e resistência. Seguindo Laborie e Rollemberg, Rei identifica essa ambiguidade nos atores sociais que orbitavam os eventos, como artistas, atletas e patrocinadores. Muitos aderiam por conveniência, outros por estratégia de sobrevivência. Essa ambivalência, convertida pelo regime em suposta aprovação tácita, tornava o sistema vulnerável: bastava um ídolo desertar ou um grupo protestar para que a narrativa triunfal vacilasse (REI, 2017). A Copa argentina, mesmo com a eficiência logística e os resultados favoráveis à seleção anfitriã, mostrou-se dependente de um aparato internacional de comunicação e propaganda para neutralizar críticas. (MAGALHÃES; CORDEIRO, 2016).

A leitura conjunta dos dois artigos permite identificar um paradigma latino-americano de propaganda esportiva autoritária baseado em três pilares: (i) mobilização de recursos estatais e privados; (ii) espetacularização midiática das vitórias esportivas; (iii) co-optação de civis como artistas, empresas e jornalistas. Essa tríade produziu dividendos políticos de curto prazo, mas não sanou os conflitos estruturais: a repressão política, as desigualdades regionais e a resistência cultural ressurgiriam com força após o declínio do “milagre” e o desgaste da ditadura. O consenso gerado pelo esporte funcionou mais como anestésico do que como

remédio eficaz contra a ilegitimidade autoritária.

Figura 15 – Foto: flâmula do Campeonato Brasileiro de Futebol de 1972



Fonte: Acervo do Museu e Sala de Troféus da Sociedade Esportiva Palmeiras.

A análise desses eventos dialoga com o debate acadêmico sobre a relação entre esporte e política. A instrumentalização do esporte em 1972 consolidou um modelo político-espetacular na história brasileira, utilizando vitórias esportivas para encobrir contradições internas e legitimar o autoritarismo. Contudo, como afirma Luiz Carlos Ribeiro, destacado por Almeida (2013), o futebol sob a ditadura refletiu tanto a cultura autoritária quanto formas sutis de resistência popular, demonstrando que, mesmo sob repressão, o esporte permaneceu um espaço de disputas simbólicas complexas e insubmissas ao controle estatal.

Cabe destacar, ainda, para os propósitos desta análise, um dos cadernos da edição especial dedicado exclusivamente às Forças Armadas. O suplemento reserva amplos textos para cada uma das três principais corporações — Exército, Marinha e Aeronáutica — apresentando suas trajetórias institucionais e suas contribuições históricas para o país. Os textos exaltam não apenas as missões militares no campo bélico, mas também o papel desempenhado pelas Forças Armadas na consolidação de marcos relevantes da formação da nacionalidade brasileira. Um exemplo expressivo disso é o artigo intitulado “O Exército na Paz e na Guerra”, que atribui aos militares a responsabilidade por garantir a emancipação política no passado e, no presente, impulsionar o desenvolvimento econômico. Essa narrativa estabelece uma continuidade simbólica entre o passado de fundação da pátria e o presente de modernização nacional.

É digno de nota que a edição menciona episódios diversos, tanto de natureza interna quanto internacional, para reforçar essa imagem de permanência e centralidade da atuação militar. Entre os exemplos citados estão os enfrentamentos com o caudilho Rojas, a participação brasileira na Guerra do Paraguai, e a atuação das Forças Armadas como fiadoras da unidade territorial e das instituições nacionais. O texto destaca ainda a defesa da liberdade e da democracia durante os anos 1930, período em que o mundo enfrentava o avanço das ideologias totalitárias, como o nazifascismo. Assim, o caderno dedicado às corporações militares articula passado e presente em torno da imagem das Forças Armadas como garantidoras da soberania nacional — primeiro, política, agora, também, econômica — e agentes permanentes da construção da brasilidade celebrada nas efemérides do Sesquicentenário.

Figura 16 - "O Exército e o Povo"



Fonte: Edição nº 15.784 da Folha de São Paulo, circulada em 3 de setembro de 1972

No quinto caderno da edição especial, encontra-se ainda um texto assinado por Flavio de Almeida Sales, intitulado “Os 150 Anos de Política Externa do Brasil”, no qual é traçado um panorama histórico da atuação diplomática brasileira, por meio de um balanço das ações conduzidas pelo Itamaraty desde a Independência. O texto percorre os principais marcos da política externa nacional, desde o esforço inicial pelo reconhecimento internacional do novo Estado até o estabelecimento das primeiras relações bilaterais com os Estados Unidos,

Inglaterra e Portugal. Há também breves referências a outras nações, especialmente aos vizinhos sul-americanos, compondo uma visão abrangente do processo de inserção do Brasil no cenário internacional ao longo do século XIX.

À medida que o texto avança, o conceito que passa a orientar a análise é o de desenvolvimento, o qual se torna o novo eixo da atuação diplomática a partir do momento em que a independência política já se encontra consolidada. A perspectiva apresentada, sobretudo na seção intitulada “Nossa visão”, sugere que o Brasil, agora com novas condições econômicas, busca ocupar o espaço internacional condizente com sua condição de potência média. Termos e categorias próprios das teorias das relações internacionais são mobilizados ao longo do texto — com destaque para a menção direta ao realismo político —, conferindo ao argumento uma moldura teórica que sustenta a assertividade da posição brasileira. Em “Nossas linhas”, o autor reforça que a atuação externa seguirá as diretrizes traçadas no discurso proferido pelo presidente Emílio Garrastazu Médici ao Itamaraty em 1970. A expectativa, de modo geral, era de expansão da presença diplomática brasileira em escala global, com ênfase nos potenciais de comércio e cooperação — sendo notável o número de referências à “China comunista” como mercado estratégico. O texto se encerra com uma reafirmação enfática dos princípios de soberania e independência nacional, criticando a tese defendida por países industrializados sobre a limitação do desenvolvimento em razão da poluição ambiental, vista como aplicação da ideia rousseauiana do “bom selvagem”.

Torna-se relevante observar como a capilaridade das comemorações do Sesquicentenário da Independência alcançou também o cenário musical brasileiro, frequentemente lembrado por sua resistência ao regime, mas que, à época, teve parte significativa de sua produção marcada por discursos alinhados ao ideal nacionalista, mesmo que de forma indireta. Um exemplo emblemático é a composição “Um novo tempo”, de Nelson Motta, Marcos Valle e Paulo Sérgio Valle, que, entre 1971 e 1972, foi utilizada como jingle nas campanhas de fim de ano da TV Globo. A canção alcançou grande repercussão e viria, mais tarde, a se consolidar como um clássico da televisão brasileira, embora, em seu momento inicial, estivesse fortemente associada à narrativa positiva e desenvolvimentista promovida pelo regime militar.

Outra composição simbólica para o período foi o “Hino do Sesquicentenário da Independência”, de autoria de Miguel Gustavo Werneck de Souza Martins

Marco extraordinário
O Sesquicentenário da Independência!
Potência de amor e paz

Este Brasil faz coisas
Que ninguém imagina que faz.

É Dom Pedro I
É Dom Pedro do Grito
Esse grito de glória
Que a cor da história à vitória nos traz
Na mistura das raças
Na esperança que uniu
No imenso continente nossa gente, Brasil

Sesquicentenário
E vamos mais e mais
Na festa, do amor e da paz

Letra do Hino do Sesquicentenário da
Independência, de Miguel Gustavo Werneck de
Souza Martins.

A composição revela-se um instrumento discursivo relevante para compreender a articulação entre nacionalismo, propaganda de Estado e construção do imaginário coletivo. O hino exibe uma estrutura lírica centrada na exaltação do evento histórico da Independência como um “marco extraordinário”, caracterizando-o como um ato de amor e paz. Essa retórica grandiloquente, sem espaço para ambiguidades ou contradições, representa uma estratégia de apagamento das tensões históricas, políticas e sociais que marcaram a Independência do Brasil em 1822. Como observa Pierre Nora (1993), os lugares de memória — como hinos e celebrações cívicas — não apenas evocam o passado, mas produzem um tipo de memória oficial, moldada pelo presente.

Além disso, o trecho “Este Brasil faz coisas que ninguém imagina que faz” traduz um nacionalismo ufanista, típico da doutrina desenvolvimentista propagada pelos militares, especialmente durante o governo Médiçi. Trata-se de um discurso que visa afirmar a grandeza do Brasil enquanto esconde os dilemas estruturais de desigualdade, repressão e exclusão. Esse tipo de retórica, como argumenta Benedict Anderson (2008), está diretamente ligado à ideia de nação como “comunidade imaginada”, em que os elementos simbólicos são essenciais para fomentar a coesão e justificar o poder vigente.

Outro aspecto relevante é a figuração de Dom Pedro I como herói solitário e glorioso do processo de independência. A frase “É Dom Pedro I / É Dom Pedro do Grito” concentra na imagem do imperador a totalidade de um processo complexo, que envolveu disputas internas,

pactos com as elites agrárias e manutenção das estruturas coloniais. Essa construção de um herói fundador remete à necessidade de legitimar a continuidade de uma ordem política baseada em lideranças fortes, tal como o regime militar se pretendia apresentar.

Por fim, os versos “Na mistura das raças / Na esperança que uniu / No imenso continente nossa gente, Brasil” revelam uma tentativa de consolidar o mito da democracia racial e da unidade nacional, sem reconhecimento das violências históricas que conformaram a sociedade brasileira. A miscigenação é apresentada como um traço harmonizador, quando, na realidade, serviu muitas vezes para ocultar as desigualdades impostas aos negros, indígenas e demais grupos marginalizados. Trata-se de um discurso que reforça o ideal de integração nacional promovido pelo regime, à custa do silenciamento das diferenças.

Portanto, a análise do Hino do Sesquicentenário permite identificar como elementos culturais e simbólicos foram mobilizados para sustentar uma narrativa oficial de brasilidade durante o período da ditadura militar. Trata-se de um exemplo emblemático de como a linguagem simbólica do Estado pode ser utilizada para a produção de consenso, apagamento de conflitos e legitimação ideológica. A leitura crítica dessa composição se insere no esforço de compreender a instrumentalização política da memória e dos símbolos nacionais como parte das dinâmicas do poder.

Nesse contexto, diversos artistas consagrados dos gêneros populares, como o samba, produziram músicas com forte apelo patriótico — em muitos casos, reforçando os elementos simbólicos da nacionalidade. O cantor Jorginho do Império, por exemplo, lançou discos cujas capas estampavam as cores da bandeira nacional e símbolos identificados com o governo militar. O grupo Os Originais do Samba, do qual fazia parte Mussum, lançou em 1971 a música “Brasileiro”, cuja letra reproduz frases que dialogam com slogans do regime, como o conhecido “Ame ou deixe o meu Brasil” — clara variação do mote oficial “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Outros sambistas relevantes seguiram essa mesma linha, como Zé Kéti, com a faixa “Sua Excelência Independência”; Jair Rodrigues, em “Sete de Setembro”; e João Nogueira, com “Das duzentas pra lá”. O tradicional bloco carioca Cacique de Ramos também respondeu diretamente ao lema oficial com a frase “Ontem, hoje e sempre”. Em cadeia nacional, grandes nomes da música como Elis Regina e Roberto Carlos participaram da convocação ao público para o Encontro Cívico Nacional, realizado em 21 de abril — data que marcou o início formal das celebrações do Sesquicentenário (ALONSO, 2023, p. 143-147). Esses exemplos revelam como a dimensão cívica das comemorações se expressou também no universo musical, reforçando a abrangência simbólica e emocional das efemérides de 1972.

Outro campo cultural que teve presença marcante nas comemorações do

Sesquicentenário da Independência foi o cinema. Em 1972, dois filmes de grande repercussão foram lançados, ambos centrados em personagens históricos diretamente relacionados à narrativa propagada pela Comissão Executiva Central das Comemorações (CEC): *Os Inconfidentes*, de Joaquim Pedro de Andrade, e *Independência ou Morte*, com produção de Oswaldo Massaini e direção de Carlos Coimbra. O primeiro aborda o episódio da Inconfidência Mineira, com foco nas causas que levaram à prisão dos intelectuais envolvidos na conspiração e na repressão que se seguiu. Embora os três poetas – Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto – estejam presentes na trama, é Tiradentes quem assume papel central, figurando como agente de sua própria trajetória, conduzido por uma firme determinação que culmina em sua execução, retratada com traços de martírio. Como observa José Murilo de Carvalho (2017), Tiradentes é talvez o maior exemplo de uma “tradição inventada” pela República, cuja imagem foi constantemente apropriada e ressignificada. Em 1972, o inconfidente reapareceu com destaque em diversas publicações, inclusive ilustrado pela pintura de Oscar Pereira da Silva, realizada por ocasião do Centenário, e frequentemente mencionado com seu nome em caixa alta, retomando práticas típicas do início do regime republicano (MELO, 2014, p. 93). A escolha do dia 21 de abril — data de sua morte — para iniciar oficialmente as celebrações do Sesquicentenário reforça seu papel de “patrono cívico” nacional.

Já *Independência ou Morte!* ocupou lugar de destaque sobretudo por seu alcance popular e pelo volume de recursos envolvidos em sua produção. À época, o filme foi anunciado como “o mais caro já feito no Brasil” (CORDEIRO, 2023, p. 139). Dirigido por Carlos Coimbra, o longa tem como figura central o imperador Dom Pedro I, começando com sua abdicação, em 1831, e, por meio de um extenso flashback, percorrendo os principais momentos de sua vida. O ponto culminante do filme é a encenação da célebre tela de Pedro Américo, que dá nome à produção, simbolizando a grandiosidade técnica e simbólica do projeto. Lançado em 4 de setembro, durante a Semana da Pátria, contou com a presença do presidente Emílio Garrastazu Médici em uma sessão especial, seguida de um telegrama oficial de elogio. O protagonismo concedido a Dom Pedro I, tanto na narrativa quanto no investimento financeiro, remete à mesma centralidade conferida ao monarca nas celebrações do Centenário de 1922, reiterando o papel da Independência como fruto direto de sua ação heroica. Apesar das convergências simbólicas, os dois filmes adotam caminhos distintos em termos estéticos e narrativos: *Os Inconfidentes* está inserido na tradição do cinema novo brasileiro, com traços mais críticos e experimentais, enquanto *Independência ou Morte* adota uma abordagem inspirada no modelo hollywoodiano, com grande apelo popular. Ainda que distintos, ambos os filmes se somam à atmosfera celebrativa de 1972 ao projetarem personagens históricos que, em diferentes momentos, foram

convertidos em ícones da construção da nacionalidade brasileira.

O artigo de Fernando Seliprandy (2024), intitulado “Circuito audiovisual implicado: apoio do empresariado à ditadura brasileira” oferece uma leitura precisa e instigante, a partir de um documentário publicado nos 150 anos da Independência, sobre como o campo do audiovisual participou das comemorações cívicas do Sesquicentenário da Independência. Ao tomar como objeto o documentário “A terra de todos nós”, dirigido por Thomas Somlo e financiado pela empresa Souza Cruz, o autor evidencia como produções cinematográficas, mesmo vindas da iniciativa privada, desempenharam papel ativo na construção de um imaginário nacional alinhado ao discurso oficial do regime militar. A análise se apoia em um duplo movimento: de um lado, uma leitura fílmica atenta à estética, ao ritmo e à estrutura da montagem; de outro, a reconstituição histórica das condições de produção, difusão e recepção do filme. Essa abordagem permite compreender o documentário como parte de uma engrenagem simbólica mais ampla, que operava no interior das celebrações cívicas de 1972, promovendo valores como progresso, desenvolvimento e unidade nacional. Em vez de apresentar uma narrativa explicitamente governamental, o filme atua pela sugestão, reforçando símbolos e sentidos associados à modernização técnica e ao avanço produtivo do país.

A principal contribuição conceitual do artigo está na formulação do que o autor denomina de “circuito audiovisual implicado” — noção inspirada em Michael Rothberg —, que descreve a maneira pela qual diferentes agentes sociais (como empresas, produtores e distribuidores) se envolvem ativamente na sustentação simbólica de regimes políticos, mesmo sem vínculos institucionais diretos. Tal conceito se revela particularmente relevante para entender como o cinema comemorativo do Sesquicentenário funcionou como ferramenta de legitimação indireta da ordem vigente. No caso de “A terra de todos nós”, Seliprandy mostra que a ausência de referências diretas ao regime ou ao autoritarismo é compensada por uma montagem que exalta o domínio técnico do homem sobre a natureza, a integração nacional e o desenvolvimento econômico — pilares centrais do projeto militar. A escolha por um estilo narrativo fluido, quase hipnótico, que alterna paisagens naturais e cenas industriais, atua como um recurso visual que dilui conflitos e projeta uma imagem coesa e idealizada do país. A ampla circulação do filme, inclusive em espaços diplomáticos e fora do Brasil, confirma seu papel estratégico na consolidação da imagem de um Brasil moderno e autossuficiente. Nesse sentido, o artigo oferece um importante aporte para os estudos sobre as comemorações do Sesquicentenário ao mostrar como o audiovisual, mesmo fora da esfera estatal direta, foi mobilizado como dispositivo simbólico de celebração da pátria e continuidade da narrativa da independência.

Outro exemplo representativo dessa lógica é o curta-metragem “Brasil Ano 150”, dirigido por Amaral Netto, cuja análise minuciosa realizada por Fernando Seliprandy (2017) revela as engrenagens de um colaboracionismo audiovisual estruturado, típico da modernização conservadora que marcou o “milagre econômico”. O filme, financiado por uma produtora privada, mas amplamente difundido com apoio estatal e empresarial, ilustra a complexa zona de intersecção entre o público e o privado, entre o oficioso e o oficial, que sustentou simbolicamente o regime instaurado em 1964.

Seliprandy (2017) insere seu estudo no debate historiográfico que busca deslocar o foco exclusivo na resistência à ditadura e voltar-se para os múltiplos formatos de colaboração civil com o regime. Inspirado por estudos franceses sobre o colaboracionismo durante a Segunda Guerra Mundial, o autor investiga como a antiga prática cinematográfica da cavação — a produção laudatória por interesse financeiro — foi modernizada e institucionalizada nos anos 1970. A análise de “Brasil Ano 150” mostra que não se tratava mais de iniciativas isoladas de sobrevivência profissional, mas da consolidação de um circuito audiovisual implicado, composto por agentes, empresas e instituições que operavam ideologicamente alinhados com o projeto autoritário. A metodologia do estudo articula análise fílmica com trabalho de arquivo, permitindo rastrear a circulação e os sentidos do filme em seu contexto de produção e recepção. Foram encontradas múltiplas cópias da obra no Arquivo Nacional, com títulos divergentes, mas conteúdo idêntico, revelando seu uso estratégico e sua distribuição nacional sob chancela da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência (CEC). O mapeamento de sua difusão demonstra como órgãos públicos, entidades empresariais como a FIESP/CIESP e instituições de ensino foram mobilizados para exibir a obra em sessões especiais, destinadas a autoridades, empresários e estudantes. Amaral Netto, figura tradicional do jornalismo e do cinejornalismo pró-governo, atuava como mediador entre o Estado e a produção simbólica, encarnando o perfil do “operador implicado” descrito por Seliprandy (2017).

A análise estética do curta revela como a linguagem audiovisual foi instrumentalizada para dar forma à retórica do progresso. O filme adota uma estrutura de comparação entre o Brasil de 1822 e o de 1972, promovendo o contraste entre a tradição e a modernidade técnica do regime militar. Imagens de monumentos históricos são justapostas a fotografias de indústrias e obras públicas; a trilha sonora alterna entre música de concerto e canções populares nacionalistas; e um jogral de vozes jovens exalta feitos tecnológicos com rimas como “D. Pedro e Graham Bell não sonhavam com a Embratel”. Essa estética modernista e tecnocrática, ao mesmo tempo em que celebra o desenvolvimento, oculta os agentes históricos da modernização — nenhuma menção a Médiçi, ministros ou empresários é feita, como se o progresso fosse obra

difusa do próprio “espírito nacional”. Essa escolha retórica revela a lógica da modernização conservadora autoritária: glorifica o crescimento, mas evita nomear seus beneficiários e suas contradições. Ao evitar referências diretas ao aparato repressivo ou à elite econômica, o filme constrói uma narrativa consensual e despersonalizada, útil à construção de um imaginário de unidade e grandeza nacional. Trata-se de um elogio high-tech da ditadura, que substitui o discurso direto da propaganda estatal por uma pedagogia cívica simbólica e sedutora.

Seliprandy (2017) demonstra, portanto, que o filme de Amaral Netto é mais do que um artefato comemorativo: ele encarna um projeto político-cultural que confunde iniciativa privada com apoio estatal, civismo com doutrinação, e progresso com silenciamento. A “cavação high-tech” dos anos 1970 não era apenas sobrevivência financeira de cineastas, mas a consolidação de uma indústria cultural colaboracionista, funcional à manutenção simbólica do autoritarismo.

6.2.3 A celebração do regime

Em síntese, as celebrações do Sesquicentenário da Independência alcançaram níveis elevados de mobilização social, resultado de um planejamento meticuloso coordenado pela Comissão Executiva Central (CEC). A instituição de Comissões Executivas Estaduais (CEE) em todas as unidades da federação reforçou a capilaridade e a amplitude da adesão popular, o que diferencia substancialmente o evento de 1972 daquele ocorrido no centenário de 1922. O contexto favorável do chamado “milagre econômico” brasileiro, impulsionado por novas políticas econômicas e por um discurso de progresso, fomentou um ambiente de otimismo nacional. Esse cenário colaborou para o êxito das comemorações, tanto no que se refere ao resgate da memória cívica quanto à consolidação da legitimidade simbólica do regime militar. As escolhas em torno das figuras centrais celebradas revelam os contornos da narrativa que se pretendia fixar: a abertura das festividades no dia 21 de abril, com o Encontro Cívico Nacional e a execução simultânea do Hino da Independência em todo o país, estava deliberadamente vinculada à imagem de Tiradentes — ícone cívico por excelência da República. A simbologia dessa escolha reforça a ideia de origem da nação associada à luta e ao sacrifício de um mártir da liberdade.

Ao mesmo tempo, o encerramento simbólico do calendário nacional em 7 de setembro manteve a ênfase na figura de Dom Pedro I, à semelhança do centenário, consolidando sua imagem como principal agente da emancipação. A escolha pelo imperador como herói fundacional não se dava sem tensões: como personagem do passado imperial e figura ambígua, Dom Pedro carregava contradições difíceis de harmonizar com os princípios exaltados pelo

regime militar. Contudo, seu autoritarismo e centralismo se apresentavam como virtudes compatíveis com o projeto de legitimação do poder nos chamados "anos de chumbo". A repatriação de seus restos mortais, transferidos do Panteão de São Vicente de Fora para o Monumento do Ipiranga, constituiu um dos momentos mais solenes e simbólicos das comemorações — talvez o maior esforço material empreendido naquele ano. Assim como o conjunto arquitetônico do Ipiranga representou, em 1922, a monumentalização da memória da independência, o traslado do esquife de Pedro I — que percorreu diversas capitais brasileiras até chegar a São Paulo — representou, em 1972, a consagração física da narrativa construída. O próprio presidente da CEC descreveu a ação como uma “consagração presencial de todo o povo brasileiro” (CORDEIRO, 2022, p. 905). Outras figuras também ganharam relevo ao longo das festividades, com destaque para heróis regionais, além de nomes como Duque de Caxias e José Bonifácio, este último objeto de análise mais adiante. A memória da independência foi, assim, firmemente rearticulada sob o selo do regime militar, que buscou legitimar-se como herdeiro direto de uma trajetória nacional que teria início com Tiradentes, seria consolidada por Pedro I e alcançaria sua continuidade institucional sob o governo de Médici. Esse ideal de continuidade, ou *continuum* histórico, esteve no cerne da estratégia simbólica: fazer de 1972 a plena realização do que 1822 significava. A análise do selo oficial do Sesquicentenário, apresentada a seguir, contribui para compreender como tal projeto de memória foi graficamente condensado.

Figura 17 - Selo oficial do Sesquicentenário



Fonte: Símbolo oficial do sesquicentenário / Comissão Executiva. Disponível no acervo da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

O selo oficial do Sesquicentenário apresenta, ao fundo, o número “1822”, ano da Independência, do qual partem faixas curvas que se dirigem ao número “1972”, disposto em

destaque, num plano superior. A composição gráfica sugere de maneira explícita uma trajetória contínua entre os dois marcos, estabelecendo uma linha evolutiva em que o passado dá origem ao presente, como se uma etapa naturalmente resultasse na outra. A mensagem é clara: há uma narrativa de progresso ininterrupto que une a emancipação política ao momento atual. Como discutido anteriormente, as figuras de Dom Pedro I e do presidente Emílio Garrastazu Médici foram constantemente aproximadas no discurso das efemérides. Se ao imperador coube a tarefa de realizar a independência formal frente a Portugal, ao regime militar seria atribuída a missão de conduzir a nação à sua independência econômica e à consolidação de seu papel como potência média no sistema internacional.

A ideia de continuidade histórica e linear, visualmente expressa no selo, é reforçada por outros elementos da propaganda oficial, como jornais, panfletos e publicações institucionais que celebravam as grandes obras de infraestrutura e desenvolvimento como conquistas da nova fase da independência. Contudo, certos episódios foram omitidos, revelando os limites do discurso comemorativo. Um caso emblemático é o da fundação de Brasília. Embora a capital federal tenha sido inaugurada em 21 de abril de 1960 — data simbólica que se ajustaria perfeitamente ao calendário cívico do Sesquicentenário —, a cidade foi excluída das principais peças comemorativas. Tal omissão, como observa Melo (2014, p. 95), pode estar relacionada à forte associação da cidade ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, cuja figura, àquela altura, já era considerada adversária política do regime militar. Assim, enquanto certos marcos e personagens eram exaltados como pilares da identidade nacional, outros eram silenciados, revelando os critérios seletivos e ideologicamente orientados que estruturaram a narrativa oficial das comemorações.

6.3 A produção acadêmica no Sesquicentenário

“(...) eles [os historiadores] contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político. Eles devem estar atentos a esta dimensão de suas atividades.”
Eric Hobsbawm, *A invenção das tradições* (1984)

Outra dimensão relevante na análise das comemorações do Sesquicentenário diz

respeito à produção intelectual e ao estágio do pensamento científico em 1972 a respeito da efeméride. Neste primeiro momento, merece destaque a obra de divulgação *Independência do Brasil: Sesquicentenário. 1822–1972*, publicada sob responsabilidade da Biblioteca Nacional e com apoio institucional direto, que sintetiza parte expressiva do conteúdo cívico e histórico mobilizado pelo governo para marcar a efeméride. Nesse conjunto, vê-se a articulação entre o IHGB, a CEC e outras instituições culturais do Estado, compondo uma frente unificada de produção e difusão de um repertório oficial sobre o passado nacional, orientado à legitimação simbólica do presente político.

A Biblioteca Nacional, instituição localizada no Rio de Janeiro, realizou atividades em colaboração ao Sesquicentenário. O livro *Independência do Brasil: sesquicentenário. 1822-1972* compreende um compêndio bibliográfico dividido em “movimentos precursores” e “Independência”. A obra se inscreve no contexto do programa de mostras culturais de 1972, que foi aprovado pela Diretora da Biblioteca, Sra. Jannice de Mello Monte-Mór, como assinala Wilson Lousada na apresentação. A opção foi por incluir a Inconfidência mineira, a da Bahia e a Revolução pernambucana de 1817 agrupados na categoria de movimentos precursores da Independência. Em ambas as seções, há uma ampla indicação bibliográfica que se centra em documentos oficiais, como anais do Congresso ou cartas de políticos protagonistas do processo de emancipação, somados em títulos de intelectuais, sobretudo historiadores, já consagrados. Além disso, para a segunda seção, a que se refere a 1822, há amplas indicações de documentos avulsos, jornais e ilustrações, que se somam, ainda, de um capítulo de “retratos”, isto é, de obras de caráter biográfico acerca de personagens da Independência – postos divididos em “família real” e “vultos”. Contribui para a análise o caráter das fontes e a permanência do fator biográfico na memória do fato, ou seja, como que as grandes personalidades ocupam uma relevância maior que a compreensão sistêmica e são delimitadas por grandes atores tradicionais já lembrados no centenário.

Nesse sentido, ganha destaque a conferência proferida por Gilberto Freyre na noite de 6 de setembro, cuja proposta foi apresentar uma interpretação sociológica da emancipação brasileira. O renomado sociólogo pernambucano inicia sua fala com uma ressalva: ao contrário dos discursos retóricos costumeiramente proferidos naquele teatro por grandes figuras do passado, ele se propõe a fazer uma leitura de caráter técnico, com fins científicos. A conferência se inicia em tom de continuidade ao discurso do governador Eraldo Gueiros Leite, mencionado anteriormente, e introduz suas premissas metodológicas, situando a análise sob o prisma da sociologia. Segundo Freyre, uma revolução, sob tal lente, não se define apenas por seus marcos políticos, mas pela profundidade com que modifica estruturas sociais, institucionais ou

culturais. Com base nisso, ele propõe uma gradação conceitual do termo: revolução como verbo (enquanto processo), como adjetivo (parcial ou limitada) e como substantivo (quando plenamente transformadora). A partir dessa tipologia, defende que ao Brasil faltou uma revolução com “R” maiúsculo e rubro — isto é, uma revolução substantiva, como teria sido a de 1917 na Rússia.

Essa reflexão, de base sociológica, insere-se em um contexto mais amplo de transformação da disciplina. Freyre observa que, se antes havia uma “sociologia das revoluções” centrada em eventos explosivos e abruptos — tomando Sorokin como exemplo —, agora ganha relevo uma sociologia voltada aos processos, à longa duração e às permanências. Com isso, a Independência de 1822 é considerada por ele um evento “ostensivo e, decerto, memorável”, porém, sob análise sociológica, “não é de importância máxima” (FREYRE, 1972, p. 19). Isso porque, conforme os critérios da disciplina, importa observar os eventos que prolongam seus efeitos no presente e projetam-se no futuro. Assim, a Independência é inserida num processo mais amplo, iniciado ainda na época colonial, e cuja diferenciação em relação à metrópole portuguesa ocorre de forma gradual, marcada por movimentos anteriores, como as bandeiras paulistas e revoltas locais, como a Conjuração contra Mendonça Furtado. Nessa leitura, a Independência não é um ponto de ruptura violenta, mas um desfecho conciliador e de baixa intensidade conflitiva — uma revolução “adjetiva”, nos moldes da cultura nacional. Ao final da conferência, Freyre amplia sua análise ao incorporar acontecimentos mais recentes, como a Revolução de 1964, à lógica dos “movimentos brasileiros”, diferenciando os de “dentro para fora” — enraizados nas tradições e na religiosidade popular — daqueles de “fora para dentro”, ligados ao progresso e à modernização. Quanto ao golpe de 1964, Freyre destaca a adesão popular e a presença feminina, apontando o caráter coeso do movimento. Para ele, o Brasil tem encontrado seu caminho por meio de processos revolucionários com mais afinidade à figura de José Bonifácio que à de Dom Pedro I — uma prática política que se alinha, em sua leitura, à natureza e à sensibilidade da cultura nacional.

6.3.1 A Historiografia “tradicional”

Fundado em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) passou a reunir intelectuais com o objetivo de elaborar uma narrativa histórica nacional, promovendo uma representação comum e coesa no imaginário coletivo da jovem nação brasileira — uma verdadeira “arquitetura da nação”. Inspirado em modelos europeus, especialmente franceses, o instituto assumia como missão o levantamento histórico e geográfico das diversas regiões do

Brasil, visando à construção de uma identidade cultural, social e política unificada. Fortemente influenciado por categorias e modelos interpretativos europeus, o IHGB construiu um discurso nacionalista em torno da Independência, partindo da premissa de que já existia uma nacionalidade brasileira prévia, que teria resistido à tentativa de recolonização pelas Cortes portuguesas. Paralelamente, outro elemento característico da produção historiográfica do Instituto é o protagonismo conferido à monarquia como eixo de coesão nacional, e a centralidade da figura dos grandes heróis — traço evidente nas publicações periódicas do IHGB e que ecoa os modelos narrativos europeus que inspiraram essa forma de historiografia.

Esse projeto narrativo se fortaleceu com o concurso promovido em 1846, vencido por Carl von Martius, que apresentou a obra *Como Escrever a História do Brasil*. Nela, Martius delineia uma proposta de escrita da história pautada por categorias como “Estado”, “Nação”, “Raça” e “Singularidade”, articulando uma leitura assimilacionista que atribuía ao “sangue português” um papel civilizador central na formação de um novo povo. Como pode ser lido no seguinte trecho:

O sangue Português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças Índia e Etiópica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população Brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado"

(Martius, 1844)

Para Martius, o processo de miscigenação — entre portugueses, indígenas e africanos — era visto como uma operação benéfica, desde que conduzida sob a égide da cultura europeia. Ao exaltar o elemento português como o leito principal de um rio que absorveria os “afluentes” étnicos, Martius hierarquiza as contribuições raciais e estabelece uma singularidade nacional subordinada aos ideais de progresso e civilização europeus. Martius, ainda que reconheça a presença de diferentes grupos étnicos na formação do país, valoriza a hegemonia da matriz europeia, atribuindo-lhe a função de guia do processo civilizatório. A exaltação da mestiçagem como vocação brasileira inscreve-se na lógica providencialista da narrativa oitocentista: o destino do Brasil seria justamente essa fusão — dirigida, porém, por um centro europeu.

A partir desse enquadramento, a Independência é reconfigurada como um momento de culminância simbólica: a agência de Dom Pedro I é elevada à condição de gesto fundador do

Império, símbolo de um novo país que se separa de Portugal não apenas politicamente, mas também cultural e simbolicamente. No bojo dessa construção historiográfica, a figura do imperador transforma-se no grande herói nacional, ponto de origem de um projeto de civilização em moldes próprios. Essa narrativa — formulada no seio do IHGB e fortalecida pela obra de Martius — consolida-se como instrumento de forjamento de uma “comunidade imaginada”, na qual a diferença é reconhecida apenas para ser assimilada e hierarquizada dentro de um projeto unificador, moderno e europeu de nação. A perspectiva indianista romântica, ainda que exalte o “exótico” e o “singular” brasileiro, mantém-se subordinada aos padrões da civilização ocidental, sendo integrada como elemento estético e simbólico, e não como fundamento autônomo da identidade nacional. Nesse sentido, a historiografia oitocentista se alinha aos esforços de construção de um passado legitimador para o presente imperial, conferindo à figura de Pedro I e à monarquia o papel de eixo central da unidade nacional.

Essa imagem do IHGB não se apagou completamente. Uma consulta à edição nº 295 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, publicada em 1972, revela conteúdos significativos para a compreensão da memória institucional forjada durante o Sesquicentenário da Independência. Na seção intitulada “Noticiário”, destaca-se o capítulo “Biblioteca do Sesquicentenário”, que registra os termos firmados entre o general Antônio Jorge Correia, então presidente da Comissão Executiva Central (CEC), e o professor Pedro Calmon, presidente do IHGB. Conforme a cláusula primeira do acordo, destinava-se uma verba específica para a “edição de livros e documentos alusivos à Independência do Brasil”, com prioridade definida na cláusula quinta para a publicação de “Documentos Oficiais”. A composição dessa biblioteca é especialmente relevante para a análise, pois evidencia quais materiais foram escolhidos para receber apoio financeiro e ampla circulação institucional, moldando a memória histórica promovida pelo Estado.

Entre as obras contempladas, destacam-se o volume inaugural da coleção, *D. Pedro I – Proclamações, Cartas e Artigos*, organizado pelo próprio Calmon; a obra *História da Independência do Brasil*, de Josué Montello; e, com especial importância, o segundo volume da coleção, *José Bonifácio – A visão do estadista*, assinado por Alfredo Buzaid. A seleção das figuras homenageadas, bem como o perfil dos autores escolhidos, revela uma orientação clara na construção de uma narrativa centrada em personagens já consagrados no panteão nacional — como Dom Pedro I e José Bonifácio —, reforçando os marcos simbólicos da unidade e da ordem.

Tendo atuado ainda na juventude durante o Centenário da Independência, Pedro Calmon figura entre os mais relevantes intelectuais responsáveis por modelar o discurso historiográfico

das efemérides de 1822 ao longo do século XX. Com apenas 20 anos de idade e ainda graduando-se em Direito, participou do I Congresso Internacional de História da América, realizado entre os dias 7 e 15 de setembro de 1922, ocasião em que apresentou três comunicações: “A América não pode viver de sua própria história: a influência francesa na Conjuração Mineira”, “Manifestação do Sentimento Constitucional do Brasil-Reino em Favor das Cortes Portuguesas” e “Papel de José Bonifácio em nossa Independência”. A partir dessas intervenções iniciais, consolidou-se como historiador voltado à temática da Independência, formulando uma interpretação marcada pela continuidade, harmonia e maturação natural da nacionalidade brasileira — uma abordagem perfeitamente alinhada ao discurso oficial que predominou nas comemorações do centenário (DO VALE, 2022, p. 143).

Cinco décadas depois, em 1972, já consagrado como professor e detentor de importantes cargos públicos, Calmon ocupava a presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e integrava ativamente os trabalhos da Comissão Executiva Central (CEC), sendo figura decisiva na formalização do convênio para a constituição da Biblioteca do Sesquicentenário, conforme analisado anteriormente. Em consonância com sua atuação no centenário, também contribuiu com publicações relevantes no contexto das novas celebrações, sobretudo através da construção biográfica de Dom Pedro I. O primeiro volume da coleção financiada pelo programa oficial foi justamente dedicado ao imperador, apresentado como protagonista absoluto da Independência, seguindo a tradição cívica já consolidada. Essa narrativa se soma a outras contribuições organizadas na coleção de quatro volumes *História da Independência do Brasil*, coordenada por Josué Montello, que inclui os textos “D. Pedro I” e “A Proclamação da Independência”. Em conjunto, essas obras reafirmam a centralidade do imperador na narrativa oficial, consagrando-o como herói nacional por meio de um discurso ancorado na autoridade dos documentos históricos. A interpretação de Calmon vê na emancipação política uma consequência lógica de um processo nacional de amadurecimento, gestado desde os tempos coloniais — “a coroação de um processo natural de amadurecimento da nação brasileira” (Do Vale, 2022, p. 143) — e configura a ascensão de Dom Pedro como expressão de um “plebiscito espontâneo”, produto da “vontade geral” do povo. Sua obra recorre frequentemente a autores consagrados como Varnhagen, Hélió Vianna e Octávio Tarquínio de Souza, mas destaca-se, sobretudo, pelo recorrente uso de suas próprias produções anteriores como base de autoridade. Assim, Pedro Calmon configura-se como um dos principais articuladores da continuidade do discurso institucional inaugurado em 1922, preservando a metodologia documental e o repertório simbólico que sustentaram a narrativa oficial da independência ao longo do século XX.

A consulta às edições da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicadas ao longo de 1972 — do número 294 ao 297 — revela o esforço sistemático da instituição em participar das comemorações do Sesquicentenário da Independência. Desde o início do ano, os periódicos da entidade passaram a veicular materiais diretamente vinculados à efeméride, contribuindo com o reforço do discurso histórico oficial. Logo na edição 294, destaca-se um extenso compêndio de efemérides cariocas, organizado segundo o dia e mês dos acontecimentos, oferecendo uma ampla coletânea documental e memorial que inauguraria o tom das publicações científicas do Instituto ao longo daquele ano. Contudo, é na edição 295 — referida anteriormente — que se concentra o maior número de contribuições relevantes para a presente análise, com quatro artigos originais e uma conferência integralmente dedicados ao tema da Independência. A conferência, de autoria de Haroldo Valladão, foi apresentada na sessão inaugural das comemorações do IHGB sob o título “O Fico”. A partir da análise de documentos oficiais, como a Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815 — que ele considera fundadora de uma união jurídica entre Portugal e Brasil —, Valladão interpreta a permanência de Dom Pedro no Brasil como juridicamente legítima, visto que a tentativa das Cortes de Lisboa de reverter tal vínculo violaria o pacto estabelecido. Nesse sentido, argumenta que a Independência não seria um rompimento arbitrário, mas o desfecho coerente e inevitável de um processo já em curso: “concebida com O FICO, a 9 de janeiro, para nascer, a 7 de setembro, numa gloriosa e imorredoura gestação” (VALLADÃO, 1972, p. 180).

Entre os artigos publicados, destacam-se temáticas variadas que orbitam a memória do 7 de setembro. Em “O Monumento do Ipiranga”, Horácio Costa reconstrói historicamente as diversas iniciativas — desde 1824 — de monumentalizar o episódio do Grito, culminando na construção iniciada em 1885 sob a direção do engenheiro Tomás Bezzi. Já Horácio Rodrigues da Costa, em “As testemunhas do Grito do Ipiranga”, realiza uma minuciosa investigação com base em diferentes fontes para identificar os integrantes da comitiva de Dom Pedro I e quais deles, de fato, presenciaram a cena que viria a se tornar símbolo fundacional. O autor inclui observações sobre a subjetividade dos historiadores, como ao mencionar que “Varnhagen demonstra a sua antipatia por José Bonifácio, de quem tinha péssima impressão pessoal” (DA COSTA, 1972, p. 78). O artigo de Álvaro Dias do Amaral, “O local da proclamação da Independência do Brasil”, propõe um estudo topográfico sobre o exato ponto onde se teria dado o Grito do Ipiranga, relacionando o local com os monumentos erguidos posteriormente e lamentando o abandono dos marcos históricos pelo poder público. Por fim, o texto inaugural da edição, de autoria de Walter Spalding, intitulado “A Independência do Brasil e o Rio Grande do Sul”, investiga a difusão da ideia de emancipação na província meridional e a atuação dos seus

representantes nas Cortes de Lisboa, permitindo a ampliação da leitura da Independência para além do eixo sudeste e contribuindo para a compreensão da pluralidade regional na construção do processo emancipatório. Acerca desse texto, é interessante citar:

Aliás, todas as grandes transformações sofridas pelo Brasil ocorreram em paz quase absoluta: Brasil-Reino, Brasil Independente, Brasil República; Abolição da escravatura e a ainda recente Revolução de 31 de março de 1964 que libertou o Brasil do iminente perigo de dissolução devido a violenta infiltração anti-democrática que se estava espalhando apoiada pelo governo, em grande parte. Esta Revolução, como a da Independência, como a da Proclamação da República, reintegrou o Brasil em si mesmo, entregando-o, são e salvo, ao povo. E aí está o Brasil-brasileiro que sempre teve, e tem, nas forças armadas, sua defesa e seu sustentáculo para prosseguir, rumo ao futuro cada vez mais promissor, livre, independente, e democrático como nasceu e o comprova a cerimônia da Primeira Missa em terra firme, na angra de Porto Seguro, em 1500.

(Spalding, 1972, p. 16)

A longa citação serve como perfeita síntese do discurso que parte dos intelectuais participaram das comemorações e esteve nítido nos esforços da CEC para o Sesquicentenário. Nesse sentido, une-se uma série de temas e pontos focais dentro de um todo que parece ser mais ou menos coeso acerca da emancipação: como apareceu em Freyre, há a manutenção de uma visão harmoniosa, adjetivada como “moda brasileira” por excelência; Pedro Calmon perpetua e rememora a perspectiva já consagrada no centenário com Oliveira Lima, Varnhagen e Taunay; os historiadores ligados ao IHGB também ocupam posição semelhante, como visto pelo exposto.

Por fim, o presidente de Portugal Américo Thomaz, em seu discurso ao assumir a presidência de honra do IHGB, vinculou o patriotismo e a valorização dos elementos tradicionais como pilares da identidade luso-brasileira, afirmando que essa cultura comum deveria ser vivamente expressa e defendida por ambas as nações. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nesse contexto, surge como agente ativo da construção dessa identidade, ao registrar e celebrar os feitos dos governantes brasileiros, reforçando simbolicamente a união entre Estado e historiografia oficial. Nas palavras de Thomaz:

O Instituto sempre honrou os heróis da história brasileira, oferecendo-os como exemplos à posteridade para que nunca sejam esquecidos os valores que inspiraram e presidiram à construção do Brasil. E assim homenageou os seus mestres monarcas: d. João VI, dom Pedro I e dom Pedro II, e os estadistas da república que continuaram a afirmar e defender os princípios fundamentais da cultura e da unidade brasileira. Entre estes estadistas noto, com prazer, o preclaro nome do presidente Emílio Garrastazu Médici, alta figura de brasileiro, sábio timoneiro do Brasil de hoje e de amanhã, personificação mais acabada das virtudes que asseguram a grandeza e a crescente prosperidade deste nobre país. (RIHGB, abr./jun., 1972: 250-251).

O elogio público a Médici, inserido num discurso que celebra a continuidade histórica entre o Império e a República, reforça a estratégia simbólica de legitimação do presente autoritário pela vinculação com o passado glorificado da história brasileira, unificando tradição e poder sob o signo de uma identidade espiritual partilhada entre Brasil e Portugal. Nesse panorama, a identidade brasileira retratada durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência aparece como produto de uma narrativa articulada entre história oficial, simbologia cívica e legitimação política. O discurso de Spalding, ao afirmar que as grandes transformações do Brasil ocorreram pacificamente – da Independência à Revolução de 1964 – sintetiza perfeitamente o ideal de continuidade e estabilidade promovido pela Comissão Executiva Central e pelos intelectuais que dela participaram. Ao lado de Pedro Calmon, Oliveira Lima, Varnhagen, Taunay e outros membros do IHGB, consolidou-se uma representação harmônica da história brasileira, exaltando o papel das Forças Armadas e o espírito nacional como garantias de um destino promissor e ordenado. Essa construção retórica, ao se apoiar em um passado glorificado, projetava um futuro idealizado, no qual a união espiritual entre Brasil e Portugal reafirmava tanto a tradição quanto a promessa de um país forte, democrático e profundamente enraizado em seus valores históricos compartilhados.

6.3.2 A vanguarda crítica

Indo por outra via, ocupa lugar especial na bibliografia da Independência a publicação *1822: Dimensões*, organizada por Carlos Guilherme Motta (2022). Formada por historiadores

de vanguarda na academia, se afastavam de diversos pontos da historiografia tradicional em seus enfoques, fontes, metodologias e análises, trazendo luz a uma outra perspectiva que não se apoiou num nacionalismo corrente do regime militar. O livro se divide em três partes distintas, das quais duas possuem textos originais, que permeiam os gêneros de artigo e ensaio acadêmico, com uma terceira de levantamento bibliográfico crítico acerca da Independência e seu estudo até os anos 70. A primeira parte, intitulada “das dependências”, reúne textos de caráter mais teórico e historiográfico, perpassando interpretações e propostas esquemáticas para uma análise do processo histórico. Vale ressaltar que esse teor está nos quatro primeiros capítulos da seção, mas ganha robustez com os quatro últimos em que se muda o objeto para questões internas: uma extensa pesquisa acerca dos estrangeiros no período, uma análise da atuação dos “brasileiros” nas Cortes de Lisboa, uma verdadeira biografia crítica de José Bonifácio e uma análise da dinâmica das elites “brasileiras”. A segunda seção, denominada “das independências” se detém em analisar os processos regionalizados, numa espécie de complementação aos modelos mais amplos da primeira parte. Nessa altura, os textos são mais carregados de descrições factuais e reunião crítica de documentação para uma narrativa histórica. O título metonímico da obra sintetiza um elemento fundamental presente em todas as suas seções e textos: cada abordagem ilumina uma dimensão específica da efeméride. Assim, a emancipação do Brasil é analisada não apenas como fruto do protagonismo heroico de um agente que encarna a “vontade geral do povo” — narrativa amplamente difundida pelo discurso oficial —, mas sob múltiplos olhares críticos. Mesmo interpretações mais rigorosas, como a de Gilberto Freyre, acabam por se deixar envolver pelo entusiasmo das comemorações, destacando episódios marcantes que contribuem para uma narrativa grandiosa da Independência. Em contraste, os autores reunidos nesta coletânea adotam uma postura mais sóbria, evitando a exaltação e privilegiando análises que desconstroem mitos e questionam versões consagradas. Dessa forma, a obra apresenta uma abordagem ampla e multifacetada do processo de separação política entre Brasil e Portugal, em que cada texto, ao explorar diferentes aspectos do evento, contribui para uma compreensão mais complexa e nuançada do significado histórico da Independência. Para a presente análise, os textos da primeira parte serão esmiuçados com ênfase individual, a fim de encontrar e divulgar a abordagem, diferente, em contrapartida, da segunda seção que será posta em conjunto.

“As Dimensões da Independência”, autoria de Fernando Antônio Novais, é pertinente em abrir a discussão por ser um texto que propõe um esquema teórico ao problema. Inicialmente, há uma menção aos problemas metodológicos, com uma breve revisão em que se estabelece que parte dos estudos se centraram em uma perspectiva econômica que ignora uma

grande ruptura ao simplificar a transferência da dominação, aqui econômica, de Portugal para a Inglaterra, enquanto outra, essa de ótica política e notadamente mais clássica, firma o contrário ao acentuar demais os sucessos da Independência. A proposta, então, é de direcionar o ofício do historiador em combinar os níveis de análise para encontrar uma narrativa factível. Com isso, através de uma abordagem sistêmica e, sobretudo, global, propõe que a emancipação brasileira está situada no movimento de crise dos sistemas coloniais, e, esta última, inserida como fator e produto da crise da ordem europeia. Assim, há uma continuidade e causalidade lógica, integrada, em que os sistemas coloniais são extensões do *ancien régime*, a estruturação europeia que se formou na América.

Dessa forma, o autor lança mão de uma “estrutura global”, uma construção que se manifesta em todas as regiões em questão, algo que é substancial. É evidente que para cada caso haverá diferentes acidentes que compõem o quadro específico, e esse deve ser o passo posterior da análise, mas, ao lançar bases essenciais, há um sistema comum. Assim, a argumentação caminha por indicar as “condições de equilíbrio” dessa ordem, ou seja, quais os fatores e agentes que compõem a estrutura. No aspecto político, há uma configuração absolutista: o poder se organiza de forma centralizada e legitimada pelo discurso de sua origem “extrassocial”, fundada no direito divino. A heterogeneidade da sociedade moderna, já não mais feudal e ainda não burguesa, configura um quadro de intensas forças sociais que são postas em equilíbrio através da monarquia absoluta. No aspecto econômico, há a formação de um “capitalismo comercial”, fase média em que “as relações de mercado não dominam o conjunto da vida econômica, mas já o setor mercantil constitui-se no setor dinâmico da economia” (NOVAIS, 1972, pp. 28).

No aspecto social, há uma configuração estamental, ou seja, divisões da sociedade baseadas em privilégios jurídicos, com a importante menção ao princípio de transição num “terceiro estado” de crescente diferenciação de classes, isto é, não sendo ainda uma sociedade de classes, já comporta classes em sua composição. Através dessa análise em diferentes níveis, surge o esquema de “sociedade de ordens”, estrutura europeia que, pelo processo de expansão, torna-se estrutura global. O funcionamento dessa ordem na Europa já demonstrou suas tensões iniciais pelo setor de mercado não dispor de condições para seu intenso e autossustentado desenvolvimento. É nesse aspecto que a colonização encaixa: é um elemento da política mercantilista voltada para conseguir, através da exploração, acelerar o ritmo de acumulação de capital que é “o objetivo de todo movimento” (NOVAIS, 1972, pp. 29).

O “sistema colonial” nada mais é, então, que os mecanismos pelos quais a colonização se ajusta às pretensões dos dominadores, são eles o exclusivo metropolitano do comércio e a

dupla composta pelo escravismo e tráfico negreiro. É essa a forma que a estrutura nascida e corrente na sociedade europeia passou para a América, bem como a sua crise acompanha os passos das revoluções burguesas que se sucederam. O processo se repete, essencialmente, ao ser uma crescente de tensões pelo funcionamento, isto é, as contradições que estão na composição interna geram uma crise engendrada no próprio sistema. Em linhas gerais, o historiador firma que não há possibilidade de explorar a colônia sem desenvolvê-la, ainda que minimamente, o que invariavelmente acarretará a formação de uma sociedade com as mesmas contradições e propulsões vistas na metrópole. O movimento do conjunto direciona o movimento interno. Encarar a emancipação política como um capítulo da crise do Antigo Regime retira algumas características associadas àquelas óticas isoladas, econômica e política, que, segundo o autor, produzem “distorções ou mesmo falácias” sobre o episódio da Independência (NOVAIS, 1972, pp. 23). O que é posto como erros no ofício do historiador, na corrente análise associa-se à produção de um discurso e renovação das “tradições inventadas”, como mencionado anteriormente.

Além do exposto, cabe ressaltar a novidade metodológica que possibilita novos esquemas como esse: o texto emprega uma gramática historiográfica sofisticada, como a articulação dos conceitos de “capitalismo mercantil” e “sociedade de classes”, aliados ao uso da abordagem em vários níveis. Outro grande ponto de atenção está na abertura do texto às discussões das relações internacionais, desde a definição de uma estrutura global ao uso de termos diretamente ligados a disciplina, como no trecho: “(...) as relações internacionais tendem para um belicismo crônico que só podem resolver-se pela hegemonia final de um deles.” (NOVAIS, 1972, pp. 30); entre outras concepções presentes no texto.

O segundo autor é o primeiro estrangeiro da publicação, o francês Jacques Godechot com o texto “A Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente”, conferindo um esforço semelhante ao anterior em situar 1822 dentro de uma estrutura global. A impressão na leitura de capítulo após o outro é de alguma continuidade e aplicação: lançou-se um modelo e em sequência é visto factualmente sua aplicação. O texto caminha definindo o movimento revolucionário no ocidente, iniciado em 1770 no processo de independência norte-americano, como o produto da desagregação das estruturas vigentes, ou seja, uma crise generalizada. A nova configuração em busca de um equilíbrio das forças políticas se dá por meio de um processo de violência pautado pelos novos valores liberais, o processo que se chama “Revolução do Ocidente”. Desse modo, são narrados diversos processos e características internas pelo mundo, passando por exemplos como o irlandês e suíço até chegar no caso francês. Basicamente, se tem a execução dos esquemas teóricos aplicados aos casos particulares, o próximo passo natural

da proposta de Novais. Com isso, o francês Jacques Godechot utiliza fontes variadas, mas, sobretudo, detém sua pesquisa em jornais de época na França, para mostrar uma perspectiva dos fatos ocorridos no Brasil no país símbolo da Revolução. A busca científica revela que havia, pela recorrência nos jornais, grande interesse pelos fatos transcorridos no Brasil e havia a percepção, na época, de uma semelhança com o processo revolucionário francês. Assim, o autor conclui que havia um interesse, dada a semelhança, em estreitar relações com o império nascente na América, a fim de acordos diversos de caráter sobretudo comercial.

Noutra perspectiva francesa, o historiador Frédéric Mauro escreve um texto centralizado na abordagem conjuntural do fato. “A Conjuntura Atlântica e a Independência do Brasil” dispõe de uma série de conceitos próprios dessa natureza de análise a fim de investigar a influência do quadro nos movimentos do processo histórico. Nesse sentido, cita o *tendance majeure* de Ernest Labrousse: uma “orientação que tende à alta ou baixa e que cobre vários séculos” (MAURO, 1972, pp. 43). Aliado ao conceito anterior, há o uso do estudo do “movimento secular”, isto é, um balanço dos elementos internos que deve recair num resultado binário: ou positivo, ou negativo. Com isso, o texto caminha em ricas descrições acerca das tendências e resultados conjunturais ao longo do tempo na Europa, citando exemplos que vão da Grã-Bretanha à Península Ibérica. O texto se funda em teóricos dessa área, como Albert-Alain Bourdon e François Simiand, a fim de dar robustez às classificações, sem deixar de mencionar como se via na dinâmica interna desses períodos, incluindo registros escritos dos panoramas temporais, como é o caso da citação de Magalhães Godinho acerca da década de 1810. Isso posto, a expressão “conjuntura” ganha contorno de valor científico, aqui na observação das tendências positivas e negativas através da *tendance majeure* e do movimento secular. Os resultados indicam que Portugal, durante o recorte das Revoluções do Ocidente – para retomar o texto do compatriota Godechot –, se situa em queda de *tendance majeure*, ao passo que, para o Brasil, havia movimento secular positivo, em especial o cume do ciclo de exploração econômica do ouro. Desde o primeiro parágrafo o francês adianta que a conjuntura interna não explica diretamente a emancipação política, mas a análise pode indicar se as condições eram favoráveis ou não ao processo de ruptura. O texto sublinha, através da repetição do termo, a ideia de que o ponto chave elucidativo está na observação da diferença comparativa entre a conjuntura portuguesa e a brasileira. Nesse aspecto, as Cortes de Lisboa, que em suas ações demarcaram o recrudescimento das províncias brasileiras com o poder central, se deram temporalmente num momento de expectativas promissoras por parte dos brasileiros e uma percepção negativa de avanços da antiga metrópole. Assim, a fragilidade de Portugal aliado ao panorama interno contribuem para a afirmação que havia uma conjuntura favorável à separação política. É

interessante notar a diferença de abordagem com os textos que evocam as Cortes de Lisboa justamente pelos novos métodos de articulação dos conceitos.

Finalmente, o historiador português Joel Serrão faz uma importante contribuição ao incluir a percepção da historiografia portuguesa diante da discussão crítica acerca da Independência do Brasil. Em “Os Remoinhos Portugueses da Independência do Brasil”, o historiador traz uma reflexão acerca da modernização em Portugal a partir do fato da emancipação do Brasil. O texto abre com essa questão e finaliza com uma pergunta que questiona as possibilidades dessa mudança da dinâmica econômica do país lusitano, pondo no meio, o texto em si, uma descrição factual com uma organização atípica. A consideração inicial é de que a Abertura dos Portos em 1808 foi o início de fato do processo independentista, o que acompanhou temporalmente uma grande crise em Lisboa fato esse que forjou a Revolução do Porto em 1820. Com isso, a mudança das dinâmicas coloniais e a experiência “liberal” no Brasil fomentou a institucionalização do mesmo ideal em Portugal. As Cortes, entretanto, buscavam “reconstituir o antigo estatuto econômico-administrativo luso-brasileiro” (Serrão, 1972, pp. 51). A partir desse momento, Serrão narra os acontecimentos com o enfoque nas consequências da emancipação para Portugal e uma interessante argumentação e reunião de fontes para a dinâmica dos imperadores no período logo posterior da fundação da nação brasileira. Explica que mesmo com Portugal reconhecendo a independência brasileira, há evidências na atuação política de D. João VI que mostram a esperança em reatar as relações por parte dos antigos colonizadores. O interessante é notar a sinalização positiva de volta pelo Imperador do Brasil, que não deixou de articular um plano para a sucessão do trono que envolvesse seu envolvimento. Somado a isso, Serrão estabelece uma causalidade entre a guerra civil que se dá em Portugal e a “crise oriunda da independência brasileira” (Serrão, 1972, pp. 55). De um modo geral, o texto chama a atenção ao mostrar como o liberalismo entra e sai de cena na política portuguesa em contraste com os fatos que decorrem no Brasil: em um primeiro momento, o movimento que se intensifica no Brasil passa a Portugal, entretanto, com os efeitos da emancipação, logo o “tradicionalismo” volta a ter espaço no debate. A discussão central é da necessidade da modernização do Estado e a articulação portuguesa para ter autossuficiência sem a exploração colonial, sendo uma dúvida deixada em aberto na reflexão.

O texto “Europeus no Brasil a Época da Independência: Um Estudo”, de Carlos Guilherme Mota, o organizador da obra, abre, o que arbitrariamente consideramos, como os textos de caráter mais específico. Diferente dos quatro anteriores, os seguintes não possuem uma proposta de um modelo ou aplicação de um esquema, além de não trabalharem em cima do fato amplo, na investigação da conjuntura ou se estendendo ao “ocidente”, “movimento do

liberalismo” ou semelhante. Assim, o estudo realizado por Mota tem como objeto a influência dos agentes no processo de emancipação política, isto é, como a articulação e dinâmica dos grupos e seus interesses contribuíram, positiva ou negativamente, para a Independência do Brasil. O texto é organizado em seções separadas por algarismos romanos que, ainda que não contenham título, balizam o método, critério, objeto, argumentação e conclusão. Assim, o texto diferencia portugueses e brasileiros, ou seja, já cria a noção de brasilidade ligada a terra nesse momento, pondo os portugueses como um dos grupos estrangeiros estudados, que, a rigor, serão esses somados aos ingleses. Esse recorte se dá pela escolha do nível de realidade em análise, que, nesse caso, serão os que tiveram influência no processo emancipatório. O texto caminha pelos mesmos fatos dos vários anteriores, indo da abertura dos portos até as Cortes de Lisboa, mas inova na escolha da perspectiva: através do uso de diários e textos estrangeiros acerca do Brasil, cria um pequeno circuito que parte da vida social no período e escala até eventos de influência para o processo de independência. A análise é centralizada no setor do comércio, excluindo as posições ligadas a produção agrícola por não conter mudanças sensíveis como a primeira atividade. A abordagem é muito inovadora e toca uma dimensão interessante do processo específico do Brasil dentro da “Revolução do Ocidente”: há a construção de um conceito de “internacionalização”, uma mudança proveniente desaparecimento do intermediário português metropolitano e gera a nova dinâmica na atividade mercantil; o conceito, então, se liga ao campo de atuação da Inglaterra que, com a liberalização econômica da ex-colônia, adentra nas relações comerciais brasileiras e, claro, na vida social interna da região. A reação a essa internacionalização gera, segundo o autor, a divisão dos interesses e a criação de grupos distintos entre os residentes: uns ligados à manutenção do status antigo, notadamente os mercadores portugueses, e outros que continham portugueses “simpáticos” ao Brasil e os brasileiros. A Independência se torna inevitável na eleição, por ambos os grupos, do príncipe Pedro como representante de seus interesses. Através de uma postura dúbia e vacilante, Pedro conversa esses interesses até a viabilização da emancipação política, que, mesmo assim, não é privada de violência e da, agora citada, “lusofobia”. O ponto alto do texto está não só na consideração, mas no enfoque na vida social da região: o autor consegue relacionar os acordos de livre comércio com a entrada da cultura inglesa no Brasil, saindo da tradicional análise de larga escala dos fatores políticos e adentrando num nível de análise mais próximo; tem igual maestria em retomar, após as considerações das mudanças nessas esferas, para uma análise da influência desses fatores no processo amplo que é a Independência.

O sexto capítulo busca realizar um estudo acerca dos “Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-1822” através do mapeamento de todas as representações brasileiras. O

historiador Fernando Tomaz faz uma longa descrição acerca do fato e evolui a argumentação a partir dos embates entre brasileiros e portugueses. Talvez esse seja o texto com maior densidade descritiva, apoiando-se em diversas declarações dos deputados nos embates contra os demais. Assim como o texto anterior, a construção do argumento não fica evidente no princípio e apenas ao final da investigação há uma conclusão acerca da atuação dos deputados. A descrição indica questões particulares às províncias que compõe o Brasil, isto é, como havia diferenças de projetos dentro mesmo da representação brasileira. O autor traz uma decisiva citação presente em uma moção movida por Feijó, de São Paulo, em que aparece expressamente que cada deputado representa a sua província e não unificadamente o Brasil, já que “cada província se governa a si” naquele momento (Tomaz, 1972, pp. 81). Apesar disso, repetidas declarações assinalam a noção da representação do Brasil, sobretudo no contraste com as ideias que estavam sendo discutidas por Lisboa. Além disso, o texto dialoga com o já citado Frédéric Mauro e a percepção das diferenças conjunturais, isto é, como as deputações brasileiras viam sua projeção em contraste com a “crise” vivida em Lisboa. Contudo, apesar das diferenças entre os deputados, evidentemente há uma defesa comum em todos que foram às Cortes: a defesa da equiparação dos *status* das províncias, promovendo ampla união entre Brasil e Portugal. Por esse motivo, o texto abre com a menção do pessimismo na volta dos deputados, desde o princípio os representantes não avançaram com consensos justamente pela diferença das finalidades: enquanto os brasileiros se entendiam tão portugueses quanto os lisboenses, esses últimos queriam retomar a exploração para evitar a recessão material que vivia a antiga metrópole. Assim, durante todo o corpo do texto as declarações são ou combativas, algumas que já citam a eminência da separação, ou pessimistas acerca das questões ligadas a autonomia das províncias do Brasil. Entretanto, a conclusão do texto indica o abismo entre o discurso dos deputados e sua atuação: dos 46 representantes que participaram das Cortes, 39 assinaram a Constituição e, mais impressionante, 37 a juraram. Há um claro descompasso entre as falas proferidas e as conjunturas avaliadas frente a postura da representação.

Sem sombra de dúvidas, o texto de Maria Odila da Silva Dias, intitulado, “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)” apresenta uma interpretação inteiramente nova e, até mesmo, afrontosa à versão tradicional e amplamente difundida pelas comemorações do Sesquicentenário. Através de um diálogo expresso textualmente com as obras de historiadores já clássicos, como Caio Prado Junior, que parece ser a maior influência, e Sérgio Buarque de Holanda, ainda aliando novas tendências na historiografia nacional, como é o caso da citação da historiadora Emília Viotti, o texto é estruturado com uma narração factual aliada à acentuação dos elementos que compõem a teoria presente no título. Além disso, o texto combina

fontes numa metodologia de análise sistêmica, isto é, perpassa diversos níveis da realidade – política, econômica e social – para compor a tese.

O balanço feito pela autora sobre a fronteira científica do tema aparece no início, indicando que já fora fundamentado três aspectos: há uma continuidade, mesmo administrativa, no processo de transição da colônia para o Império do Brasil; há um descompasso entre os períodos da emancipação e consolidação do território nacional, enquanto a primeira se consuma em 1822, o segundo processo se deu apenas entre os anos 1840 e 1850; por fim, há um consenso de que a emancipação brasileira se deu, diferente do usual, sem uma revolução nacionalista.

Esses três aspectos, garantem a elevação do debate pela historiadora ao afirmar que o tema da formação da nacionalidade brasileira pouco tem a ver com a efeméride do 7 de setembro, uma vez que o processo amplo deve ter enfoque e, este último, se inicia em 1808 com a transferência da família real para o Rio de Janeiro. Para a autora, a transferência da Corte deu início a um processo que teria em 1822 um de seus pontos altos, o da separação dos Estados, mas certamente não o mais importante para o estudo que se propõe a analisar o processo de formação da nacionalidade brasileira. Essa consideração não entra em disputa com a compreensão outrora exposta de situar o processo brasileiro dentro da “Revolução do Ocidente”, ainda que pontue suas peculiaridades, mas, sim, procura separar o estudo da emancipação política – essa sim enquadrada dentro da estrutura global de crise do antigo regime – da formação brasileira em aspecto mais amplo – que teve sua conclusão apenas em 1850.

Com isso, Maria Odila lança as bases de sua tese: a transferência da Corte marcou um esforço de mudar a sede administrativa do reino de Lisboa para o Rio de Janeiro em caráter definitivo e, ao esbarrar com as definições das Cortes Liberais de Lisboa, a emancipação política, realizada em 1822, ganha o caráter de contrarrevolução do projeto conservador que teria sua continuidade não mais em Portugal, mas no “novo reino” que é o Império do Brasil. Cada uma das etapas possui uma riqueza na análise, mas, marcadamente, a formação da nacionalidade brasileira se deu através de um projeto mais ligado ao absolutismo em crise na Europa do que o fervor revolucionário e liberal que ocupava os espaços em crise. É nesse sentido que a autora afirma que, para os idealizadores da independência, o Império do Brasil deveria ser um “baluarte do absolutismo” em detrimento do caráter liberal da Revolução do Porto (Dias, 1972, pp. 156). O texto estabelece, então, a noção de “interiorização da metrópole”: é o traslado das estruturas de Lisboa para o “centro-sul” brasileiro, num movimento que ainda “autocolonizaria” as demais províncias, numa dinâmica semelhante ao que era Lisboa-Brasil.

É nesse contexto que se dão as disputas provinciais e os diferentes projetos, afinal a análise faz uma ampla consideração do conflito de interesses como base da mudança histórica:

há disputa entre elite agrária e elite mercantil, somadas às disputas entre classes dominantes das diferentes províncias; assim, cita que “para governadores e funcionários das várias capitanias parecia a mesma coisa dirigirem-se para Lisboa ou para o Rio de Janeiro” (Dias, 1972, pp. 165). Findado o processo de emancipação política de Portugal como uma “contrarrevolução”, fica clara a etapa de formação da nacionalidade brasileira a partir da repressão de revoltas regionais, pondo foco no centralismo de governo, aliado a um discurso, que seria a grande força política modeladora do Império, de “vontade de ser brasileiro”.

7 Sesquicentenário de um “desquite amigável”?

Conforme já exposto na seção dos antecedentes, ao longo do processo de construção da memória nacional brasileira, a grande imagem consagrada foi a de uma independência como resultado de uma separação pacífica, harmoniosa, ainda que inevitável, entre Brasil e Portugal. Essa concepção, enraizada no discurso historiográfico desde o século XIX, ganhou relevo particular durante as comemorações do Centenário da Independência, em 1922. A ideia de um “desquite amigável” entre as duas coroas, expressão cunhada por Manuel de Oliveira Lima em sua obra *O Movimento da Independência*, torna-se chave interpretativa para a representação oficial da emancipação brasileira como uma transição consensual e civilizada, moldando profundamente os contornos da identidade nacional moderna. Para Oliveira Lima, a Independência do Brasil não constituiu uma revolução no sentido clássico, mas uma reorganização política que preservou os fundamentos do Estado monárquico e cristão. Daí o uso deliberado do termo “desquite amigável”, que, mais do que metáfora, exprime uma compreensão da nacionalidade como herdeira direta da civilização lusa, sem traços revolucionários. D. João VI, nesse contexto, emerge como figura fundadora, ao passo que D. Pedro I aparece como o executor de uma transição inevitável e quase técnica — ambos integrados à narrativa da continuidade e não da subversão.

Conforme também já exposto, esse enquadramento não se dá de forma isolada. Ao lado de Oliveira Lima, a nova edição da *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen — atualizada justamente para as celebrações do Centenário —, reforça a centralidade das grandes lideranças como motores da história e do destino nacional. A construção da história por meio de atos jurídicos e decisões régias confere à narrativa um tom de legitimidade e inevitabilidade, excluindo outras possibilidades de ruptura social ou popular. Nessa lógica, o heroísmo de D. Pedro I é menos gesto de insurgência do que expressão de dever dinástico. As exposições e retratos encomendados entre 1919 e 1922 fixam na memória coletiva uma representação harmônica do processo, excluindo conflitos e tensionamentos sociais. Taunay,

Oliveira Lima e Varnhagen — com abordagens distintas, mas convergentes — acabam por consolidar uma concepção de nacionalidade fundada no pacto, na continuidade e na herança lusa, cuja origem simbólica repousa sobre a imagem de um Brasil que nasceu sem fratura, como quem assina, serenamente, um desquite.

Figura 18 - Capa da 2.^a série, n.º 872, 4 de novembro de 1922



Fonte: Acervo digital da Hemeroteca Municipal de Lisboa, disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/obras/ilustracaoport/1922/N872/N872_item1/P1.html

A imagem da capa da revista *Ilustração Portuguesa*, publicada em 1922, materializa visualmente a concepção de "desquite amigável" consagrada pelas principais narrativas historiográficas do Centenário da Independência. Nela, as figuras femininas alegóricas do Brasil e de Portugal aparecem em um gesto de afeto e harmonia, entrelaçadas sob o manto de asas protetoras e os símbolos nacionais, reforçando a ideia de uma separação sem conflito, permeada por laços fraternos e civilizados. Essa representação está em plena sintonia com a interpretação proposta por Oliveira Lima, Varnhagen e Taunay, que viram na Independência não uma ruptura violenta, mas uma transição ordenada e consensual — um "divórcio de veludo" entre nações irmãs unidas por laços de cultura, sangue e tradição monárquica. Vale destacar que a *Ilustração Portuguesa* foi uma revista semanal editada pelo jornal *O Século*, cuja publicação

teve início em 9 de novembro de 1903 e se estendeu até 1924, desempenhando papel importante na construção simbólica e visual da identidade portuguesa nas primeiras décadas do século XX. Dessa forma, tendo sido explorada a construção historiográfica da Independência como um “desquite amigável” ganha uma dimensão diferente na maneira como essa concepção foi reatualizada no contexto autoritário das comemorações do Sesquicentenário, em 1972.

7.1 O Brasil e as relações internacionais

As relações internacionais de um país refletem tanto sua posição no sistema global quanto os objetivos estratégicos definidos por seus formuladores de política externa. A política externa constitui, assim, um instrumento fundamental para a projeção de interesses nacionais, sendo moldada por fatores econômicos, políticos, geopolíticos e, até mesmo, identitários ou ideológicos. Ao longo do tempo, os Estados adaptam suas condutas externas às mudanças na ordem internacional, buscando maximizar seus ganhos, ampliar sua influência e assegurar condições favoráveis ao seu desenvolvimento interno. No caso brasileiro, diferentes períodos históricos revelam distintas abordagens diplomáticas, ora mais alinhadas a grandes potências, ora orientadas por princípios de autonomia e diversificação. A análise de determinados recortes temporais permite compreender como o Brasil articulou seus interesses frente aos desafios e oportunidades do ambiente internacional.

Após o golpe militar de 1964, o Brasil adotou uma política externa inicialmente alinhada à lógica bipolar da Guerra Fria, privilegiando relações com os Estados Unidos e afastando-se dos princípios da Política Externa Independente (PEI). O governo Castello Branco rompeu com a ênfase anterior na autonomia e no nacionalismo, priorizando o alinhamento ao Ocidente, a abertura ao capital estrangeiro e certa flexibilização da atuação internacional. No entanto, essa orientação logo se mostrou limitada diante da nova realidade internacional, marcada pela distensão entre as superpotências e pela ascensão do Terceiro Mundo como ator geopolítico relevante. (CERVO; BUENO, 2002)

Nesse contexto, a tentativa inicial de integração subordinada ao sistema liderado pelos EUA rapidamente foi substituída por uma postura mais pragmática. Ainda sob Castello Branco, apesar do viés ideológico, houve esforços para diversificar as relações exteriores e ampliar mercados. Como destaca Cervo e Bueno (2002), “nem tudo era ideológico ou bipolar” nesse período, pois havia a consciência de que o Brasil deveria manter relações com todos os países “sem distinção de seus sistemas políticos” (p. 404). Esse realismo indicava o início de uma transição. Com a ascensão de Costa e Silva em 1967, a política externa brasileira passou por

uma inflexão mais clara. A chamada “Diplomacia da Prosperidade” passou a priorizar o desenvolvimento econômico como objetivo central, instrumentalizando as relações internacionais para atingir metas internas. Segundo os autores, “a política externa destinou-se a suprir a sociedade e o Estado de condições e meios adequados a impulsionar o desenvolvimento de forma autônoma” (CERVO; BUENO, 2002, p. 407). Esse novo direcionamento reforçou o universalismo e a busca por autonomia, articulando a política externa ao projeto nacional desenvolvimentista.

Durante o governo Médici, essa estratégia se aprofundou. A atuação brasileira nos fóruns multilaterais, a aproximação com o Terceiro Mundo e a defesa de uma Nova Ordem Econômica Internacional demonstram a intenção de reposicionar o país como potência regional com projeção global. A diplomacia foi concebida como instrumento de expansão econômica e enfrentamento da desigualdade sistêmica, voltando-se “contra a estratificação do poder e da riqueza” e contra as “regras internacionais de comércio e finanças” impostas pelo Primeiro Mundo (CERVO; BUENO, 2002, p. 411).

As relações com os Estados Unidos deterioraram-se gradualmente. O Brasil passou a adotar uma estratégia de barganha e flexibilidade, mantendo negociações bilaterais com Washington, mas ampliando seu leque de parceiros estratégicos na Europa, Ásia e no Sul Global. A ruptura com a política tutelar dos EUA é resumida pelos autores ao afirmar que “as relações especiais foram sacrificadas pelas conveniências brasileiras, que determinaram uma estratégia externa *self serving*” (CERVO; BUENO, 2002, p. 435). Internamente, esse reposicionamento refletiu-se na reconfiguração da doutrina de segurança nacional. A rejeição ao Tratado de Não Proliferação Nuclear e os investimentos na indústria bélica e em acordos nucleares evidenciam a tentativa de reduzir a dependência tecnológica e afirmar a soberania. Essa “nacionalização da segurança” estava ancorada na percepção de que o subdesenvolvimento era, em parte, perpetuado pela ordem internacional vigente (CERVO; BUENO, 2002).

A análise do pensamento dos militares brasileiros em política internacional entre 1961 e 1989 revela um campo marcado por tensões entre influências externas, raízes nacionais e o contexto do projeto nacional-desenvolvimentista. Eugênio V. Garcia (2018) destaca, inicialmente, que o pensamento militar não é homogêneo nem isolado, mas resulta de interações com outros segmentos da sociedade, como acadêmicos e diplomatas, e se insere em um debate mais amplo sobre a existência de um pensamento genuinamente brasileiro em política internacional. No plano conceitual, Garcia (2018) diferencia “pensamento estratégico”, “pensamento militar” e “mentalidade militar”, enfatizando que o pensamento dos militares

corresponde às opiniões e análises desses atores sobre temas específicos, inclusive política externa. O autor alerta, contudo, que “a tarefa de tentar tipificar o pensamento da corporação militar, em qualquer assunto que seja, repousa sempre em bases precárias e aproximativas da média existente entre os diversos grupos que compõem a instituição, por si mesma complexa e politicamente heterogênea” (GARCIA, 2018, p. 487). Essa complexidade é fundamental para evitar generalizações simplistas sobre a influência dos militares na política externa.

Nesse cenário, uma das críticas centrais do texto é dirigida à chamada “interpretação crítica tradicional”, que atribui à Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e à geopolítica uma origem essencialmente norte-americana, minimizando as raízes nacionais do pensamento militar. Garcia (2018) observa que tal abordagem falha quando “superestima a influência norte-americana e tende ao determinismo e à generalização simplista” (GARCIA, 2018, p. 491). O autor demonstra que, mesmo durante o governo Castelo Branco, considerado o ápice do alinhamento com os EUA, o Brasil não recebeu benefícios substantivos desse alinhamento, e a política externa logo se distanciou do “ocidentalismo radical”.

No âmbito doutrinário, a Escola Superior de Guerra (ESG) e a DSN foram espaços privilegiados de formulação e consenso entre as Forças Armadas. Após 1961, predominou uma “introspecção estratégica”, com ênfase na segurança interna e na “guerra revolucionária”, relegando os estudos internacionais a um plano secundário. O realismo clássico tornou-se a matriz teórica dominante: “A necessidade de dinamizar a Diplomacia torna-se imperiosa quando o grau de desenvolvimento nacional não permite [ao estado] aparelhar-se com meios de defesa suficientemente poderosos para atender às Hipóteses de Guerra” (GARCIA, 2018, p. 499). Assim, a diplomacia era vista como instrumento compensatório diante das limitações do poder nacional. Nesse sentido, a produção intelectual dos militares privilegiou temas ligados à defesa do território e à soberania, como Amazônia, Atlântico Sul e Cone Sul, além de análises sobre o comunismo internacional. O realismo político, com referências a autores como Hans Morgenthau e Raymond Aron, forneceu o arcabouço teórico para a compreensão das relações internacionais, enquanto a “construção da potência” tornou-se objetivo central: “A ‘construção da potência’, para utilizar a expressão de Geraldo Lesbat Cavagnari, passou a ser preocupação constante no pensamento dos militares, na expectativa de que a ascensão do Brasil a níveis superiores da hierarquia internacional de poder tivesse como corolário a ampliação das atribuições do poder militar na defesa de interesses nacionais além-fronteiras” (GARCIA, 2018, p. 503).

O nacionalismo pragmático dos militares buscava a autonomia do desenvolvimento, especialmente diante das restrições impostas pelos Estados Unidos ao acesso a tecnologias

sensíveis. Isso levou o Brasil a buscar alternativas na Europa e a investir em setores estratégicos como armamentos, informática e energia nuclear. Dessa maneira, o autor sintetiza:

A luta nacionalista pela elevação do prestígio internacional do país, por conseguinte, teria de ser perseguida mediante a autonomia do desenvolvimento. As dificuldades criadas pelos Estados Unidos para a cessão de material bélico moderno e sofisticado, na década de 1970, levaram o Brasil a buscar ativamente fontes europeias de armamentos e tecnologia.

(GARCIA, 2018, p. 504)

Em conclusão, o paradigma realista foi mais influente do que a geopolítica na formulação do pensamento militar brasileiro, que se alinhou ao projeto nacional-desenvolvimentista e à busca de autonomia. Dessa forma, o autor expõe que “o paradigma realista exerceu influência muito mais marcante, em matéria de fundamento teórico para a compreensão da política internacional, do que a geopolítica”. Com isso, indica que os militares estiveram “sempre muito mais ligados ao projeto nacional-desenvolvimentista (...) do que com o receituário geopolítico ou o próprio liberalismo associado, restrito a 1964-1967” (GARCIA, 2018, p. 509). O esgotamento desse modelo coincidiu com o fim da Guerra Fria, abrindo espaço para novas reflexões sobre o papel das Forças Armadas e a inserção internacional do Brasil.

Nesse cenário, o discurso do senador José Sarney, realizado no dia 19 de junho de 1972, com considerações acerca da Conferência de Estocolmo, no mesmo ano, revela as principais diretrizes e contradições da política internacional brasileira durante o regime militar, especialmente sob o governo Médici. O Brasil buscava conciliar o desenvolvimento econômico acelerado com a defesa da soberania nacional e a crítica à ordem internacional desigual. Como afirmou Sarney, “as nossas prioridades são as de agir como nação, pois não podemos dissociar o nosso sentimento nacional da nossa conduta”, evidenciando a centralidade da autonomia e do nacionalismo na postura diplomática do período. No entanto, essa defesa do desenvolvimento vinha acompanhada de uma crítica contundente ao modelo predatório dos países industrializados, responsabilizando-os pelos danos ambientais globais: “Se a terra está doente, começa a dar sintomas de enfraquecimento, a culpa não é dos países em desenvolvimento, mas dos super-ricos que, na ânsia de exploração, foram predatórios e incapazes de seu próprio destino.” Tal posicionamento reflete o pragmatismo da política externa brasileira, que, ao mesmo tempo em que buscava modernização e inserção internacional, rejeitava pressões externas e defendia o direito ao crescimento autônomo. De modo geral, o discurso de Sarney ilustra o paradoxo do regime: enquanto projetava internacionalmente uma imagem de país

moderno e preocupado com questões globais, internamente mantinha práticas autoritárias e priorizava o crescimento econômico a qualquer custo. Assim, a defesa da soberania e do desenvolvimento, associada à crítica ao dualismo Norte-Sul, revela tanto as ambições quanto os limites do projeto político e diplomático brasileiro naquele momento histórico.

Os relatórios oficiais do Ministério das Relações Exteriores (MRE, 1971 e 1972) contribuem para essa análise e refletem claramente um período de reorientação estratégica, fundamentado em um discurso marcado por pragmatismo e defesa enfática da autonomia nacional. Durante esse período, o Brasil buscou afirmar-se como um ator relevante na arena internacional, utilizando sua diplomacia para promover o desenvolvimento econômico e ampliar sua influência política global. Nesse contexto, percebe-se uma ênfase na diversificação das relações internacionais, com iniciativas dirigidas especialmente à América Latina, África e Europa Ocidental, revelando uma diplomacia ativa em busca de novos parceiros comerciais e políticos (MRE, 1971, p. 5-9; MRE, 1972, p. 6-10).

A autonomia aparece como um valor central na atuação diplomática brasileira do período, refletindo-se, por exemplo, na rejeição explícita às tentativas externas de limitar o desenvolvimento nacional. Isso fica evidente na defesa da soberania sobre recursos naturais e na insistência brasileira no livre acesso às conquistas científicas e tecnológicas, particularmente em áreas estratégicas como energia nuclear e exploração marítima. O Brasil manifestava publicamente sua oposição a qualquer forma de intervenção que pudesse comprometer seu crescimento econômico independente (BRASIL, 1971, p. 8; BRASIL, 1972, p. 7). Outro ponto destacado pelos relatórios é a intensa participação do país em fóruns multilaterais, particularmente nas Nações Unidas e em organismos regionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), com uma agenda clara: defender os interesses dos países em desenvolvimento contra o status quo estabelecido pelas grandes potências. Assim, o Brasil não apenas buscava a alteração das regras internacionais de comércio e finanças, mas também atuava como voz ativa na crítica à desigualdade entre países ricos e pobres, insistindo na construção de uma nova ordem econômica internacional mais justa e equilibrada (BRASIL, 1971, p. 8-9; BRASIL, 1972, p. 7).

Esse posicionamento crítico e autônomo contrasta fortemente com o alinhamento automático ao Ocidente dos primeiros anos do regime militar, revelando uma política externa pragmática e estratégica. A aproximação com países da África, a intensa atuação regional na América Latina e o fortalecimento dos laços econômicos com a Europa demonstram um claro movimento de expansão da influência diplomática brasileira, buscando criar bases sólidas para uma maior presença internacional (BRASIL, 1972, p. 6-10).

Em suma, ao analisar tanto as fontes acadêmicas quanto os relatórios oficiais do Ministério das Relações Exteriores, percebe-se claramente uma política externa brasileira marcada pelo pragmatismo e pela busca crescente de autonomia durante o período militar. Ambas as perspectivas destacam a transição do alinhamento inicial aos Estados Unidos para uma postura diplomática mais diversificada e estratégica, com forte atuação multilateral em defesa do desenvolvimento nacional e da construção de uma ordem internacional mais equitativa. Contudo, é também consensual a identificação das contradições desse período, sobretudo a dualidade entre o discurso externo, favorável à soberania e solidariedade internacional, e as práticas internas, autoritárias e repressivas. Desse modo, a diplomacia brasileira dessa época emerge como um complexo instrumento político, simultaneamente voltado para a legitimação do regime no plano doméstico e a ampliação da influência internacional do país.

Por fim, o relatório de 1972 (BRASIL, 1972), ao destacar algumas iniciativas realizadas em prol do sesquicentenário, menciona uma publicação especial que merece atenção à análise. A edição 34 da *Revista de Cultura Brasileña*, publicada em Madrid em 1972, constitui um documento significativo para a compreensão das relações culturais e acadêmicas entre Espanha e Brasil durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência brasileira. A edição especial que conta com mais de 130 páginas onde se distribuem diversos artigos, figuras e informações acerca do Sesquicentenário, conta, também, com uma entrevista com o historiador Manuel Ballesteros Gaibrois, conduzida por Julio Trenas, que muito interessa a presente análise ao oferecer uma perspectiva externa privilegiada sobre os processos históricos brasileiros e revela a existência de redes consolidadas de intercâmbio intelectual entre os dois países.

A dimensão acadêmica das relações hispano-brasileiras emerge como elemento central da entrevista. Ballesteros Gaibrois destaca que "todos los años hay en las facultades españolas graduados brasileños para doctorarse" e menciona ter dirigido "más de seis tesis doctorales a brasileños". Entre os trabalhos orientados, destaca-se "El aspecto económico del período filipino en el Brasil", realizada por Adalgisa Vieira do Rosario, posteriormente catedrática em Manaus. Esta informação evidencia não apenas a existência de um intercâmbio acadêmico regular, mas também a formação de quadros intelectuais brasileiros em universidades espanholas, criando uma rede de conhecimento que conecta ambos os países. A colaboração estabelecida na década de 1960-70 para investigar aspectos históricos comuns representa um esforço sistemático de cooperação intelectual. O historiador menciona especificamente a participação de Pedro Calmon, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, indicando o envolvimento das principais instituições acadêmicas brasileiras neste intercâmbio.

Particularmente relevante é o projeto de catalogação de manuscritos brasileiros em arquivos espanhóis, iniciado quinze anos antes pelo pesquisador brasileiro Eliseo de Araujo Lima, demonstrando a continuidade e a profundidade desta cooperação acadêmica.

A análise de Gaibrois sobre a Independência brasileira apresenta uma perspectiva singular que merece destaque. Ele caracteriza o processo como "un fenómeno extraordinariamente sui generis" e apresenta a teoria de que "Brasil no se independizó de Portugal, sino que Portugal se separó de Brasil, puesto que fue la dinastía lusitana la causante de la separación" (TRENAS, 1972, p. 51). Esta interpretação inverte a narrativa da independência ao sugerir uma perspectiva que enfatiza o protagonismo brasileiro no processo, o que se alinha com as comemorações do Sesquicentenário que exaltavam a singularidade da experiência histórica brasileira. Com isso, o historiador identifica duas figuras centrais na formação do Brasil moderno: D. Pedro I, caracterizado como "creador de la nacionalidad cuyo sesquicentenario ahora se celebra", e o Barão do Rio Branco, que "sin disparar un tiro, sin una política de agresión, creando esa habilísima y eficazísima escuela de diplomáticos que es Itamaraty o Ministerio de Relaciones Exteriores del Brasil, amplió la extensión territorial de su patria" (TRENAS, 1972, p. 52). Esta análise revela uma compreensão sofisticada da formação territorial e diplomática brasileira, reconhecendo tanto os aspectos fundacionais quanto os desenvolvimentos posteriores que consolidaram a nacionalidade.

A dimensão cultural brasileira recebe atenção especial na análise. Gaibrois reconhece a existência de uma elite cultural "de las más destacadas de Iberoamérica" e destaca os avanços do país em arquitetura e arte, exemplificados pelo "fenómeno Brasilia y la Bienal de São Paulo". Esta observação evidencia o reconhecimento internacional da vanguarda cultural brasileira, particularmente nos campos da arquitetura modernista e das artes visuais, que se projetavam internacionalmente como símbolos da modernidade brasileira. (TRENAS, 1972, p. 49)

Sobre a sociedade brasileira, o historiador destaca o conceito de "democracia racial" como característica distintiva, embora reconheça que o Brasil "también sufre las consecuencias de los movimientos extremistas y hasta desesperados que situaciones de desequilibrio económico y social suelen siempre producir". Esta análise revela uma compreensão nuançada da realidade social brasileira, reconhecendo tanto as especificidades da formação racial quanto as tensões sociais existentes. (TRENAS, 1972, p. 52)

Quanto às perspectivas futuras do Brasil, Ballesteros Gaibrois demonstra otimismo ao afirmar que o país se encontra "en el momento de eclosión y no podemos prefigurar lo que será en el futuro, con el aprovechamiento de sus inmensos recursos". Esta avaliação reflete o contexto do "milagre econômico" brasileiro dos anos 1970, quando o país experimentava

crescimento acelerado e projetava-se como potência emergente. O historiador reconhece que "actualmente no es excesiva; pero que está planificado a una enorme proyección industrial, para lo cual se está disponiendo la infraestructura de caminos, aeropuertos, fábricas, etc.", sinalizando conhecimento dos projetos desenvolvimentistas do regime militar brasileiro. (TRENAS, 1972, p. 51)

Em última análise, a entrevista demonstra como as comemorações do Sesquicentenário da Independência brasileira transcenderam as fronteiras nacionais, mobilizando intelectuais e instituições acadêmicas de outros países ibero-americanos. A análise de Ballesteros Gaibrois revela uma compreensão singular da história brasileira, ao mesmo tempo em que situa o Brasil no contexto mais amplo das relações culturais e acadêmicas ibero-americanas, evidenciando a importância destes intercâmbios para a construção de uma compreensão regional compartilhada sobre os processos históricos e culturais latino-americanos.

Somado a isso, a edição também conta, ao final, uma série de indicações bibliográficas acerca da Independência reunidas sob o título de “Bibliografía actual sobre temas de la Independencia”. A bibliografia é apresentada nas páginas 135-138 e revela um panorama diversificado e abrangente dos estudos sobre a Independência do Brasil, organizados tematicamente para facilitar a consulta acadêmica. O catálogo inclui desde obras clássicas de historiadores consagrados até trabalhos mais recentes que abordam aspectos específicos do processo emancipatório, indicando a vitalidade e a continuidade dos estudos sobre o tema.

Entre as obras destacadas, observa-se uma predominância de estudos biográficos sobre D. Pedro I, com múltiplas abordagens que vão desde análises políticas até aspectos pessoais do imperador. Trabalhos como *A Vida de D. Pedro I*, de Octávio Tarquino de Souza, e *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*, de Alberto Rangel, evidenciam o interesse persistente na figura do primeiro imperador como personagem central da narrativa da Independência. Paralelamente, encontram-se estudos documentais e análises históricas mais amplas, como *História da Independência*, cuja direção geral é endereçada a Josué Montello, e *Brasil Monárquico*, que integra a obra *História Geral da Civilização Brasileira*, organizada por Sérgio Buarque de Holanda, ambas situam o processo emancipatório em contextos mais amplos da formação nacional.

A bibliografia também revela preocupações com aspectos econômicos e sociais da Independência, incluindo trabalhos sobre o desenvolvimento industrial e as transformações econômicas do período. Obras como *História Política Econômica e Industrial do Brasil*, cuja autoria é do historiador Heitor Ferreira Lima, incluem uma abordagem multidisciplinar que busca compreender a Independência não apenas como evento político, mas como processo de

transformação estrutural da sociedade brasileira. A presença de estudos sobre reconhecimento internacional e relações diplomáticas indica ainda a preocupação dos historiadores em situar a Independência brasileira no contexto das relações internacionais da época.

7.2 “Pátria mãe” ou “Pátria irmã”

O estudo das relações entre Portugal e Brasil na primeira metade do século XX, desenvolvido por Santos e Amorim (2010), revela uma dinâmica complexa e contraditória de aproximações simbólicas e distanciamentos práticos. O artigo propõe examinar a evolução das relações bilaterais entre Portugal e Brasil do fim da monarquia portuguesa (1910) ao término da Segunda Guerra Mundial (1945). Os autores destacam que este período é marcado por instabilidade e transições políticas em ambos os países, afetando diretamente a qualidade e intensidade do relacionamento. O fim do regime monárquico em Portugal e a instabilidade da Primeira República dificultaram o fortalecimento dos laços, enquanto o pós-1945 trouxe novos desafios com o fim do Estado Novo brasileiro e o surgimento de um sistema internacional hostil ao regime salazarista. Esse período foi caracterizado principalmente por uma diplomacia retórica, marcada por celebrações oficiais que, todavia, pouco contribuíam para o fortalecimento concreto das relações bilaterais. Nesse sentido, os autores sugerem que “de todas estas tentativas encetadas ao longo da Primeira República portuguesa fica apenas o ‘eco de uma renovada aproximação afectiva dos dois povos, sem grandes efeitos práticos’ (...)” (SANTOS; AMORIM, 2010, p. 126).

Com a emergência simultânea do Estado Novo em Portugal e no Brasil, observa-se uma tentativa mais articulada de aproximação política e ideológica, sustentada pelos regimes autoritários de Salazar e Vargas. Contudo, apesar da afinidade política e dos esforços propagandísticos, essa aproximação não se refletiu em avanços significativos no comércio bilateral ou na criação de mecanismos eficazes de cooperação econômica, devido principalmente às políticas protecionistas adotadas pelos dois regimes. A Segunda Guerra Mundial ofereceu uma oportunidade singular para fortalecer a cooperação política e diplomática entre os dois países, com Portugal assumindo um papel crucial como mediador das comunicações diplomáticas brasileiras na Europa. Tal situação permitiu aumentar o prestígio internacional de ambos os países, apesar de pouco impacto em relações econômicas concretas. Assim, verifica-se novamente que a dimensão simbólica das relações superava largamente os

resultados práticos alcançados (SANTOS; AMORIM, 2010).

Em termos gerais, a análise de Santos e Amorim (2010) argumenta que o esforço bilateral, apesar das boas intenções explícitas e do simbolismo propagado pelos governos autoritários, demonstrou claros limites operacionais. A prevalência de uma visão nacionalista, aliada a dificuldades econômicas internas e à conjuntura internacional instável, impediu a concretização efetiva das aspirações integradoras anunciadas pelos dois países. Por outro lado, o reconhecimento mútuo das similaridades culturais e linguísticas persistiu como legado duradouro, revelando a importância contínua dessas relações para a identidade e projeção internacional futura de ambas as nações.

Indo adiante na análise, o estudo realizado por Williams Gonçalves (2010) acerca das relações luso-brasileiras nos anos 1950 apresenta um quadro analítico marcado por aproximações estratégicas e convergências ideológicas. Gonçalves evidencia que o pós Guerra criou um contexto propício para intensificar as relações entre Brasil e Portugal, particularmente durante o governo Kubitschek. Essa aproximação foi impulsionada principalmente pela estratégia portuguesa de preservar seu Império Ultramarino diante da crescente pressão anticolonialista internacional (GONÇALVES, 2010).

Nesse cenário, a diplomacia portuguesa revelou uma capacidade singular de envolver o Brasil em sua estratégia colonial. Um elemento-chave foi a contribuição intelectual de Gilberto Freyre, cuja teoria luso-tropicalista reforçou ideologicamente o papel "civilizador" português e serviu para legitimar o apoio brasileiro às pretensões coloniais de Portugal. Gonçalves (2010) critica implicitamente essa relação, destacando como a adesão brasileira às teses freyrianas contribuiu significativamente para a diplomacia portuguesa alcançar seus objetivos, ainda que às custas de contradições internas evidentes. O Tratado de Amizade e Consulta, assinado em 1953, é apresentado como símbolo dessa diplomacia instrumental. O autor demonstra que, apesar de alguns atritos econômicos – notadamente em relação à exportação do café angolano –, os interesses políticos e culturais prevaleceram, assegurando o apoio brasileiro aos interesses portugueses. Contudo, episódios críticos, como o pedido de asilo político ao general Humberto Delgado, expuseram fragilidades e tensões que evidenciaram as limitações dessa relação bilateral. Nesse sentido, o autor reafirma que “a aliança política formal com o Brasil descortinava novas perspectivas para que a diplomacia portuguesa prosseguisse em seu intuito de não transigir com o anticolonialismo” (GONÇALVES, 2010, p. 280).

Em perspectiva crítica, é possível afirmar que as relações Brasil-Portugal desse período foram guiadas por um pragmatismo conservador, no qual valores ideológicos e interesses

estratégicos se sobrepuseram frequentemente aos benefícios econômicos concretos. Tal abordagem fornece elementos importantes para compreender as bases das relações externas brasileiras posteriores, inclusive durante o governo Médici, quando novamente estratégias pragmáticas e instrumentais voltariam a ser destaque, refletindo a busca pela ampliação do protagonismo internacional brasileiro em um contexto igualmente marcado por contradições entre discursos externos e práticas internas (GONÇALVES, 2010).

Nesse quadro, o trabalho de Victor Andrade de Melo (2016) acerca dos Jogos Desportivos Luso-Brasileiros e dos Congressos Luso-Brasileiros de Educação Física na década de 1960 revela como eventos esportivos e acadêmicos foram instrumentalizados politicamente para reforçar relações diplomáticas específicas entre Brasil e Portugal. Melo (2016) identifica que esses eventos transcenderam o mero objetivo esportivo ou acadêmico, sendo usados estrategicamente por Portugal para defender sua política colonial, baseada nas ideias luso-tropicalistas de Gilberto Freyre. Com isso, os Jogos Desportivos Luso-Brasileiros e os Congressos Luso-Brasileiros de Educação Física, realizados ao longo das décadas de 60 e 70, foram eventos organizados com o propósito declarado de fortalecer os laços culturais, esportivos e científicos entre Brasil e Portugal. No entanto, seu significado foi muito além das práticas esportivas e acadêmicas. Assim, esses eventos constituíram instrumentos da política externa portuguesa, fortemente influenciados pela teoria luso-tropicalista, sendo concebidos como espaços de legitimação simbólica da fraternidade luso-brasileira e, sobretudo, de defesa da política colonial portuguesa frente à crescente pressão anticolonialista internacional. (MELO, 2016)

Durante a primeira edição em 1960, os jogos e congressos tiveram forte componente simbólico, promovendo discursos de fraternidade e cooperação que reforçavam uma suposta singularidade positiva da colonização portuguesa. Contudo, já na segunda edição, em 1963, o entusiasmo diplomático declinou, refletindo críticas crescentes às políticas coloniais portuguesas e questionamentos internos à política externa brasileira. Esta mudança destaca como os eventos, embora carregados de retórica diplomática, eram altamente sensíveis às conjunturas políticas e sociais vigentes. Na terceira edição, em 1966, há um claro esforço para retomar uma narrativa favorável ao colonialismo português, com eventos distribuídos por Portugal e suas colônias, buscando projetar uma imagem unificada e harmoniosa do império. Tal estratégia evidencia a instrumentalização política dessas relações culturais e esportivas, com os eventos servindo não apenas para fortalecer laços entre as nações, mas também para sustentar

ideologicamente a controversa política colonial portuguesa. (MELO, 2016)

Essa ampla exposição revela a evolução, no século XX, das relações entre os Estados do Brasil e Portugal. Apesar das dinâmicas complexas e fortemente influenciadas pelos modelos políticos e fatores externos da geopolítica, há um caminho aberto para a aproximação entre as duas nações. Essa aproximação, contudo, não se funda apenas na cooperação comercial ou diplomática a fim de encontrar ganhos mútuos. Ainda que, evidentemente, esse seja um fim esperado, a reaproximação dos governos se dá no campo simbólico, isto é, na interpretação dos laços que essas duas nações compartilham. Dessa maneira, o processo de Independência do Brasil é, por muito, o evento político mais relevante na formulação dessa nova interpretação.

Finalmente, as celebrações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, ocorridas em 1972, revelaram-se não apenas como uma importante oportunidade para reforçar os laços históricos entre Brasil e Portugal, mas também como um significativo instrumento político para a diplomacia brasileira durante o período militar. Uma nova busca nos relatórios do Ministério das Relações Exteriores (1971; 1972) destacam especialmente a transladação dos restos mortais de D. Pedro I, trazidos pessoalmente pelo presidente português Almirante Américo Thomaz, evento marcado por intenso simbolismo e representatividade política, sob a égide de uma "Comunidade Luso-Brasileira" que buscava enfatizar uma suposta identidade compartilhada entre os dois povos (MRE, 1972, p. 6-7). De forma semelhante, a Convenção de Igualdade Luso-Brasileira surge como uma importante contribuição para a análise.

Essas iniciativas diplomáticas não apenas ressignificaram a independência brasileira no contexto contemporâneo, mas também permitiu que ambos os regimes autoritários – brasileiro e português – se apropriassem do passado imperial para legitimar suas narrativas políticas internas. A presença do presidente do Conselho de Ministros de Portugal, Marcello Caetano, nas celebrações de setembro de 1972, reforçou ainda mais esse aspecto político-diplomático das comemorações, servindo para a consolidação de uma imagem de união e amizade recíproca frente à comunidade internacional (MRE, 1972, p. 16).

Figura 19 - Os presidentes Américo Thomaz, de Portugal, e Emílio Garrastazu Médice firmam

acordos na presença de suas comitivas



Fonte: Agência Nacional, 25/04/1972. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/restos-de-pedro-chegam-ao-brasil-21229285>

Os discursos pronunciados pelos presidentes Américo Deus Thomaz, de Portugal, e Emílio Garrastazu Médici, do Brasil, durante a celebração do Convênio de Igualdade entre brasileiros e portugueses, conforme registrado na edição do *Jornal do Brasil*, de 25 de abril de 1972, constituem testemunhos valiosos para compreender a construção discursiva e simbólica da identidade entre as duas nações. A análise crítica destes pronunciamentos revela uma estratégia discursiva sofisticada que mobiliza elementos históricos, culturais e espirituais para consolidar uma narrativa de "comunidade luso-brasileira" indissolúvel. Com isso, os discursos demonstram como ambos os regimes autoritários utilizaram a retórica da irmandade para legitimar suas posições políticas e fortalecer laços diplomáticos em um contexto de Guerra Fria, apresentando a relação bilateral como modelo de civilidade e unidade espiritual transcendente às divisões políticas. Ambos os líderes, alinhados ideologicamente em regimes autoritários naquele período histórico, reforçaram uma narrativa estratégica que visa realçar uma suposta irmandade histórica, cultural e espiritual entre os povos brasileiro e português.

O presidente português Américo Deus Thomaz, que logo no início caracteriza o Brasil como “terra de Santa Cruz”, enfatizou inicialmente os profundos laços históricos, destacando o esforço dos antepassados em transformar o Brasil em uma nação forte e influente: "Foram grandes e perseverantes o esforço e contribuição de nossos antepassados para fazerem do Brasil o portentoso país que hoje é" (JORNAL DO BRASIL, 25/04/1972, p. 24). Essa afirmação projeta uma imagem de colaboração mútua, na qual o sucesso do Brasil é também um êxito histórico compartilhado com Portugal. Ressalta-se, assim, uma identidade construída pela

noção de legado histórico comum, reforçada pelos valores de cooperação e continuidade cultural.

Outro ponto relevante do discurso de Deus Thomaz é a maneira como descreve o processo da independência brasileira como uma separação pacífica e evolutiva, sem "convulsões sangrentas", o que, segundo ele, constitui uma "glória para os dois países irmãos e uma lição para o mundo". Esse sentimento, segundo o presidente português, estaria enraizado "num passado comum, numa língua comum e numa concepção cristã e profundamente humana de vida". Tal construção discursiva é deliberadamente orientada para a afirmação de uma "comunidade espiritual", na qual os elementos culturais e religiosos formam uma identidade transcendente às diferenças políticas e geográficas. (JORNAL DO BRASIL, 25/04/1972, p. 24)

É, na verdade, uma glória para os dois países irmãos e uma lição para o mundo que a separação política de ambos se tenha processado por uma forma pacífica e evolutiva e sem aquelas convulsões sangrentas que geralmente acompanham tais separações. E é acima de tudo também um justo título de orgulho para brasileiros e portugueses que, apesar da separação política, os dois povos tenham continuado a sentir, no mais íntimo de suas almas, um vivo sentimento de irmandade, alicerçado num passado comum, numa língua comum e numa concepção cristã e profundamente humana de vida, também comum.

Esta narrativa constrói um excepcionalismo luso-brasileiro que contrasta deliberadamente com os processos de descolonização violentos então em curso na África. A idealização da independência brasileira como processo "evolutivo" serve para justificar o modelo português de "evolução gradual" que o regime salazarista defendia para suas colônias africanas. Ao apresentar o Brasil como exemplo bem-sucedido desta abordagem, o discurso busca legitimidade para políticas coloniais contemporâneas. Esta construção narrativa omite as tensões, conflitos e violências que de fato acompanharam o processo de independência brasileiro, incluindo as lutas pela consolidação territorial e os conflitos sociais internos. A retórica do excepcionalismo também funciona como mecanismo de distinção civilizacional. Ao enfatizar que "apesar da separação política, os dois povos tenham continuado a sentir, no mais íntimo de suas almas, um vivo sentimento de irmandade, alicerçado num passado comum, numa língua comum e numa concepção cristã e profundamente humana de vida", Thomaz constrói

uma identidade luso-brasileira baseada em supostos valores superiores de humanismo cristão e civilização

Em consonância com essa perspectiva, Deus Thomaz destaca a importância geopolítica das duas nações: "Brasil e Portugal, de ambos os lados do Atlântico, com seus vastos territórios, constituem dois pilares de uma comunidade de nações irmãs cuja projeção no mundo é cada vez mais forte e visível". A metáfora dos "pilares" é particularmente significativa por sugerir tanto estabilidade quanto funcionalidade estrutural. O discurso evoca, ainda, o dever coletivo de manter viva essa comunidade espiritual e cultural, invocando as obras clássicas de Camões, "nos seus e nossos imortais Lusíadas", como elemento simbólico que reforça o elo cultural entre as duas nações.

Por sua vez, o presidente brasileiro Emílio Médici reforçou a dimensão espiritual e psicológica dessa comunidade luso-brasileira. Segundo Médici, "portugueses e brasileiros temos sempre respondido a essas injunções sem esquecer jamais a vocação para manter íntegra a unidade espiritual de nossos povos". Tal declaração ressalta o caráter intencional e ativo na manutenção dessa identidade compartilhada, destacando uma responsabilidade histórica comum frente aos desafios contemporâneos. Ao afirmar que "a unidade efetiva e psicológica, que está nas raízes da comunidade luso-brasileira, impõe a sua lei", Médici evidencia a força inevitável dessa identidade construída, sugerindo que ela não é apenas desejável, mas necessária diante das rápidas transformações sociais. Finalmente, Médici projeta para o futuro a necessidade imperativa de união frente às demandas contemporâneas, afirmando que "cumpre a Brasil e Portugal que se mantenham unidos, a fim de responderem eficazmente ao fascinante desafio de nosso tempo". Nesse ponto, fica claro que a identidade construída transcende o simples apelo emocional, adquirindo um propósito político e estratégico.

Ambos os discursos mobilizam intensamente a dimensão espiritual como fundamento da relação bilateral. O presidente brasileiro Médici enfatiza: "Ao longo da História, portugueses e brasileiros, temos sempre respondido a essas injunções sem esquecer jamais a vocação para manter íntegra a unidade espiritual de nossos povos". Esta formulação apresenta a manutenção da unidade espiritual como uma "vocação" histórica, sugerindo um destino compartilhado que transcende as contingências políticas. A insistência na dimensão espiritual serve múltiplas funções retóricas. Primeiro, ela oferece uma base aparentemente apolítica para a cooperação bilateral, apresentando-a como resultado de afinidades culturais profundas em vez de cálculos estratégicos. Em segundo lugar, ela permite que ambos os regimes reivindiquem legitimidade através da associação com valores tradicionais e transcendentais. Terceiro, ela fornece um vocabulário que pode absorver e neutralizar críticas políticas, transformando questões de poder

em questões de identidade cultural.

A análise dos discursos presidenciais revela um conjunto sofisticado de estratégias retóricas destinadas a naturalizar e legitimar o projeto de cooperação luso-brasileira. Estas estratégias operam através de múltiplos registros - histórico, cultural, espiritual e geopolítico - para construir uma narrativa de inevitabilidade e necessidade da aliança bilateral. A omissão de tensões da história colonial, a idealização da independência brasileira, e a instrumentalização de elementos culturais demonstram como o discurso político pode remodelar a memória histórica para servir propósitos contemporâneos. A insistência na dimensão espiritual e cultural serve para despolitizar arranjos essencialmente políticos, apresentando-os como manifestações de afinidades naturais

Em síntese, os discursos dos presidentes Américo Deus Thomaz e Emílio Garrastazu Médici, proferidos na celebração do Convênio de Igualdade em 1972, não são meramente expressões diplomáticas circunstanciais, mas compõem uma elaborada estratégia discursiva que visa reforçar e legitimar uma identidade cultural e espiritual entre Brasil e Portugal. Através do recurso à história comum, à língua e aos valores religiosos, ambos os líderes moldam uma narrativa de irmandade que busca fundamentar politicamente a cooperação estratégica, sustentando uma comunidade imaginada cujo propósito ultrapassa as fronteiras geográficas e temporais.

Assim, a promulgação, em 1972, da Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses marcou um ponto alto nas relações diplomáticas entre os dois países durante os regimes autoritários de Emílio Garrastazu Médici e Américo Thomaz. Embora formalmente fundada em princípios de amizade e fraternidade histórica, a convenção representou também uma sofisticada operação simbólica que perpetua a concepção da Independência do Brasil enquanto um processo pacífico e cooperativo — o “desquite amigável” formulado por Oliveira Lima.

Nesse contexto, foi instituída no Brasil pelo Decreto nº 70.391, de 12 de abril de 1972, a Convenção estabeleceu um estatuto de equiparação de direitos civis e políticos para brasileiros em Portugal e portugueses no Brasil. Seu artigo 1º garante a ambos “igualdade de direitos e deveres com os respectivos nacionais”, sem perda de nacionalidade. Com base nesse acordo, os cidadãos poderiam usufruir de direitos políticos, civis, penais e administrativos, desde que solicitassem formalmente o reconhecimento e residissem permanentemente no país anfitrião. Há, contudo, ressalvas claras: a exclusão de direitos reservados a nacionais originários, a não submissão ao serviço militar e a limitação de proteção diplomática em caso de ausência do território de residência. Além disso, as duas nações comprometeram-se a manter consultas

periódicas para interpretar e revisar a convenção conforme necessário.

Essa convenção insere-se no contexto de reaproximação política e cultural luso-brasileira promovida pelas ditaduras militares. Ao lado da transladação dos restos mortais de D. Pedro I para o Brasil, ela simbolizava uma reconciliação definitiva entre metrópole e ex-colônia, reposicionando a narrativa da Independência brasileira como separação negociada e fraterna — distante dos conflitos armados e das tensões diplomáticas que, de fato, marcaram o processo. O artifício jurídico-diplomático da igualdade de direitos contribuía, assim, para apagar da memória pública os traços coloniais e violentos da ruptura de 1822, substituindo-os por um imaginário de continuidade histórica e de unidade de destino entre os povos lusófonos. Mais do que um simples tratado bilateral, a convenção operava como dispositivo de legitimação ideológica. Para Portugal, engajado na defesa de seu projeto ultramarino em África, o estatuto de igualdade com o Brasil era um trunfo propagandístico: demonstrava que a colonização portuguesa poderia resultar em fraternidade e cooperação, não em ruptura e conflito — como pretendiam os movimentos de libertação africanos. Já para o Brasil, o acordo fornecia suporte simbólico ao regime militar, reforçando a ideia de um país multirracial, cordial e civilizado, fiel ao mito da democracia racial, como defendido pela lusotropicalidade freyriana instrumentalizada na década de 1970.

Em síntese, a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres de 1972 exemplifica como relações internacionais podem ser empregadas para moldar a memória histórica e servir a projetos políticos autoritários. Ao retratar a separação entre Brasil e Portugal como um “divórcio consensual”, o tratado apagava os conflitos da colonização e da independência, ressignificando-os como pilares de uma comunidade fraterna que, ao menos no discurso, superava as marcas do passado.

Figura 20 - Tela de abertura do documentário "Portugal, Jardim da Europa"



Fonte: Acervo histórico do Arquivo Nacional. Fundo Cesar Nunes. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=d2x1ctxvito>

De forma semelhante, o pequeno documentário *Portugal, Jardim da Europa* (1972), produzido por Cesar Nunes, contribui para análise ao acentuar diversos elementos para simbolizar a relação amistosa e histórica entre Brasil e Portugal. Com isso o filme evidencia, por meio de elementos simbólicos e cotidianos, a persistência e valorização dos laços históricos e culturais entre Brasil e Portugal. Ao destacar a Avenida do Brasil em Lisboa, a presença de símbolos nacionais brasileiros, a doação de animais ao zoológico da capital portuguesa e a circulação de turistas brasileiros, o vídeo constrói uma narrativa de proximidade e respeito mútuo. Esses exemplos demonstram como, mesmo em produções de caráter turístico, a relação luso-brasileira é celebrada e reafirmada, funcionando como instrumento de diplomacia cultural e reforçando a imagem de uma amizade duradoura entre as duas nações.

Figura 21 - Os presidentes Médici e Américo Thomaz se despedem durante evento



Fonte: Agência Nacional, 25/04/1972. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/restos-de-pedro-chegam-ao-brasil-21229285>

7.3 Traslado dos restos mortais de Dom Pedro I

O processo de negociação e posterior traslado dos restos mortais de D. Pedro I do Brasil para o território nacional em 1972 representa um episódio singular das relações diplomáticas luso-brasileiras. Este evento, inserido no contexto das comemorações do Sesquicentenário da Independência, revela as complexidades e contradições inerentes às relações bilaterais entre duas nações que compartilhavam vínculos históricos profundos, mas que enfrentavam divergências crescentes em suas orientações políticas e estratégicas internacionais.

Figura 22 - À frente, os presidentes de Portugal, Américo Thomaz, e do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, na cerimônia no Aterro do Flamengo.



Fonte: Eurico Dantas, Agência O globo, 25/04/1972. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/restos-de-pedro-chegam-ao-brasil-21229285>

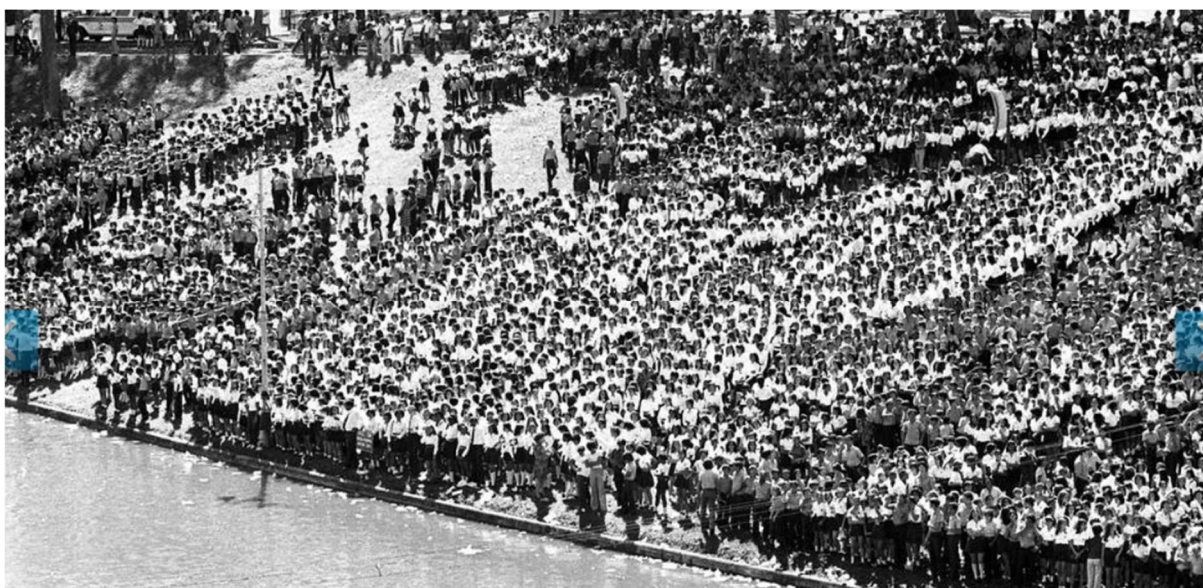
Desde o início do século XX, o Brasil manifestava interesse em repatriar os despojos de D. Pedro I. Iniciativas nesse sentido foram frustradas ao longo dos anos, seja pela morte inesperada de D. Carlos em 1908, seja pela falta de consenso político em momentos como o centenário da Independência, em 1922. A retomada da proposta na década de 1970 ocorre em um cenário geopolítico específico: Portugal, pressionado pelo movimento anticolonial africano,

buscava sustentar a ideia de uma Comunidade Luso-Brasileira; o Brasil, por sua vez, encontrava no culto ao “Defensor Perpétuo” uma oportunidade de reforçar a narrativa ufanista do regime militar, em pleno auge do projeto de “ordem e progresso”. Neste contexto, a diplomacia funcionava como instrumento fundamental para a resolução pacífica de controvérsias e o fortalecimento de alianças estratégicas. (OLIVEIRA, 2022)

A viabilização da transladação foi precedida por intensas tratativas diplomáticas, conduzidas sob o comando do presidente Emílio Garrastazu Médici e de seu chanceler Mário Gibson Barbosa. O pedido formal ao governo português incluiu não apenas a cessão dos restos mortais do imperador, mas também o convite para que o presidente Américo Thomaz acompanhasse pessoalmente o cortejo ao Brasil. A resposta, veiculada em rede nacional pelas autoridades lusas, reafirmava o caráter simbólico da ação como gesto de sacrifício em prol da amizade entre as duas nações. O coração do monarca, contudo, permaneceu em solo português, na cidade do Porto, em sinal de partilha histórica e de fidelidade às origens do rei D. Pedro IV. A escolha do transporte marítimo a bordo do navio “Funchal”, escoltado por embarcações militares portuguesas e brasileiras, remete deliberadamente à epopeia das grandes navegações. A travessia atlântica, pontuada por solenidades navais e homenagens mútuas, reforçou a metáfora do retorno triunfal do herói às origens do império que fundou. No Brasil, o desembarque dos restos mortais foi meticulosamente inserido no calendário do sesquicentenário da Independência, sendo aclamado como ápice das comemorações. Em meio ao cerimonial, projetava-se uma imagem de unidade e continuidade histórica entre colônia e metrópole, agora transformadas em “nações irmãs”. A instrumentalização de conceitos como “democracia racial” e “lusotropicalismo”, desenvolvidos pelo já citado Gilberto Freyre, permeou todo o processo negocial e as subsequentes celebrações. Estas construções teóricas foram mobilizadas para criar uma narrativa de continuidade histórica e fraternidade entre as “duas pátrias lusíadas”, servindo tanto para mascarar tensões internas quanto para justificar a aproximação entre os dois regimes autoritários. O discurso da “comunidade lusíada” funcionou como elemento retórico fundamental para legitimar o acordo perante as respectivas opiniões públicas. (OLIVEIRA, 2022)

Figura 23 - Multidão acompanha a chegada dos restos mortais de D. Pedro I à Quinta da Boa

Vista



Fonte: Luiz Pinto, Agência O Globo, 25/04/1972. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/restos-de-pedro-chegam-ao-brasil-21229285>

O traslado propriamente dito, realizado em abril de 1972, foi cercado de grande aparato simbólico e midiático, com participação direta dos chefes de Estado de ambos os países. A cobertura jornalística extensiva, tanto no Brasil quanto em Portugal, evidenciou a importância política atribuída ao evento pelos dois governos. Jornais como o *Diário de Lisboa*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* dedicaram amplo espaço ao acontecimento, enfatizando o caráter histórico e a dimensão fraternal do gesto português. O episódio reforçou o discurso oficial que proclamava uma profunda harmonia nas relações bilaterais, destacando o consenso existente nas ações diplomáticas empreendidas pelas duas nações (*DIÁRIO DE LISBOA*, nº 17.708, 1972, p. 1).

Nesse contexto, tornou-se recorrente a retórica que sublinhava a perenidade dos vínculos culturais e históricos entre portugueses e brasileiros, frequentemente descritos como inseparáveis (*DIÁRIO DE LISBOA*, nº 17.715, 1972, p. 11). Tal visão foi particularmente enfatizada pelo discurso emblemático do então primeiro-ministro português, Marcelo Caetano, transmitido pela RTP (Rádio e Televisão de Portugal) no dia 10 de abril de 1972, ocasião em que o navio “Funchal” partia para o Brasil. Em sua alocução intitulada “Portugal revê-se no Brasil”, Caetano buscou explicitar ao povo português o significado profundo do evento, considerado como ponto culminante das celebrações do sesquicentenário. Além disso, o primeiro-ministro se dirigiu especificamente àqueles que questionavam a lógica portuguesa em comemorar com tamanha ênfase a independência brasileira, argumentando que tal atitude não

representava contradição com as políticas contemporâneas adotadas por Portugal, mas sim uma manifestação coerente do reconhecimento mútuo e da valorização histórica compartilhada pelas duas nações (DIÁRIO DE LISBOA, nº 17.709, 1972, p. 2).

A transferência dos restos mortais de D. Pedro I transcendeu o mero ato simbólico de homenagem ao proclamador da Independência brasileira. Tratou-se de uma operação diplomática milimetricamente articulada, com significativas implicações políticas e propagandísticas. Ao mesmo tempo em que celebrava o passado comum das duas nações lusófonas, a transladação serviu como instrumento estratégico para legitimar os regimes autoritários então vigentes em ambos os países. O evento, cuidadosamente coreografado, resgatava o legado imperial como meio de reaproximação política entre Brasil e Portugal e como alicerce para um discurso de unidade luso-brasileira.

Essa narrativa de fraternidade, porém, não era neutra. Sob o véu da diplomacia cultural, consolidava-se uma aliança entre dois regimes autoritários que se reconheciam mutuamente em seus projetos políticos e ideológicos. A comunhão simbólica forjada pelo culto a D. Pedro I servia para mascarar as tensões internas e externas enfrentadas por ambos os governos. Para Portugal, a celebração da Independência brasileira era uma oportunidade de reinterpretar sua própria política colonial, buscando associar o processo emancipatório do Brasil ao modelo de “autonomização gradual” previsto pela Constituição de 1971 para os territórios africanos. Para tanto, o então primeiro-ministro Marcelo Caetano recorreu a conceitos como o “lusotropicalismo” de Gilberto Freyre, exaltando uma suposta vocação pacífica, cristã e harmoniosa da colonização portuguesa — tese instrumentalizada para justificar a permanência lusitana em África sob o argumento da fraternidade racial e cultural.

Em sua fala, Caetano reforçou a visão de que, no contexto da independência brasileira, não houve conflitos raciais significativos, ressaltando um suposto ambiente de harmonia e fraternidade étnica decorrente da colonização portuguesa. Segundo ele, o processo de emancipação política brasileiro teria transcorrido sem o levantamento de questões raciais, permitindo que o país se desenvolvesse em um cenário marcado pela convivência pacífica e integração racial. Essa abordagem buscava evocar uma imagem da colonização portuguesa caracterizada pela benevolência e ausência de racismo, reiterando atributos já descritos por Gilberto Freyre, que apontava os portugueses como colonizadores especialmente cordiais e cristãos em suas relações com outros povos (FREYRE, 1940, p. 42). Assim, Caetano alinhava-se diretamente à narrativa freyriana, que enaltece o caráter híbrido e harmônico da formação social brasileira, considerada exemplar nas relações raciais comparadas às demais sociedades americanas (FREYRE, 2004, p. 160). Falas como o “dia em que se comemora mais um

aniversário do achamento das formosas Terras de Santa Cruz por Pedro Álvares Cabral” e que também havia sido instituído como o “dia da nossa Comunidade” foram permearam a tônica da visão dos estadistas portugueses. (DIÁRIO DE LISBOA, nº 17.720, 1972, p. 1)

No Brasil, por sua vez, a presença dos despojos imperiais forneceu ao regime militar a oportunidade de apropriar-se da imagem do monarca como símbolo de coragem, unidade nacional e soberania — atributos que Médici buscava projetar sobre sua própria liderança. O episódio foi intensamente divulgado pelos meios de comunicação e revestido de um discurso épico, em que o retorno de D. Pedro era apresentado como um acontecimento de dimensão histórica e emocional inigualável. A encenação, carregada de simbolismo cívico, foi meticulosamente orquestrada para reforçar a legitimidade do regime e sedimentar uma identidade nacional assentada em mitos de fundação, lealdade e patriotismo.

Para o presidente Médici, o traslado dos restos mortais de D. Pedro I representou não apenas um ato simbólico, mas sobretudo uma afirmação da continuidade dos vínculos culturais e afetivos entre Brasil e Portugal. Em seu discurso publicado pelo jornal O Globo em abril de 1972, Médici destacou o gesto português como “fraterno, raro e generoso”, ressaltando que tal ato reafirmava as conexões permanentes e inquebráveis em termos raciais, culturais e espirituais entre os dois povos. Essa perspectiva foi amplamente ecoada na imprensa portuguesa, que descreveu o evento como um encontro histórico profundamente significativo para a Comunidade Luso-Brasileira (DIÁRIO DE LISBOA, nº 17.716, 1972, p. 9)

A análise dos discursos proferidos pelos presidentes Médici e Américo Thomaz – e publicados na edição número 109 de 1972 do Jornal do Brasil, por ocasião do aceite do traslado dos despojos mortais de Dom Pedro I – permite identificar claramente uma sofisticada operação político-simbólica. Ao afirmar que a comemoração conjunta simboliza uma “profunda amizade que é a base do nosso permanente entendimento e as relações especiais que vinculam nossos dois países”, Médici aciona explicitamente uma narrativa harmonizadora, que neutraliza conflitos históricos para legitimar a ditadura militar brasileira como herdeira natural da fundação da nação. Esse processo evidencia precisamente o conceito kantorowicziano de “corpo político” do soberano, que transcende sua materialidade física para corporificar uma entidade institucional permanente. O presidente brasileiro expressa:

“Só temos, os dois povos, motivos de orgulho por um acontecimento que, ao separar em dois grandes braços a comunidade lusiada, manteve íntegras a consciência da igualdade espiritual, a língua e as tradições dos antepassados comuns.”

(Jornal do Brasil, 1971, p. 3)

Tal discurso busca enfatizar uma continuidade simbólica de legitimidade histórica e nacional, ignorando fraturas políticas ou disputas coloniais. Em resposta, o presidente português Américo Thomaz reforça essa ideia ao declarar com "júbilo" que Portugal se une às comemorações brasileiras, destacando a permanência de uma "grande identidade secular de ideias e de propósitos, inabalável alicerce do permanente entendimento". Contudo, em um ato de significação ainda mais profunda, Thomaz explicita o aspecto simbólico da corporeidade imperial ao comentar sobre o traslado dos restos mortais de D. Pedro I ao Brasil:

"O Panteão de São Vicente ficará incompleto e empobrecido com a saída do corpo de um dos mais catedráticos monarcas da dinastia de Bragança e que tão decisiva influência exercera nos destinos do nosso país. Mas em compensação a comunidade luso-brasileira enriquece-se e fortalece-se, com tão grande sacrifício nosso."

(Jornal do Brasil, 1971, p. 3)

Aqui, a teoria dos dois corpos de Kantorowicz (1998) revela-se particularmente útil. A resistência em entregar o coração de D. Pedro—que permanecerá no Porto—expressa explicitamente a distinção entre "corpo natural" e "corpo político". Thomaz afirma que "não podemos, porém, entregar ao Brasil o coração de seu primeiro Imperador, porque deste legou-o ele à cidade do Pôrto onde é guardado como preciosa relíquia". Essa declaração ilustra claramente a dualidade da representação do corpo régio: enquanto o corpo material é entregue como relíquia à nova nação, o coração, centro simbólico de lealdade afetiva e histórica, permanece no local originário, mantendo viva a conexão simbólica entre passado e presente. Esse gesto se articula profundamente com as categorias analíticas de Chartier (1991), especialmente em relação à "materialidade controlada" das representações e à "leitura dirigida" dos eventos históricos. O traslado dos restos mortais de D. Pedro foi uma operação cuidadosamente orquestrada para criar uma narrativa naturalizada de unidade e continuidade política, onde o corpo imperial é exibido publicamente como prova tangível da legitimidade histórica da ditadura militar brasileira. Nesse sentido, o corpo de D. Pedro, depositado no Monumento do Ipiranga, representa exatamente aquilo que Kantorowicz (1998) identificou como a transformação da temporalidade histórica em temporalidade política. O cadáver imperial não é simplesmente matéria histórica; é reanimado ritualisticamente no presente, mobilizado para legitimar politicamente um regime autoritário. Como argumenta Chartier (1991), essa operação não é neutra; ela implica uma domesticação consciente da memória

histórica, onde conflitos e contradições são apagados em prol de uma interpretação dominante e legitimadora.

Assim, os discursos dos presidentes Médiçi e Thomaz são manifestações concretas dessa operação teológico-política. Ao mobilizar simbolicamente o corpo de D. Pedro, os líderes não apenas celebraram a memória histórica, mas realizaram uma reconfiguração ritualística da legitimidade política, inscrevendo-se a si próprios como guardiões de uma tradição imperial perpetuada simbolicamente pelo cadáver régio. Nesse movimento, passado e presente fundem-se, instaurando uma nova realidade política autoritária, legitimada pela encenação pública da continuidade simbólica e institucional. Ambos os discursos demonstram o uso político e diplomático dos símbolos históricos para construir uma narrativa de identidade comum entre Brasil e Portugal, instrumentalizando a história e a figura de D. Pedro I/IV para fortalecer relações políticas e legitimar internamente os regimes autoritários de ambos os países.

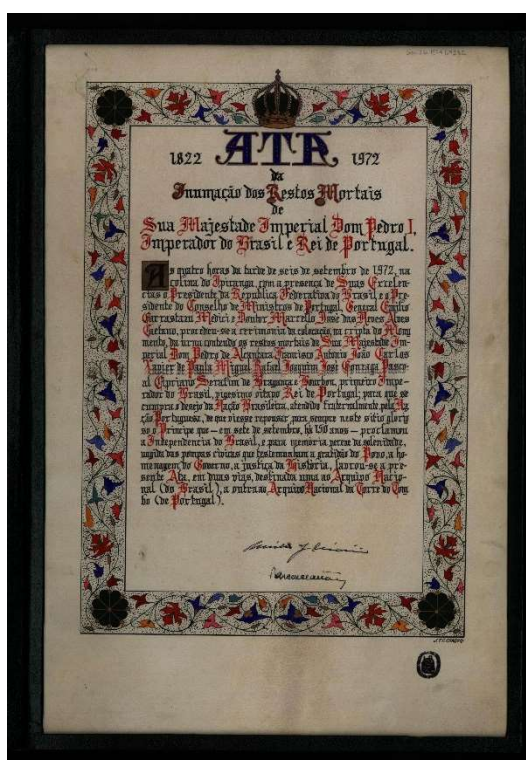
Essa abordagem conciliatória também encontrou expressão na reflexão crítica oferecida por Aires de Montalbo (1972), publicada na Revista do Instituto do Ceará. Segundo o autor, a chegada dos restos mortais de D. Pedro I demandou uma reconsideração profunda da imagem tradicional do imperador, que, apesar da sua importância histórica, havia sido envolta em interpretações imprecisas desde a educação básica. Para Montalbo (1972), o sesquicentenário representava uma oportunidade única de renovação simbólica e reconciliação histórica, na qual ambos os países deliberadamente deixaram de lado conflitos passados em prol de uma fraternidade renovada, baseada em laços raciais e culturais comuns. O autor destacava que essa nova interpretação permitiria que brasileiros e portugueses celebrassem juntos, de forma igualitária e harmoniosa, valorizando o Brasil como uma extensão do orgulho português nas Américas, revelado ao mundo já na era das grandes navegações:

“As festas do Sesquicentenário da Independência do Brasil, com a chegada dos restos mortais do grande Imperador, tomaram uma colaboração especial, não há dúvida. Para isso muita coisa foi tacitamente esquecida e perdoada de ambos os lados. Os tempos mudaram: hoje portugueses e brasileiros confraternizam, com direitos políticos iguais, irmãos que são da mesma raça. O Brasil, como se sabe, é o grande orgulho de Portugal nos trópicos, revelado por ele ao mundo, na Era de Quinhentos”

(MONTALBO, 1972, p. 163)

Finalmente, Montalbo (1972) acreditava que o saldo mais positivo das celebrações seria a superação das caricaturas históricas atribuídas à figura de D. Pedro I, permitindo que seu verdadeiro caráter heróico e lúcido fosse plenamente reconhecido pelos brasileiros, fortalecendo, assim, a identidade nacional através de uma memória depurada e mais autêntica.

Figura 24 - Auto da inumação dos restos mortais D. Pedro I imperador do Brasil e rei de Portugal



Fonte: Acervo online do portal Digitarq 2025 Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)

A escolha por uma estética medieval no documento oficial que registrou a inumação dos restos mortais de D. Pedro I em 1972 reforça o simbolismo político e a reativação intencional de uma temporalidade histórica específica, em conformidade com a teoria de Kantorowicz. A estética medieval, com sua caligrafia ornamentada, motivos heráldicos e formatos gráficos remissivos das cartas régias medievais, não apenas situa simbolicamente o imperador numa continuidade histórica que ultrapassa a linearidade cronológica moderna, como também destaca o corpo político como um símbolo de perpetuidade institucional, transcendente à morte física do monarca. Tal escolha semiótica visa evocar uma narrativa de legitimidade política e institucional ao conectar o regime militar brasileiro com a tradição monárquica e imperial, reatualizando simbolicamente a figura do imperador como um elo contínuo entre passado e

presente. Desta forma, ao selecionar cuidadosamente elementos iconográficos associados à autoridade medieval, o documento reforça a sacralidade e a intemporalidade do poder, transformando o corpo de D. Pedro I em um símbolo vivo e atual de unidade nacional e autoridade histórica legitimadora.

Assim, de maneira recorrente, D. Pedro I foi transformado simbolicamente em fundador da nacionalidade brasileira, legitimando o culto cívico prestado pela sociedade e pelas instituições do país. Nesse sentido, merece destaque especial o discurso proferido por Pedro Calmon em que enfatiza de maneira expressiva a questão da liberdade ao proferir que “irá enriquecer o monumento do Ipiranga, em cuja base a cripta de d. Pedro I equivale ao alicerce granítico da Independência brasileira” (RIHGB, abr./jun., 1972: 250-251). Essa construção identitária foi ainda mais explicitamente reforçada pelo discurso do almirante Américo Deus Thomaz ao assumir a presidência de honra do IHGB. Em suas palavras, o traslado dos restos mortais do Imperador para o Monumento do Ipiranga representou um gesto profundamente simbólico:

"Quando respondeu, e correspondeu, ao apelo do presidente Emílio Garrastazu Médici – presidente de honra deste Instituto, confiando à guarda da nação brasileira os despojos mortais do fundador do Império, com o complemento cativante de vir trazê-los; para que conheçamos na sua extensão e no seu significado a importância e a beleza da oblata, senão a profundidade e o sentido do sacrifício (...) Se desfalcava o panteão de São Vicente, povoado de tantas memórias vinculadas à civilização lusíada, permitiu conduzir ao Monumento do Ipiranga o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira. Lá era uma; ali será único, e insubstituível." (RIHGB, abr./jun., 1972: 250-251).

Nesse contexto, o ato de traslado tornou-se mais do que um simples gesto diplomático, transformando-se em uma poderosa representação do vínculo cultural e histórico entre Brasil e Portugal, consolidando D. Pedro I como um símbolo singular e insubstituível na construção da identidade nacional brasileira.

Nesse sentido, a transladação dos restos mortais de D. Pedro I tornou-se, portanto, expressão de um pacto político entre dois Estados autoritários que, sob o pretexto da celebração histórica, buscaram consolidar alianças estratégicas e reforçar suas respectivas legitimações ideológicas. O gesto de Portugal não apenas agradava aos interesses simbólicos do Brasil, mas também operava como moeda diplomática em um contexto internacional cada vez mais adverso

à manutenção das colônias africanas. A epopeia do “retorno do imortal”, como foi denominada por Ferreira e Silva (2014), revelou-se um engenhoso exercício de propaganda política transatlântica, capaz de articular a exaltação do passado imperial com os projetos autoritários do presente. Ao final, os despojos do imperador repousaram em solo brasileiro como relíquia histórica, mas também como prova de uma operação político-diplomática que, sob o disfarce da reverência histórica, pretendia validar os fundamentos de duas ditaduras em nome de uma suposta fraternidade de povos.

7.4 O “corpo no Brasil” e o “coração no Porto”:

Tendo em vista o exposto, a já citada carta póstuma de Dom Pedro I, redigida pouco antes de sua morte em 1834, constitui um artefato político e simbólico de grande densidade histórica, cujas implicações ultrapassam o campo da afetividade pessoal e alcançam os domínios da representação do poder, da construção da memória nacional e da manipulação institucionalizada da história. Ao declarar que deixava seu coração no Porto, seu corpo em Lisboa e seu filho ao Brasil, Pedro I ativava, mesmo em sua despedida, um dispositivo retórico e simbólico de tripla inscrição espacial e temporal de sua figura imperial, operando com aquilo que Kantorowicz (1998) chamou de distinção entre o corpo natural e o corpo político. Segundo o autor, o corpo do soberano se bifurca em uma dimensão carnal, sujeita à decomposição e à morte (corpo natural), e uma dimensão simbólica, dotada de perpetuidade e transcendência (corpo político), que encarna a dignidade e a continuidade institucional do poder. Pedro I, ao dividir seu “despojo mortal”, reafirma essa distinção. O coração, centro simbólico das emoções e lealdades afetivas, permanece em Portugal, especificamente na cidade do Porto — evocando o vínculo pessoal e cultural com seu país, em especial com a cidade do Porto, bastião liberal na guerra civil portuguesa. Já o corpo, fragmentado e depositado em Lisboa, inscreve-se como relíquia régia no espaço do império que o viu nascer. O corpo político, por sua vez, é projetado simbolicamente ao Brasil por meio da entrega do filho — futuro imperador.

O traslado de 1972 deve ser compreendido, à luz da teoria kantorowicziana, como um exemplo paradigmático de reatualização do corpo político de Dom Pedro I, agora mobilizado como símbolo legitimador do projeto autoritário dos militares. Como nos rituais medievais de sucessão ou de reafirmação do poder régio, a cerimônia de inumação no Monumento do Ipiranga, com seu aparato litúrgico e midiático, reinveste o cadáver imperial com significação política contemporânea, reconectando o momento fundador da independência à narrativa de continuidade institucional e de ordem cultivada pela ditadura. Nesse processo, o conceito de

"temporalidade política" de Kantorowicz se revela central: o corpo político do imperador opera em uma temporalidade distinta da cronologia histórica linear. Ele não pertence ao passado encerrado, mas pode ser convocado e reanimado no presente, sempre que a legitimidade política exigir um elo simbólico com a origem nacional. Ao reapresentar Dom Pedro I como "pai da pátria" em plena década de 1970, o regime militar não apenas apagava os conflitos e ambiguidades de sua figura histórica, como também se inscrevia a si próprio como herdeiro legítimo da fundação do Brasil independente.

Nesse quadro, a decisão dos militares em promover o traslado do corpo de Dom Pedro I ao Brasil aparece como uma operação teológico-política de reposicionamento simbólico do país em relação à sua própria história. Ao trazer ao solo brasileiro os despojos mortais — portanto, a materialidade — do primeiro imperador, o regime militar não apenas reivindicava para si a autoridade sobre a narrativa fundacional da nação, mas atualizava ritualisticamente a presença do passado como ferramenta de legitimação do presente. Nesse gesto, os generais da ditadura não se contentaram em ser herdeiros do futuro prometido — representado, simbolicamente, pela decisão em deixar Pedro II ao Brasil — mas se apresentaram como guardiões do presente, capazes de corporificar a história em suas formas mais concretas. O corpo de Dom Pedro, depositado no monumento do Ipiranga em cerimônia apoteótica, serviu como confirmação material da promessa realizada, encerrando simbolicamente o ciclo da espera: o Brasil, que fora por tanto tempo "o país do futuro", tornava-se finalmente um país do presente — moderno, autônomo, e, sobretudo, governado por aqueles que sabiam cultivar a sua origem. Trata-se, aqui, de uma lógica profundamente ligada à sacralidade do poder, na qual o cadáver do soberano não é mera matéria inerte, mas sim um suporte simbólico da autoridade transgeracional do Estado. Como bem aponta Kantorowicz (1998), a encenação da morte e o culto ao corpo político dos reis são estratégias para transformar o tempo linear em tempo político, onde passado e presente se articulam em uma unidade legitimadora. Ao se apropriar dessa lógica, o regime militar inscreveu-se como continuador legítimo da linhagem simbólica do Estado imperial, agora traduzida em linguagem cívico-militar e autoritária, mas ainda sustentada por rituais de permanência e sacralidade pública. A cerimônia não celebrava apenas uma memória: ela instaurava uma nova realidade política.

Essa operação de reencantamento do passado, contudo, não se dá de maneira neutra ou espontânea. Como destaca Chartier (1991), toda representação implica uma mediação, uma seleção e uma domesticação do sentido. Com isso, o que se constrói na esfera pública não é o passado em si, mas um arranjo representacional que, por meio de mecanismos como a "leitura dirigida" e a "representação naturalizante", busca instaurar uma interpretação dominante. No

caso da comemoração do sesquicentenário, a difusão massiva da imagem de Pedro I como herói fundador, desprovido de contradições ou vínculos coloniais incômodos, ilustra o processo de neutralização do conflito em favor de uma narrativa de unidade nacional e continuidade política. A "materialidade controlada" dessas celebrações — outra categoria-chave de Chartier — se manifesta na própria manipulação dos restos mortais imperiais. O corpo do imperador, transformado em objeto cerimonial e expositivo, percorre o território nacional como relíquia secular, apresentado ao povo como símbolo tangível da grandeza da nação. O coração, mantido em Portugal, opera como metonímia afetiva: está longe, mas próximo; estrangeiro, mas íntimo. Essa geografia afetiva e política da corporeidade imperial reforça a noção de um desquite amigável entre Brasil e Portugal, uma separação sem ruptura, uma independência sem trauma, que serve ao propósito do regime militar de evocar harmonia e ordem na fundação do Estado brasileiro.

A articulação entre o discurso do imperador, a teoria dos dois corpos e as categorias de Chartier permite compreender como os rituais cívicos do sesquicentenário foram, na verdade, dispositivos sofisticados de governamentalidade simbólica. O passado foi convocado não para ser lembrado em sua complexidade, mas para ser funcionalizado enquanto elemento de consenso. A transladação de Dom Pedro I, longe de ser mero ato de homenagem histórica, inscreve-se como operação de poder, onde o corpo político do imperador é reanimado, reterritorializado e reinscrito na memória coletiva como pilar da legitimidade estatal.

Por fim, é possível afirmar que a carta póstuma de Dom Pedro I, lida à luz de Kantorowicz e Chartier, funciona como matriz simbólica para a apropriação moderna de sua figura. Ela antecipa os eixos de significação que seriam instrumentalizados em 1972: a continuidade dinástica e a noção de um futuro grandioso, a lealdade afetiva à pátria originária e a materialidade dinástica. A ditadura militar, ao trazer o corpo ao Brasil, selou essa tríade simbólica com um gesto performático de consagração do futuro através da recuperação mítica do passado. Como tal, a memória do imperador foi fixada não como objeto de reflexão crítica, mas como relíquia sacralizada, convocada para legitimar uma ordem política que, a despeito de seu autoritarismo, pretendia inscrever-se como herdeira direta da fundação nacional.

8 Considerações Finais: “Uma história da Independência”

Em suma, a análise buscou realizar uma aproximação dos diversos episódios ao corpo teórico previamente exposto, num esforço de compreender como as celebrações cívicas podem

ser instrumentalizadas em verdadeiros fatores de legitimidade e ocupação de espaços dentro do imaginário coletivo. Com isso, a consideração de um discurso político proeminente e sua análise através da reunião de diferentes produções e iniciativas apareceu como ponto relevante ao considerar a complexa dinâmica social em que se inseriu. Apesar do estudo de caso específico do sesquicentenário da independência do Brasil, o estudo buscou se direcionar para campos mais amplos e duradouros ao abordar as interações na memória coletiva e na dinâmica de inserção e construção da identidade nacional, isto é, na formação de um corpo de elementos que constituem o povo brasileiro a partir da interpretação – ou, talvez, re-interpretação – da história nacional no conjunto de episódios que justamente marcaram a formação da nacionalidade brasileira.

Por fim, um último aspecto dialoga com a reinauguração, em 2022, do Museu Paulista na ocasião do Bicentenário da Independência. A coordenadora das exposições, Vânia Carneiro de Carvalho, liderou um novo esforço no sentido de aproximar o trabalho que envolve um Museu Universitário, expondo, através do acervo, o ofício da área e sua relevância. Como aparece na apresentação de uma coleção especial de livros dedicados ao “novo” Museu Paulista, texto assinado pela ex-diretora do Museu, Rosária Ono, o objetivo central está ligado à educação e ao caráter universitário da instituição e lança bases críticas de interpretação da efeméride, incluindo uma reflexão acerca do próprio museu. É nessa categoria que se encaixam cinco das onze exposições: “Para entender o Museu”, “Coletar: imagens e objetos”, “Catalogar: moedas e medalhas”, “Conservar: brinquedos” e, por fim, “Comunicar: louças”. Todas integram o eixo “Para entender o Museu”, que tem como objetivo introduzir os visitantes nas atividades que fazem parte do ciclo curatorial, bem como a história do edifício, num movimento de autorreflexão acerca do próprio acervo. Há escolhas e projetos que formam um discurso, seja pelo caráter do acervo, seja por sua disposição. As publicações “Para entender o Museu” e “Ciclo curatorial” são as duas obras da coleção que aprofundam as discussões abordadas nas cinco exposições e contém dois textos que dialogam com o amplo esforço pretendido nessa análise.

Nesse cenário, o primeiro texto, homônimo ao título do eixo expositivo, conta com uma articulação da história geral do Museu Paulista e suas aspirações ao longo das diferentes administrações. Solange Ferraz de Lima e Rodrigo Silva (2022) partem das origens dos museus modernos para explicar como diferentes diretores do Museu Paulista organizaram o acervo, formando um caminho rumo à especialização temática e à desagregação do amplo acervo para a composição de outras instituições. A reflexão tem suas bases a partir de uma análise do artigo

“Curadoria em museus de história”, publicado nos Anais do Museu Paulista em 2021, que demonstra como a abordagem expográfica, realizada pelo francês Alexandre Lenoir, no *Musée des Monuments Français*, ditou as características dos museus europeus. Alguns desses elementos norteadores oriundos dessa prática expográfica estiveram presentes nas primeiras exposições organizadas pelo já citado Affonso de Taunay, como: a ordenação cronológica e o uso de objetos, autênticos ou recriações, descontextualizados e considerados “representativos” de costumes geracionais. Dessa forma, essas instituições passaram por profundas transformações, deixando de ser apenas uma “coisa em si”, disposição de objetos, para um método ou abordagem de assuntos específicos, o que é nomeado “musealização” (Lima e Silva, 2022, pp. 27).

Outro eixo expositivo comporta as seis exposições “para entender a sociedade”. Entre exposições de longa e curta duração, todas formam um eixo principal e ocupam os diversos setores do Museu com a disposição do acervo e a impressão de narrativas acerca da história do Brasil. Com a reinauguração e todas as tendências já expostas, foram incluídas novas perspectivas críticas acerca das exposições, acentuando o caráter universitário na produção de novos conhecimentos. A primeira exposição a que se ocupará a análise foi nomeada “Uma história do Brasil” e ocupa o percurso principal do Museu: *hall*, escadarias e salão nobre. Conforme descrito por Paulo César Garcés Marins (2022), a caracterização do Museu Paulista enquanto museu histórico se deu no período em que Taunay compôs a direção da instituição, sobretudo, na liderança em meio as preparações e comemorações do Centenário da Independência do Brasil em 1922. O caráter das aquisições e o projeto encabeçado pelo engenheiro caracterizaram uma “teatralização da história”, isto é, uma composição de uma narrativa imbuída de uma interpretação específica da formação da nacionalidade brasileira (Marins, 2022b, p. 16). Dessa maneira, o projeto seguia os interesses paulistas e uma busca por “comandar simbolicamente o país” (Marins, 2022b, p. 15). É com esse mesmo acervo que, em 2022, surge a exposição “Uma história do Brasil”, em que, mesmo com a permanência da narrativa “bandeirante” na disposição dos materiais, há novas dimensões críticas ao encarar o teatro de Taunay como “uma” interpretação do fato, não única e acentuadamente contestada. Assim, a exposição serve também como “documento” e objeto de análise para mostrar a problemática das narrativas históricas acerca de episódios que ocupam lugar privilegiado no imaginário nacional.

Ambos os expostos indicam um traçado comum com a presente análise: a construção de **uma** história do Brasil – ou, também, especificamente da Independência. Apesar da visão

grandiosa e, como foi visto, apoteótica adotada pelos militares num esforço de também celebrar o próprio regime soar como puro discurso de legitimidade, qualquer outra disposição dos episódios para a celebração da efeméride também configuraria uma versão possível da Independência. O ponto da análise está em reunir os elementos dos possíveis discursos e situá-los em perspectiva de um quadro mais amplo, a fim de compreender suas implicações e, talvez, objetivos.

Ao refletir sobre a "teatralização da história" e a constituição do imaginário coletivo, percebe-se claramente a dinâmica entre as representações históricas e sua instrumentalização no campo político. As narrativas históricas não são simples registros neutros dos fatos passados, mas produtos cuidadosamente estruturados para moldar e legitimar identidades coletivas, sustentando projetos políticos específicos. As contribuições de Kantorowicz apontam essas diferentes dimensões e implicações de projetos ao adentrar num campo teórico que chama "teologia política", indicando como a tão explorada noção de *continuum* se dá mesmo em tempos modernos. Catroga, por outro lado, explora como a "política da memória" atua na produção constante de sentidos e na estabilização das narrativas nacionais. Memórias coletivas são, portanto, sempre objetos de disputas políticas, manipuladas e mobilizadas para atender às demandas contemporâneas de legitimação institucional. De maneira complementar, Chartier revela como as representações históricas são mediadas por dispositivos culturais específicos que condicionam sua recepção e interpretação social. A materialidade controlada dos eventos históricos e suas formas de teatralização, conforme o autor, desempenham papel decisivo na produção de significados coletivos. Ao destacar a importância dos aspectos materiais e simbólicos das representações, Chartier evidencia que esses dispositivos não apenas refletem a realidade, mas moldam ativamente o imaginário coletivo e as práticas sociais. O exemplo da reintegração simbólica do corpo político de Dom Pedro I no espaço nacional brasileiro não é um ato isolado, mas faz parte de um conjunto mais amplo de estratégias simbólicas que buscam fixar determinadas representações históricas, evocando sentimentos de unidade, continuidade e pertencimento. Esses ritos cívicos e comemorativos servem como mecanismos privilegiados para perpetuar determinadas interpretações da história, criando consensos superficiais e mascarando conflitos internos. A transladação ritualística do corpo de Dom Pedro I, portanto, pode ser compreendida como uma forma sofisticada de teatralização histórica que reforça a autoridade do Estado e consolida a percepção coletiva de uma identidade nacional contínua e harmoniosa.

Finalmente, essas abordagens teóricas articulam-se numa análise crítica do uso político da memória e das representações históricas. O discurso político, por meio da teatralização simbólica e da manipulação das memórias coletivas, constrói narrativas legitimadoras que se traduzem em práticas políticas concretas. A celebração do sesquicentenário da independência brasileira evidencia precisamente essa dinâmica: ao reposicionar a figura de Dom Pedro I no imaginário nacional, o regime militar criou uma continuidade artificial entre o momento fundador e o presente autoritário, consolidando-se como legítimo guardião de uma ordem histórica idealizada. Essa operação de reencantamento do passado revela como os rituais cívicos e as representações históricas são instrumentos poderosos para a legitimação política, reiterando a importância crítica da análise das narrativas históricas como construções discursivas intencionalmente estruturadas.

REFERÊNCIAS

Fontes visuais

Simbolo oficial do sesquicentenário / Comissão Executiva. Disponível no acervo da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Jornais e revistas

O Estado de S. Paulo, 1972, 2007.

O Globo, 1970, 1972, 1973.

Folha de S.Paulo, 1971, 1972.

Jornal do Brasil, 1958, 1970, 1971, 1972, 1973, 1977.

Manchete, 1972.

O Pasquim, 1972.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1970-1974.

Diário de Pernambuco, 1972.

Revista Ilustração Portuguesa, 1922.

Filmes e documentários

Os inconfidentes. Joaquim Pedro de Andrade, 1972.

Independência ou morte. Carlos Coimbra, 1972.

Brasil ano 150. Amaral Neto, 1972.

A terra de todos nós. Thomas Somlo, 1972.

Cinejornal Brasil Hoje. Agência Nacional, 1970, 1971, 1972.

Portugal, Jardim da Europa. Cesar Nunes, 1972.

Páginas de internet

Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República. Arquivo Nacional:
<www.an.arquivonacional.gov.br/crapp_site/crapp/download_presidente/29/FOTO%2006.3.JPG>.

<https://josesarney.org/a-conferencia-de-estocolmo/>

PIMENTA, J.; SLEMIAN, A.; ATTI, C.; AMORIM, G.; CARVALHO, A.; NEVES, M.; SILVA, J.; TELLES, D. *Índex bibliográfico - O Brasil da Independência*. Guarulhos/São Paulo: UNIFESP/USP, 2023 (on-line).

Outros

Ciclo da independência, 1808-1831; catálogo da exposição comemorativa do sesquicentenário da independência... / Câmara dos Deputados -- Brasília: Câmara dos Deputados, 1973.

Ciclo da Independência, 1808-1831; Catálogo da Exposição Comemorativa do Sesquicentenário da Independência

CORREIA, Antônio Jorge. *As comemorações do Sesquicentenário*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972. (Biblioteca do Sesquicentenário).

FREYRE, Gilberto. *Independência brasileira: um processo de criatividade sociocultural*.

Recife: Comissão das Comemorações do Sesquicentenário, 1972

Independência brasileira: um processo de criatividade sóciocultural / Gilberto Freyre -- Recife: Comissão das Comemorações do Sesquicentenário, 1972.

Independência do Brasil: sesquicentenário, 1822-1972 -- [Rio de Janeiro] : Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1972.

Presidência da República: sesquicentenário da Independência do Brasil: programa -- Brasília: Comissão Executiva Central das Comemorações do Sesquicentenário, 1972.

Varnhagen, Francisco Adolfo de. "História da independência do Brasil: até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data." (1917).

Taunay, Afonso d'E. *Viagens e Viajantes*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, vol. 146. p. 336 - 338. 1922.

Taunay, Afonso de E. "Grandes vultos da independencia brasileira, publicação commemorativa do Primeiro Centenario da Independencia Nacional." (1922).

MONTALBO, Aires de. Dom Pedro à luz do sesquicentenário. Revista do Instituto do Ceará. Recife: 1972. 161-164.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD/FUNAG). Relatório de gestão – exercício 1972. Rio de Janeiro: MRE/FUNAG, 2018. 45 p. Disponível em: http://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/.../relatorio_de_gestao_exercicio_2017.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD/FUNAG). Relatório de gestão – exercício 1971. Rio de Janeiro: MRE/FUNAG, 2018. 45 p. Disponível em: http://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/.../relatorio_de_gestao_exercicio_2017.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 166, de 14 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a estrutura da Agência Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-166-14-fevereiro-1967-375805-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 maio 2025.

Bibliografia

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. "O regime militar em festa: a comemoração do sesquicentenário da Independência brasileira (1972)." Doutorado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (2009).

ALONSO, Gustavo. "O Sesquicentenário e a música brasileira" in: Borrego, Maria Aparecida de Menezes. Marins, Paulo César Garcez. "Memórias da Independência". São Paulo, SP: Edusp: Museu Paulista da USP, 2023. p. 143-148.

ANDERSON, Benedict. Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism. Rev. ed. London: Verso, 2006.

Anhezini, Karina. "Taunay, Afonso d'Escragnolle." in Oliveira, Cecília Helena de Salles. Pimenta, João Paulo. "Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia". São Paulo, SP. Edusp: Publicações BBM, 2022. p. 942-945

ARAÚJO, Rodrigo Gomes Vieira de. Dormia a nossa pátria mãe tão distraída: comemorações ao sesquicentenário da independência do Brasil em Campina Grande/PB. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

ASSIS, Machado de. Obra Completa, de Machado de Assis, vol. III, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

Barata, Alexandre Mansur. “Maçonaria e Independência: história e memória” in Schiavinatto, Iara Lis. “Independências, memória e fabricação de imagens”. 1ed. São Paulo: Alameda, 2022. p. 45- 68

Borrego, Maria Aparecida de Menezes. “São Paulo (Cidade)” in Oliveira, Cecília Helena de Salles. Pimenta, João Paulo. “Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia”. São Paulo, SP. Edusp: Publicações BBM, 2022. p. 880-881

CARVALHO, José Murilo. “A formação das almas: o imaginário da república no Brasil”. São Paulo: Companhia das Letras. 2 ed. 2017.

CATROGA, Fernando. Memória. História e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CATROGA, Fernando. Nação, mito e rito. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2004.
Cervo, Amado Luiz & Bueno, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Parte III: "Do Projeto Desenvolvimentista à Globalização". Editora UNB. Brasília. 2002. 4 edição.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173–191, abr. 1991. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85–104, jun. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000100005>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eh/a/CBJPzCHYdnpmDFMKrF4z5BC/>. Acesso em: 30 jun. 2025

CORDEIRO, Janaina Martins. As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida? In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, jul. 2011.

CORDEIRO, Janaína Martins. "As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida." Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo (2011).

CORDEIRO, Janaína Martins. "As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida." Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo (2011).

Cordeiro, Janaína Martins. "Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)." (2012).

Cordeiro, Janaina Martins. "Milagre, comemorações e consenso ditatorial no Brasil, 1972." Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani 4.2 (2012): 82-102.

CORDEIRO, Janaína Martins. "Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé." A ditadura que mudou o Brasil 50 (2014): 454-495.

CORDEIRO, Janaina Martins. "A independência no cinema" *in*: Borrego, Maria Aparecida de Menezes. Marins, Paulo César Garcez. "Memórias da Independência". São Paulo, SP: Edusp: Museu Paulista da USP, 2023. p. 135-142

CORDEIRO, Janaina Martins. "Sesquicentenário da Independência" *in*: Oliveira, Cecília Helena de Salles. Pimenta, João Paulo. "Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia". São Paulo, SP. Edusp: Publicações BBM, 2022. p. 904-907

Costa, Horácio. "O Monumento do Ipiranga". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, vol. 295. p. 161-163. 1972.

Da Costa, Horácio Rodrigues. "As Testemunhas do Grito do Ipiranga". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, vol. 295. p. 70-160. 1972.

De Costa, Emília Viotti. “José Bonifácio: Homem e Mito”. in Mota, Carlos Guilherme. “1822: dimensões”. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2022. p. 97-148

De Melo, Francisco Egberto. “A encenação pública da História no Sesquicentenário da Independência: Amar a Pátria, idealizar o progresso e consumir no Brasil Grande” in Mauad, Ana Maria. De Castro, Clarissa Costa Mainard Miguel. De Almeida, Juliele Rabêlo. Santhiago, Ricardo. “PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA PÚBLICA NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS E DEBATES”. Niterói, RJ: 2016. p. 90-97

Dias, Elaine. “A representação visual de d. Pedro I e da Independência do Brasil: afirmação, legitimação e conflitos de um projeto político” in Schiavinatto, Iara Lis. “Independências, memória e fabricação de imagens”. 1ed. São Paulo: Alameda, 2022. p. 19-44

Do Amaral, Álvaro Dias. “O Local da Proclamação da Independência do Brasil”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, vol. 295. p. 17-32. 1972.

DO VALE, Nayara Galeno. “BITTENCOURT, Pedro Calmon Muniz de.” in Oliveira, Cecília Helena de Salles. Pimenta, João Paulo. “Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia”. São Paulo, SP. Edusp: Publicações BBM, 2022. p. 142-144.

Domingos, Marcus Caetano. “As Juntas de Governo: uma questão de soberania política” in Pimenta, João Paulo. “A Independência do Brasil em Perspectiva Mundial”. 1ed. São Paulo: Alameda, 2022. p. 43-92

Duarte Rei, Bruno. 2020. “Taça Independência (1972): O Futebol No Brasil Em Tempos De ‘milagre’”. Locus: Revista De História 26 (1):337-63. <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.28279>.

DYSARZ, Carmen Virgínia Pereira. As comemorações do Sesquicentenário da Independência

em 1972, e suas possibilidades pedagógicas. Dissertação (Mestrado). Programa de PósGraduação em História – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ESCOBAR, Miriam. Centenário da Independência: monumento cívico e narrativa. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 26 jul. 2023.

Elias, Daiane Lopes. "Centenária Exposição: Os cem anos da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil (1922-1923)." *Maracanan* 31 (2022): 63-88.

Eugênio V. Garcia, “O pensamento dos militares em política internacional (1961–1989)”, *in* *Trajetória internacional no Brasil: artigos selecionados* / Eugênio V. Garcia. – Brasília: FUNAG, 2018.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2006.

Ferreira, Cristina, and Evander Ruthieri Saturno da Silva. "O retorno do imortal: D. Pedro I mitificado pelos militares nas representações imagéticas das Revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* no Sesquicentenário da Independência (1972)." *Revista Tempo e Argumento* 6.11 (2014): 355-385.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Fernando Catroga. *Revista Brasileira de História*, v. 29, p. 469-487, 2009. . Disponível em: . Acesso em 25 jun. 2024.

Foucault, Michel. *Truth and Power*. In Gordon, Colin (coord.) *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972–1977* New York: Pantheon Books, 1980. P. 109-133.

FREITAS, Isadora Dutra de. A ditadura civil-militar brasileira nas telas: os cinejornais da Agência Nacional e a propaganda política oficial. *SURES - Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS*, v. 1, n. 13, p. 51–61, 2019.

FROTA, Guilherme de Andrea. *500 anos de história do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2020.

Godechot, Jacques. “A Independência do Brasil e revolução do Ocidente”. in Mota, Carlos Guilherme. “1822: dimensões”. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2022. p. 33-42

Gonçalves Magalhães, L.; Martins Cordeiro, J. O Poder Na Torcida: : Consenso, Futebol E Ditadura No Brasil (1970) E Na Argentina (1978). FDC 2016, 2, 1-19.

GONÇALVES, W. As relações luso-brasileiras nos anos 1950. *Tensões Mundiais*, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 265–290, 2018. DOI: 10.33956/tensoesmundiais. v5i8.702.

Greenblatt, S. Introduction: Fifty Years of The King’s Two Bodies. *Representations*, California, 106(1), 63–66. 2009.

Guimarães, Lúcia Maria Paschoal. "Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922)." *Topoi* (Rio de Janeiro) 6 (2005): 192-212.

HOBBSAWN, Eric. Ranger, Terence. “A Invenção das Tradições”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Junior, Calos Lima. “A festa de Pedro I sem Pedro I”: os bastidores do centenário da Independência em São Paulo in Schiavinato, Iara Lis. “Independências, memórias e fabricação de imagens”. São Paulo: Alameda, 2023. p. 93-126

KANTOWICZ, Ernest H. Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KLEINA, Olívia Baldissera de Souza. O imperador galã que nos deu a Independência: a representação de D. Pedro I no filme *Independência ou Morte* (1972). 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

KRAAY, H. “Cold as the Stone of which it Must be Made”: Coboclos, Monuments and the Memory of Independence in Bahia, Brazil, 1870-1900. In: ANDERMANN, J.; ROWE, W. (Eds.). *Images of Power: Iconography, Culture and the State in Latin America*. [s.l.: s.n.].

Lima, Manuel de Oliveira. “O Movimento da Independência” (1922)

Lima, Nísia Trindade, et al. "As ciências na formação do Brasil entre 1822 e 2022: história e reflexões sobre o futuro." *Estudos Avançados* 36 (2022): 211-233.

LOPES DOS SANTOS, Y. Global because a slaveholding order: an analysis of the urban dynamics of Rio de Janeiro between 1790 and 1815. *Almanack*, v. 24, p. 1–30, 2020.

LUNA DE OLIVEIRA, S. A independência do Brasil na historiografia escolar portuguesa (1880-1960). *Revista Brasileira de História*, v. 42, p. 337–358, 2022.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves; CORDEIRO, Janaina Martins. O poder na torcida: consenso, futebol e ditadura no Brasil (1970) e na Argentina (1978). *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 1-19, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/105607>. Acesso em: 26 maio 2025.

Malabou, C. The King’s Two (Biopolitical) Bodies. *Representations*, California, 127(1), 98–106. 2014. <https://doi.org/10.1525/rep.2014.127.1.98>. Disponível em: . Acesso em: 25 jun. 2024.

Malatian, Teresa. “LIMA, Manoel de Oliveira.” in Oliveira, Cecília Helena de Salles. Pimenta, João Paulo. “*Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia*”. São Paulo, SP. Edusp: Publicações BBM, 2022. p. 556-558

MARTIUS, Karl Friedrich Phillipe Von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: RIHGB: 6: 381-403, 1844; 2º cd. pp.389-411.

Mauro, Frédéric. “A conjuntura atlântica e a Independência do Brasil”. in Mota, Carlos Guilherme. “1822: dimensões”. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2022. p. 43-50

MELO, Victor Andrade de. Os Jogos Desportivos Luso-Brasileiros e os Congressos Luso-Brasileiros de Educação Física no âmbito das relações internacionais Brasil-Portugal (década de 1960). Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 38, n. 1, p. 34-41, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2015.10.005>. Acesso em: 29 maio 2025.

Monteiro, Michelli Cristine Scapol Monteiro. “Uma pintura para celebrar a Independência e o Império Brasileiro: Independência ou Morte, de Pedro Américo” in Schiavinatto, Iara Lis. “Independências, memória e fabricação de imagens”. 1ed. São Paulo: Alameda, 2022. p. 69-92

MORAIS, Fabricio de Sousa. "Pátria nossa a cada dia: o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da ditadura militar (150º aniversário da independência do Brasil)." (2015).

MOTA, Carlos Guilherme. “1822: dimensões”. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2022.

Mota, Carlos Guilherme. “Europeus no Brasil à Época da Independência: Um Estudo”. in Mota, Carlos Guilherme. “1822: dimensões”. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2022. p. 59-74

Mota, Gilselda. “Bibliografia comentada”. in Mota, Carlos Guilherme. “1822: dimensões”. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2022. p. 325-342

Motta, Marly. "A questão nacional no Centenário da Independência: uma nação em busca da modernidade." Revista USP 133 (2022): 63-76.

Motta, Marly. "Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil." (1993).

Neto, José Alves de Freitas. Da Silva, Rafael Pavani. “As celebrações do bicentenário na Argentina e no México: legitimações e disputas pelo passado” in Schiavinatto, Iara Lis. “Independências, memória e fabricação de imagens”. 1ed. São Paulo: Alameda, 2022. p. 127-154

NORA, Pierre (Org.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984-1992. 3 v.

Novais, Fernando Antônio. “As Dimensões da Independência”. in Mota, Carlos Guilherme. “1822: dimensões”. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2022. p. 23-32

Oliveira, Cecília Helena L. de Sales. “Historiografia Tendências Atuais” in Pimenta, João Paulo. “A Independência do Brasil em Perspectiva Mundial”. 1ed. São Paulo: Alameda, 2022. p. 456-458

OLIVEIRA, Marconey de Jesus. *As comemorações inventadas: celebrações da ‘revolução de 1964’ e do Sesquicentenário da Independência da República realizadas pelo Ginásio Municipal de Serrolândia/BA (1971-1973)*. Serrolândia: [s.n.], 2021. 17 p.

PIMENTA, João Paulo; CORDEIRO, Janaina Martins. *Projetos políticos, autoritarismo e exclusão nas comemorações da Independência do Brasil: Centenário (1922), Sesquicentenário (1972) e Bicentenário (2022)*. *Cahiers des Amériques Latines*, n. 102, 2023.

Rei, Bruno Duarte. “Comemorações, ditadura e sociedade: o sesquicentenário da Independência do Brasil (1972).” (2016): 420-424

Rei, Bruno Duarte. *Celebrando a pátria amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)*. 7Letras, 2020.

REI, Bruno Duarte. *Esporte, política e nação: a Olimpíada do Exército nas comemorações do Sesquicentenário da Independência (1972)*. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História –*

ANPUH, 2017.

REVISTA DE CULTURA BRASILEÑA. Un historiador español habla de la independencia del Brasil: entrevistado por Julio Trenchas. Madrid: [s.n.], n. 34, p. 46-52, 1972.

RIBEIRO DE ALBUQUERQUE, W. O civismo festivo da bahia. O civismo festivo da bahia: comemorações públicas do Dois de Julho (1889/1923), 1997.

RICUPERO, R. A diplomacia na construção do Brasil. [s.l.] Versal, 2017.

Ricupero, Rubens. “Bicentenário da Independência: comemorar o quê?” in Ricupero, Rubens. Amorim, João Alberto Alves. Mendonça, Marina Gusmão de. “Balanço e Desafios no Bicentenário da Independência”. São Paulo, SP: Edusp, 2022. p. 33-52

Santos, PM. Amorim, P. “As relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX (1910-1945)”. In: Sousa F, Santos PM, Amorim P (orgs.). As relações Portugal-Brasil no século XX. Porto: CEPESE, 2010. p. 121-140.

Schiavinatto, Iara Lis. “1822-1922-2022: passados-presentes da Independência do Brasil” in Schiavinatto, Iara Lis. “Independências, memória e fabricação de imagens”. 1ed. São Paulo: Alameda, 2022. p. 9-18

SCHNEIDER, Nina. Propaganda ditatorial e invasão do cotidiano: a ditadura militar em perspectiva comparada. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 333–345, maio-ago. 2017.

SELIPRANDY, Fernando. Circuito audiovisual implicado: apoio do empresariado à ditadura brasileira a partir de um documentário nos 150 anos da Independência (1972). Revista Maracanã, Rio de Janeiro, n. 37, p. 266–291, set.-dez. 2024. DOI: 10.12957/revmar.2024.84381.

SELIPRANDY, Fernando. Circuitos da propaganda oficiosa: Amaral Netto comemora os 150 anos da Independência (1972). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 74, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/ZcM3YFtXLZXBRHFpM6sZcrJ/>. Acesso em: 26 maio 2025.

Serrão, Joel. “Os Remoinhos Portugueses da Independência do Brasil”. in Mota, Carlos Guilherme. “1822: dimensões”. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2022. p. 51-58

Sosnoski, Thaisy. "Historiografia e memória: Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)." (2013).

Spalding, Walter. “A Independência do Brasil e o Rio Grande do Sul”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 295. p. 3-16. 1972.

Spalding, Walter. “Angola e a Independência do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 296. p. 31-38. 1972.

Tomaz, Fernando. “Brasileiros nas Cortes Constituintes de 1821-1822”. in Mota, Carlos Guilherme. “1822: dimensões”. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2022. p. 75-96

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando José de Almeida. *História da História em Portugal: da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1998. 2 v. (coleção História Contemporânea). 465 p.

Valladão, Haroldo. “O Fico”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 296. 1972.